

ELISANGELA FERREIRA SILVA

**EM BUSCA DE HABITABILIDADE: ADEQUAÇÕES INSERIDAS NO
CONJUNTO HABITACIONAL BOA SORTE EM COIMBRA, MG**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de
Viçosa, como parte das
exigências do Programa de Pós-
Graduação em Engenharia
Civil, para obtenção de título de
Magister Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2011

ELISANGELA FERREIRA SILVA

**EM BUSCA DE HABITABILIDADE: ADEQUAÇÕES INSERIDAS NO
CONJUNTO HABITACIONAL BOA SORTE EM COIMBRA, MG**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de
Viçosa, como parte das
exigências do Programa de Pós-
Graduação em Engenharia
Civil, para obtenção de título de
Magister Scientiae.

APROVADA, 1º de julho de 2011.

Prof. Geraldo Browne R. Filho
(Coorientador)

Prof. Reginaldo Carneiro da Silva
(Coorientador)

Prof^a. Neide Maria de Almeida Pinto

Prof^a. Rita de Cássia S. Sant'Ana Alvarenga

Prof^a. Aline Werneck Barbosa de Carvalho
(Orientadora)

À minha mãe Angela, ao meu pai Elisio
e à minha irmã Angelisa

AGRADECIMENTOS

A Deus, por iluminar e abençoar a minha vida.

À minha mãe Angela, quem sempre acompanhou os meus passos nesta caminhada. Ao meu pai Elisio que sempre me apoiou e torceu por minhas conquistas. À minha irmã Angelisa, pois crescemos e amadurecemos juntas em busca de nossos objetivos. Aos meus avôs e demais familiares pelo carinho e orações.

Ao meu namorado João Victor, pela força, amor e companheirismo.

Aos meus amigos que estão próximos e aos distantes, pela força e torcida.

Aos amigos da ARQ 2003, que fizeram parte da minha base acadêmica e contribuíram para a minha formação. Agradeço, especialmente à Raquele, que tem sido mais que amiga e faz parte da minha família viçosense.

Aos amigos da pós-graduação, pois carregou as experiências compartilhadas durante as aulas, seminários e viagens e que foram essenciais para o meu amadurecimento profissional e intelectual.

À Professora Aline Werneck Barbosa de Carvalho, por mais uma vez me orientar e compartilhar sua experiência e sabedoria, o que só reafirmou que ela sempre uma grande mestra na minha vida acadêmica.

Ao Professor Reginaldo Carneiro da Silva, quem desde o início orientou os caminhos nos quais eu deveria seguir nesta pesquisa. Também ao Professor Geraldo Browne Ribeiro Filho, pois suas orientações foram fundamentais para o resultado final deste trabalho.

À UFV, aos Departamentos de Arquitetura e Urbanismo e de Engenharia Civil, e também aos professores e servidores que carregam seus nomes. Por eu ter sido membro desta instituição e ter o prestígio dela fazer parte da minha história pessoal.

À cidade de Viçosa, que já me acolhe como um de seus cidadãos.

À Prefeitura Municipal de Coimbra, pela colaboração.

Aos moradores dos conjuntos habitacionais de Coimbra, em especial aos do conjunto habitacional Boa Sorte, que abriram as portas de suas casas e de suas vidas para contribuírem com esta pesquisa.

A todos que torceram e me deram força, meu muito obrigada!

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE GRÁFICOS	ix
LISTA DE QUADROS	ix
LISTA DE TABELAS	x
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
CAPÍTULO 1 – O PROBLEMA	1
1.1. Introdução	1
1.2. Formulação do problema	6
1.3. Justificativa e relevância do tema	6
1.4. Objetivos	8
1.4.1. Objetivo geral	8
1.4.2. Objetivos específicos	8
1.5. Estrutura da dissertação	8
CAPÍTULO 2 – EM BUSCA DE HABITABILIDADE URBANA E RESIDENCIAL	10
2.1. Conceito e dimensões da habitabilidade	10
2.2. Deficiência x qualidade da habitabilidade	13
2.3. Projeto participativo na construção da habitabilidade	15
CAPÍTULO 3 – A MORADIA NA CIDADE E NA SOCIEDADE	18
3.1. O discurso habitacional e urbano	18
3.2. Moradia digna, segura e saudável	20
3.3. Habitação de interesse social: qualidade, produção e reprodução	26
CAPÍTULO 4 – O MORADOR E A MORADIA	33
4.1. Conhecer e entender as prioridades do morador	33
4.2. Estabelecer moradia: dimensão simbólica do habitar	37
4.3. Ações e relações no morar	40
4.3.1. Estabelecer: interior x exterior e público x privado	41
4.3.2. Estar: oculto x visível	43
4.3.3. Apropriar: interação usuário x espaço	44
4.4. Características do comportamento humano no espaço físico habitado	47
4.4.1. Territorialidade: estabelecimento de territórios físicos e sociais	49

4.4.2. Privacidade: controle para interação social	50
4.4.3. Identidade: distinção no nível pessoal ou grupal	52
4.4.4. Ambiência: qualidades do espaço	55
CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA DA PESQUISA	57
5.1. Delimitação do objeto de estudo	57
5.2. Amostra	61
5.3. Definição das variáveis e indicadores a partir das dimensões de habitabilidade	63
5.4. O método	66
5.4.1. Instrumentos de coleta de dados	66
5.4.2. Instrumentos de análise dos dados	70
CAPÍTULO 6 – O CONJUNTO HABITACIONAL BOA SORTE:	
ADEQUAÇÕES EM BUSCA DE HABITABILIDADE	71
6.1. Caracterização do conjunto habitacional, das moradias e de seus moradores	72
6.1.1. Caracterização da unidade habitacional entregue aos moradores	72
6.1.2. Caracterização socioeconômica e demográfica dos moradores	73
6.1.3. Caracterização dos serviços públicos e da localização do conjunto habitacional	75
6.2. As adequações inseridas na unidade habitacional a partir da experiência do morar	80
6.2.1. Quartos	81
6.2.2. Sala	85
6.2.3. Banheiro	90
6.2.4. Cozinha	92
6.2.5. Área de serviço	95
6.2.6. Área externa	97
6.2.7. Fachada	101
6.2.8. Levantamento de acréscimo e ampliação das casas	102
6.3. Satisfação e expectativa do morador	109
6.3.1. Resultado da avaliação e grau de satisfação do morador em relação à unidade habitacional a partir dos questionários	109
6.3.2. Resultado do Poema dos Desejos em relação tanto a casa quanto ao bairro do conjunto habitacional	112
6.4. A transformação do objeto “casa” em “moradia” a partir das adequações para habitabilidade	115

6.4.1. Adequações para atender a dimensão pragmática	115
6.4.2. Adequações para atender a dimensão simbólica	116
6.4.3. Adequações para atender a dimensão funcional	117
CAPÍTULO 7 – CONCLUSÃO	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124
APÊNDICE	131

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1: Foto aérea do município de Coimbra modificada pela autora com a localização do Conjunto Habitacional Boa Sorte (verde), Conjunto Habitacional São Sebastião (roxo), Conjunto Habitacional Estiva (amarelo); centro comercial e rodovias de acesso	5
Figura 2.1: Hierarquia das necessidades humanas	36
Figura 5.1: Regiões de Minas Gerais	58
Figura 5.2: Região da Zona da Mata/MG	58
Figura 5.3: Microrregião de Viçosa, com o município de Coimbra/MG	58
Figura 5.4: Vista parcial do conjunto habitacional Boa Sorte	59
Figura 5.5: Vista parcial da praça e das unidades habitacionais	59
Figura 5.6: Mapeamento e codificação das casas do conjunto habitacional Boa Sorte. (destaque em hachura para casas construídas posteriormente à data da inauguração e que apresentam tipologia diferente)	62
Figura 6.1: Foto aérea do município de Coimbra modificada pela autora com a localização do Conjunto Habitacional Boa Sorte (verde) e o centro comercial da cidade	72
Figura 6.2: Praça como local de encontro dos moradores	78
Figura 6.3: Almoço de confraternização na praça	78
Figura 6.4: Reunião de crianças em casa para jogar vídeo game	79
Figura 6.5: Reunião de adultos em casa para jogar carteadado	79
Figura 6.6: Planta baixa da unidade habitacional original e a sua implantação no terreno	80
Figura 6.7: Alto grau de obstrução nos quartos originais por excesso de móveis e área reduzida desencadeando problemas quanto ao uso e à circulação	83
Figura 6.8: Umidade proveniente do solo por deficiência quanto à impermeabilização (esquerda), e de infiltração da laje sem cobertura ou sem sistema de impermeabilização (direita)	84
Figura 6.9: Ampliação da sala devido à agregação do espaço do quarto 2.....	86
Figura 6.10: Sala da casa original utilizada diariamente como quarto	86
Figura 6.11: Armário de cozinha posicionado na sala	87
Figura 6.12: Sofá atrás da porta da sala obstruindo a entrada social	87
Figura 6.13: Corrosão e danos em portas e janelas devido à falta de proteção contra a ação de intempéries e por falta de manutenção preventiva como pintura à óleo	88

Figura 6.14: Adaptação de uma proteção de borracha na parte inferior da porta (esquerda) e proteção improvisada com um pano (direita)	89
Figura 6.15: Adaptações físicas, usos e ambiência que revelam aspectos simbólicos de valores culturais e estéticos	89
Figura 6.16: Diferenças entre um banheiro que não sofreu nenhum tipo de melhoria ou manutenção (esquerda) com a inserção de revestimento cerâmico e armário (centro), como também de box (direito)	90
Figura 6.17: Retirada da pia e tampado pontos de água para utilização do ambiente como quarto	92
Figura 6.18: Espaço da nova cozinha agregado ao da original de forma a ampliar o ambiente	92
Figura 6.19: Pequena dimensão do espaço da cozinha e dificuldade para disposição do mobiliário	93
Figura 6.20: Adição de revestimento cerâmico à meia parede da cozinha e troca da pia, torneira e acréscimo de armário	94
Figura 6.21: Limitação de mobiliário e preocupação com questões de ambiência no espaço da cozinha	94
Figura 6.22: Área de serviço original	95
Figura 6.23: Ampliação da cobertura da área de serviço	95
Figura 6.24: Geladeira disposta na área de serviço	97
Figura 6.25: Máquina de lavar posicionada na cozinha e próximo ao fogão	97
Figura 6.26: Apropriação da área externa com a construção de depósitos, calçamento do piso e cultivo de horta e pomar	97
Figura 6.27: Edificação de muros e cercas de forma a delimitar terrenos vizinhos ..	97
Figura 6.28: Alteração da localização da caixa d'água para área externa à residência	99
Figura 6.29: Posicionamento da caixa d'água sob o telhado	99
Figura 6.30: Construção de fogões a lenha, como também de um local coberto para sua disposição	100
Figura 6.31: Construção de escadas externas para dar acesso à cobertura de ambientes acrescidos	100
Figura 6.32: Descaracterização da fachada original que subjetivamente expressam necessidade de diferenciação e identidade	101
Figura 6.33: Área de serviço ampliada/alterada	103
Figura 6.34: Cobertura da garagem/varanda lateral	103

Figura 6.35: Cozinha acrescentadas a casa 1 (esquerda) e a casa 31 (direita)	104
Figura 6.36: Quarto acrescentado a casa 32	104
Figura 6.37: Alteração da posição da janela do quarto 2 para acréscimo de cozinha (casa 30)	104
Figura 6.38: Cobertura em laje e a sua utilização como terraço	105
Figura 6.39: Banheiro e sala acrescentados a casa 32	105
Figura 6.40: Casa construída nos fundos do quintal da casa original e no limite do terreno. Casa 35 (esquerda) e casa e 37 (direita)	106
Figura 6.41: Péssimas condições da moradia que foi acrescentada no quintal da casa 15 (esquerda) e 34 (direita)	108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 6.1: Resultado da avaliação dos moradores quanto à prestação de serviços públicos no conjunto habitacional	76
Gráfico 6.2: Resultado da avaliação dos moradores quanto à localização do conjunto habitacional em relação a alguns locais que fazem parte de seus cotidianos	77
Gráfico 6.3: Resultado do levantamento de acréscimo/ampliação de ambientes das casas .	103
Gráfico 6.4: Gráfico 6.4: Resultado da avaliação do desempenho da unidade habitacional	109
Gráfico 6.5: Resultado da avaliação dos moradores quanto à dimensão dos ambientes	110
Gráfico 6.6: Gráfico do resultado quanto à satisfação dos moradores em relação à unidade habitacional	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 5.1: Distribuição das variáveis e indicadores segundo qualidades de habitabilidade e fenômeno de comportamento	64
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 6.1: Característica socioeconômica e demográfica dos moradores	74
Tabela 6.2: Levantamento quanto ao uso mobiliário, circulação e alterações físicas nos quartos	82
Tabela 6.3: Levantamento quanto ao uso, mobiliário, circulação e alterações físicas nas salas	86
Tabela 6.4: Levantamento quanto à circulação e alterações físicas nos banheiros ...	91
Tabela 6.5: Levantamento quanto ao uso, mobiliário, circulação e alterações físicas nas cozinhas	94
Tabela 6.6: Levantamento quanto ao uso mobiliário, circulação e alterações físicas nas áreas de serviço	96
Tabela 6.7: Levantamento das alterações físicas na área externa da unidade habitacional ...	98
Tabela 6.8: Levantamento de aspectos que revelam o uso da área externa	99
Tabela 6.9: Levantamento de alterações e elementos inseridos na fachada	102
Tabela 6.10: Relação: ampliações físicas das casas x características socioeconômicas	107
Tabela 6.11: Identificação de casas construídas na área externa das moradias originais	108

RESUMO

SILVA, Elisângela Ferreira, M. Sc. Universidade Federal de Viçosa, julho de 2011. **Em busca de habitabilidade: Adequações inseridas no conjunto habitacional Boa Sorte em Coimbra, MG.** Orientadora: Aline Werneck Barbosa de Carvalho. Coorientadores: Geraldo Browne Ribeiro Filho e Reginaldo Carneiro da Silva.

Esta pesquisa aborda a problemática urbana e habitacional quanto à produção da habitação de interesse social e seu reflexo no processo de apropriação da moradia pelo morador em busca de habitabilidade. São analisadas as adequações inseridas no conjunto habitacional Boa Sorte, implantado no município de Coimbra/MG, de forma a orientar futuros projetos habitacionais a serem implantados em cidades do interior com características similares. Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo e explicativo, sendo que, as variáveis e os indicadores foram definidos a partir da revisão de literatura e para a coleta de dados em campo foi utilizado o instrumento denominado “leituras espaciais”. Para o levantamento de dados técnicos e obtenção do grau de satisfação dos usuários em relação à moradia, foram aplicadas ferramentas comumente utilizadas em pesquisa de avaliação pós-ocupação (APO). Para análise, os dados foram agrupados segundo as categorias de habitabilidade: pragmática, simbólica e funcional. Os resultados revelam que as adequações identificadas são tanto físicas quanto de uso, comprovando que há um processo de adaptação ativa e passiva do morador em relação à sua residência. As habitações originais tiveram sua área útil aumentada, a maioria sob a forma de autoconstrução sem orientação técnica, cujas ampliações e acréscimos de ambientes destinaram-se a atender a necessidades particulares de cada família, e que, de certa forma, estão relacionadas a hábitos culturais típicos de moradores de cidades do interior. Também foram identificados a inserção de elementos físicos e materiais de revestimento, a adição, alteração e substituição de elementos dos sistemas hidrossanitários e elétrico por apresentarem deficiências. Alguns conflitos arquitetônicos e manifestações patológicas observadas revelam o baixo desempenho funcional e construtivo das unidades habitacionais. Conclui-se pela necessidade de revisão dos programas habitacionais quanto ao atendimento de padrões mínimos de habitabilidade, principalmente quando implantados em cidades do interior e de pequeno porte, já que as características socioculturais da população e o valor do solo que interfere no custo final por unidade, são diferentes quando comparados aos das grandes cidades.

ABSTRACT

SILVA, Elisangela Ferreira, M. Sc. Universidade Federal de Viçosa, July, 2011. **Searching for habitability: Adaptations inserted in Boa Sorte low-income housing state, Coimbra, MG.** Adviser: Aline Werneck Barbosa de Carvalho. Co-advisers: Geraldo Browne Ribeiro Filho and Reginaldo Carneiro da Silva.

This work approaches housing and urban problems regarding to housing production with social interest and its response on the housing appropriation process by the dweller searching for habitability. It is analyzed adaptations inserted in Boa Sorte low-income housing estate, implanted in Coimbra/MG in order to guide further housing projects to be implanted in countryside towns with similar characteristics. This study is a descriptive and explicative research work, and the variables and indicators were defined from literature review and for field data collection it was used a toll called “spatial readings”. For technical data survey and for obtaining user satisfaction degree related to housing, tools commonly used in post-occupation evaluation research was used. For analysis, data were grouped according to housing categories: pragmatic, symbolic and functional. The results show that the identified adaptations are physical and use adjustments, evidencing that there is a passive and active adaptation process from the dweller in relation to his or her house. Original housings had their useful area increased, most of them as self-building without technical guidance, whose enhancement and addition of environment were for attending specific needs of each family and in a certain way are related to cultural costumes typical of countryside town people. It was also identified insertion of physical elements and addition, alteration and replacement of sanitary and electrical systems because of problems presented by them. Some architectural problems and diseases reveal the low functional and building performance of the houses. It is concluded by the need of going over housing problems in relation to meeting minimal dwelling standards, especially when implanted in countryside towns with a small number of inhabitants because the social-cultural characteristics of the population and soil value, which interferes in the final cost per unity, are different when compared to units in big cities.

CAPÍTULO 1 – O PROBLEMA

1.1. Introdução

A questão urbanística e habitacional nas últimas décadas revela-se como uma problemática mundial, que tem sido tema de vários estudos, pesquisas e conferências, dentro e fora do mundo acadêmico. São tentativas de buscar soluções e recomendações para orientar as ações públicas e privadas quanto à provisão de moradias para famílias de baixa renda de forma a promover e garantir cidadania às pessoas no ambiente urbano.

De acordo com os índices da Fundação João Pinheiro, no estudo realizado em 2008 e publicado pelo Ministério das Cidades, o déficit habitacional do Brasil gira em torno de 5,572 milhões de moradias, sendo que destas, 83% estão localizadas em áreas urbanas. A maior concentração do déficit habitacional, de 96,6% do total, abrange famílias com renda inferior a cinco salários mínimos e a maior parte está concentrada na Região Sudeste (36,9%) e na Região Nordeste (35,1%). A composição do déficit baseia-se em quatro elementos: habitações precárias, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel e adensamento excessivo nos domicílios alugados. As “habitações precárias” incluem os domicílios improvisados e rústicos; a “coabitação familiar” caracteriza-se pela convivência na mesma moradia por falta de opção; o “ônus excessivo com aluguel” acontece quando mais de 30% da renda mensal de uma família com renda familiar de até três salários mínimos são destinados ao pagamento do aluguel, e, finalmente, o “adensamento excessivo” ocorre nos domicílios alugados quando mais de três pessoas dividem o mesmo dormitório¹. Os índices atualizados desta pesquisa excluem pessoas que coabitam por razões não financeiras.

Conforme Irala (1999) e Ramos (2002), para as frações das classes trabalhadoras consideradas pobres, as soluções encontradas para satisfazer a necessidade habitacional estão relacionadas a iniciativas individuais e coletivas na forma de autoconstrução, ou de iniciativas públicas de construção de casas populares

¹ Fonte: <http://www.cidades.gov.br>

e de urbanização de favelas. São soluções que repercutem no conjunto de equipamentos e serviços públicos urbanos, que irão definir territórios próprios de cada classe e revelar o nível de sua reprodução social, colocando de um lado os que detêm a propriedade dos meios de produção e de outro os que vivem da venda de sua força de trabalho.

O recurso dos governos para a habitação popular a fim de resolver tal problema social é entendido como condição para a reprodução da força de trabalho, que é fundamental à dinâmica do capital. A lógica do capital conduz à urbanização capitalista, tanto na ocupação como na formação do espaço urbano que acontecem segundo interesses fundiários e que conseqüentemente refletem no preço do solo. Dessa forma, o resultado de tal política é a produção de moradias segregadas para as camadas mais pobres da população que reproduzem o precário provimento de infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços coletivos, como esgoto sanitário, abastecimento d'água, energia elétrica, drenagem de águas pluviais, coleta do lixo, manutenção das vias de acesso, sistema de transporte coletivo, escolas, hospitais, áreas de esporte, lazer dentre outros (RAMOS, 2002).

Segundo Queiroz (1996) e Gonçalves (2003), como os programas habitacionais são direcionados às famílias de menor renda, sua construção fica condicionada à redução de custos e dimensões, pois o objetivo primordial é a edificação de um maior número de moradias, o que, na maioria das vezes, compromete sua qualidade habitacional. Resultado desta política é a geração de unidades que não atendem as necessidades familiares, com padrão de qualidade de baixo desempenho e pequena vida útil, o que também se estende na infraestrutura de todo o conjunto (WERNA et al., 2001; ROMÉRO e ORSNTEIN, 2003; LEITE, 2006).

A política habitacional idealiza a habitação mínima, para que o usuário não comprometa um maior valor de sua renda no pagamento das prestações e, com o tempo, possa ampliar a moradia de forma a adequá-la ao atendimento de suas necessidades. Muitas vezes esse objetivo não é atingido, ora pelas dimensões limitadas do terreno, que impossibilitam a ampliação da moradia sem prejudicar a

habitabilidade², ora por falta de condições financeiras das famílias para inserir melhorias (LEITE, 2006).

Em várias pesquisas em que os objetos de estudo são conjuntos habitacionais de interesse social, é constante a identificação de deficiências dos ambientes internos que apontam para a falta de funcionalidade dos espaços, que são reduzidos, para o desconforto ambiental e para a pouca privacidade, pois estes aspectos não são priorizados (ABIKO e ORNSTEIN, 2002).

As fases projetual e da produção da habitação para baixa renda são influenciadas por vários agentes, como representantes do governo, incorporadoras, construtores e projetistas, de forma que a moradia é resultado da interferência de interesses diversos. Porém, como o usuário final tem pouca influência sobre o processo, o resultado são habitações não adequadas ao consumidor (MARICATO, 1979; WERNA et al., 2001; ROMÉRO e ORNSTEIN, 2003; LEITE, 2006).

Na maioria dos projetos de conjuntos habitacionais é verificado que predomina o fator econômico e social sobre a questão técnica, o que acarreta em redução ou falta de funcionalidade dos espaços transformando-os em algo pouco adequado às necessidades humanas. Outra decisão que é feita a partir destas prioridades é a padronização dos projetos, sem respeitar a identidade de cada família o que dificulta a inserção social e a apropriação do espaço, prejudicando sua fixação no local de moradia. Como resultado verifica-se migrações das famílias em busca de um local em que melhor se identifiquem para então se estabelecerem e fazerem sua história (ABIKO e ORNSTEIN, 2002).

O projeto habitacional dirigido às populações de baixa renda deve considerar, além das questões pragmáticas e funcionais de atendimento às necessidades humanas básicas, as necessidades sociais e simbólicas para que o morador possa apropriar-se de suas casas e se inserir no meio socioeconômico. Segundo Sommer, (1972 apud LEITE, 2006, p. 19) “ou as pessoas se apropriam do espaço, ou abandonam ou transferem para outro o problema, tornando-se assim um círculo vicioso.”

Diante disso, a população residente realiza modificações nas moradias de modo a adequá-las às necessidades de sua família. Estas adequações têm por objetivo atender a três diferentes dimensões do habitat, que de acordo com Malard (199-?)

² O conceito de “habitabilidade” está relacionado à questão da qualidade do espaço físico para oferecer condições para o habitar do homem. O capítulo 2 deste trabalho tem como objetivo apresentar a construção deste conceito fundamentado em vários autores que trabalham com o tema habitação.

são denominadas como: pragmática, que confere à casa a finalidade de abrigo e proteção às intempéries; simbólica, considera que a casa deve ser dotada de significado, pois está relacionada à dimensão cultural dos moradores, o que a propicia a ser um lugar agradável, confortável e seguro; e funcional, em que a casa englobe atributos que facilitem ergonomicamente o uso dos espaços da casa nas atividades do cotidiano³.

Esta pesquisa foi baseada nestes conceitos aos quais foram somadas informações de outros autores, para que fossem extraídas as variáveis e os indicadores a serem avaliados em uma habitação de interesse social. Outro aspecto tratado nesta pesquisa está relacionado ao conceito de conflitos arquitetônicos que são revelados a partir da interação entre morador e moradia e que indicam fontes de estresse devido aos desvios entre necessidades humanas e elementos arquitetônicos (MALARD, 199-?; ALMEIDA 1995; PEREIRA et al., 2002; ELALI, 2010).

São muitos os estudos interdisciplinares realizados em conjuntos habitacionais onde são avaliadas a qualidade da moradia, o grau de satisfação do usuário, a interação usuário e moradia, a relação ambiente-comportamento, dentre outros temas. Normalmente, tais trabalhos abordam conjuntos habitacionais constituídos de centenas de unidades que são inseridos em grandes centros urbanos.

Entretanto, esta pesquisa volta o olhar para uma realidade próxima, que é o caso da cidade de Coimbra/MG, que possui 7.054 habitantes, segundo Censo 2010, muitos de origem rural e cuja economia é baseada na agropecuária. Conforme Folz et al. (2011), o que distingue a habitação rural da urbana, são os reflexos das formas de vida, do tipo de economia e cultura dos moradores.

Na cidade de Coimbra, em menos de dez anos, foram implantados três conjuntos habitacionais, sendo que o primeiro foi inaugurado em 1999, com 35 unidades habitacionais, através do Programa Pró-Moradia⁴ e é denominado como Boa Sorte. No ano de 2005, foi inaugurado o Conjunto Habitacional São Sebastião,

3 Tais conceitos, são elaborados também, a partir de outros autores, em capítulos posteriores destinados a revisão de literatura.

4 O Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA objetiva oferecer acesso à moradia adequada à população em situação de vulnerabilidade social e com rendimento familiar mensal preponderante de até R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais), por intermédio de financiamento a estados, municípios, Distrito Federal ou órgãos das respectivas administrações direta ou indireta. Fonte: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/programas-e-acoes>> Acesso em: 30 abr 2011

com 50 unidades, a partir do Programa de Subsídio a Habitação (PSH) ⁵. Já o Conjunto Habitacional Estiva foi inaugurado no ano de 2009, com mais 50 unidades, pelo Programa Lares Gerais (PLHP) ⁶ (Figura 1.1).

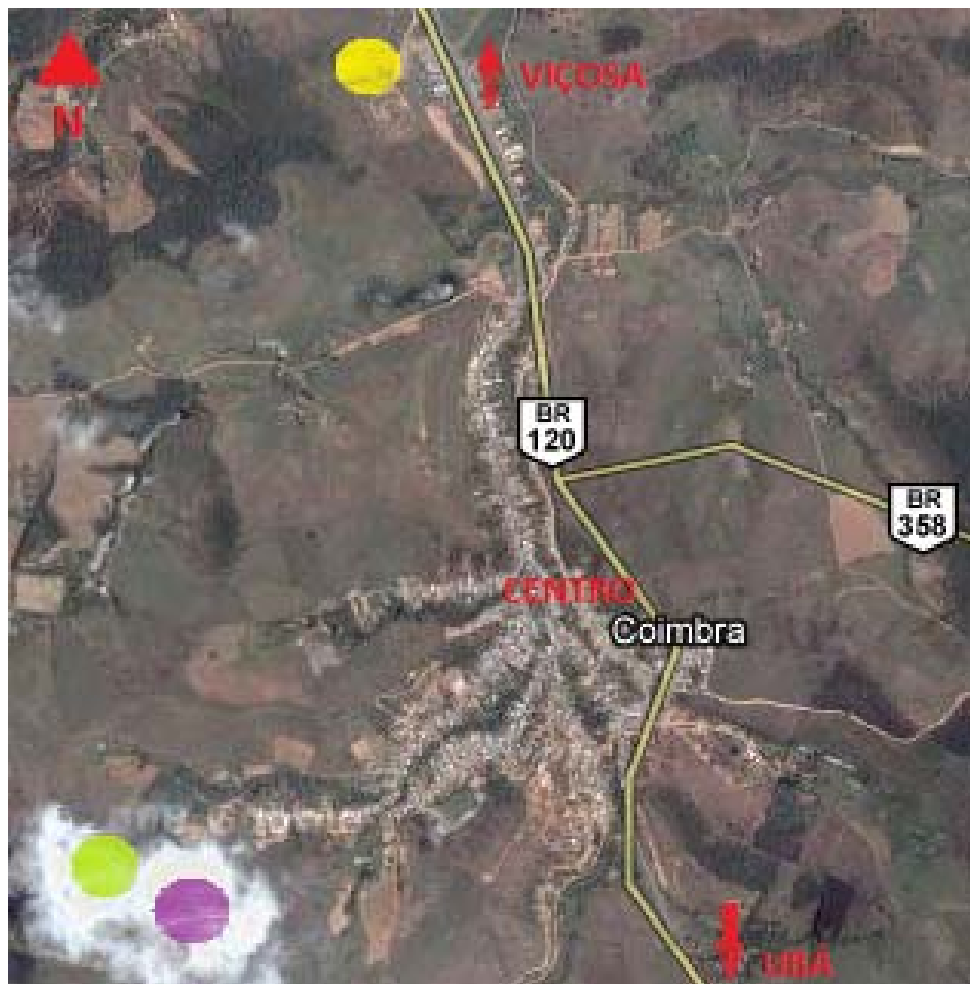


Figura 1.1: Foto aérea do município de Coimbra modificada pela autora com a localização do Conjunto Habitacional Boa Sorte (verde), Conjunto Habitacional São Sebastião (roxo), Conjunto Habitacional Estiva (amarelo); centro comercial e rodovias de acesso.

Fonte: Google Earth

Para esta pesquisa foi adotado como objeto de estudo, o conjunto habitacional Boa Sorte que, por apresentar maior tempo de construção e uso, cria a possibilidade

5 O Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH objetiva oferecer acesso à moradia adequada a cidadãos de baixa renda por intermédio da concessão de subsídios. O PSH é operado com recursos provenientes do Orçamento Geral da União (OGU) e conta, ainda, com o aporte de contrapartida proveniente dos estados, DF e municípios, sob a forma de complementação aos subsídios oferecidos pelo programa. Fonte: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/programas-e-acoas>> Acesso em: 30 abr 2011

6 O Projeto Estruturador Lares Geraes é composto por dois principais programas que fazem parte do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado: *Lares-Habitação Popular (PLHP)* e *Lares-Segurança Pública (PLSP)*. O PLHP é o carro-chefe dos programas realizados pela COHAB-MG e destina-se à construção de conjuntos habitacionais e ao acesso à casa própria, mediante a concessão de financiamentos para famílias que possuem renda de 1 a 3 salários- mínimos. Fonte: <<http://www.cohab.mg.gov.br/show.php?idnoticia=116>> Acesso em 30 abr 2011.

de estabelecer maiores interações do morador em relação à sua moradia a partir do processo de apropriação do espaço pelo homem.

1.2. Formulação do problema

A pequena escala destes conjuntos poderia fazer supor, à primeira vista, uma maior interação entre a proposta arquitetônica e urbanística e os desejos dos moradores. Entretanto, uma pesquisa exploratória realizada “in loco” apontou que, ao longo dos anos, várias alterações foram realizadas no conjunto habitacional Boa Sorte, modificando-se visivelmente o tamanho, os materiais construtivos e o aspecto externo das moradias. Partindo da premissa que as casas e o conjunto habitacional tinham sido entregues aos moradores em condições mínimas de habitabilidade, tem-se como pressuposto que adequações foram inseridas para atender às necessidades de ordem pragmática, simbólica ou funcional, motivadas por comportamentos humanos de territorialidade, privacidade, identidade e ambiência.

Diante dos argumentos arrolados, esta pesquisa levantou as seguintes questões a respeito do conjunto habitacional apontado:

1 - Em que condições de habitabilidade as casas e o conjunto habitacional foram entregues aos moradores?

2. Como os moradores avaliam as casas e o conjunto habitacional quanto ao atendimento de suas necessidades habitacionais?

3- A partir da interação do usuário com sua casa, quais foram os conflitos e as adequações identificadas na moradia para atender às necessidades de habitabilidade, seja de ordem pragmática, simbólica ou funcional?

4- Como os comportamentos humanos de territorialidade, privacidade, identidade e ambiência, que interferem na habitabilidade, estão associados às adequações inseridas na moradia?

1.3. Justificativa e relevância do tema

Várias pesquisas revelam que, geralmente o poder público trata a habitação de interesse social de forma imediatista, pressionado pelo problema social e econômico e orientado por programas habitacionais formulados no âmbito federal,

que pouco considera os resultados e avaliações de programas habitacionais anteriores. Trabalhos realizados em conjuntos habitacionais de interesse social apontam para deficiências da habitabilidade na moradia no seu objetivo de oferecer condições para um habitar adequado ao homem. Autores como Maricato (1979); Bourdieu (1998); Werna et al. (2001); Roméro e Ornstein (2003); Duarte (2005); Guimarães (2005); Leite (2006); Elali (2010) e outros enumeram uma série de falhas, tais como:

- construção de um grande número de unidades habitacionais, na maioria das vezes de baixa qualidade construtiva, o que interfere no desempenho pragmático da habitação e na vida útil da construção;

- dimensionamento mínimo, que não atende às necessidades dos moradores e prejudica a funcionalidade da moradia;

- moradias segregadas que definem territórios sociais, normalmente pela precariedade da infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços coletivos, o que prejudica o processo de apropriação espacial e conseqüentemente a fixação da população.

A maioria das pesquisas que abordam esta temática tem como objetos de estudo, conjuntos habitacionais implantados em grandes centros urbanos e com centenas de unidades. Contudo, nos últimos anos, o modelo da unidade habitacional mínima padrão, isolada no lote, segregada da malha urbana e de baixa qualidade construtiva, vem sendo repetido sem considerar falhas já identificadas em todas as unidades da Federação, independente das características culturais, geográficas ou socioeconômicas do seu território.

Partindo do pressuposto que estes fatores interferem nas condições de habitabilidade e na forma de apropriação do espaço da moradia pelo morador, a investigação acerca da reprodução deste modelo de morar nas pequenas cidades assume uma relevância particular.

Na habitação popular tipo padrão, é comum verificar que o morador tende a adaptar o seu uso à moradia, ao mesmo tempo em que é motivado por comportamentos humanos a inserir adequações físicas, para atender às suas necessidades e expectativas. Para tanto, a identificação destas, tem por finalidade orientar a elaboração de novos projetos voltados para habitação popular em pequenas cidades, para que atendam às necessidades específicas destes usuários.

Nesta lógica, o presente trabalho desenvolveu-se dentro da linha de pesquisa de Projeto e Desempenho do Ambiente Construído, do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal de Viçosa. Em tal linha de pesquisa, são desenvolvidos trabalhos em que se estuda e avalia o espaço construído associado ao modo de apropriação, percepção e utilização do espaço pelo usuário, como forma de aperfeiçoar e retroalimentar novos projetos.

Este trabalho voltou o olhar para um conjunto habitacional, dotado de um número reduzido de unidades habitacionais e implantado em uma cidade do interior, com a finalidade de identificar quais são as adequações inseridas na moradia e os fatores que as condicionam, de forma a orientar futuros projetos a serem implantados em municípios com características similares.

1.4. Objetivos

1.4.1. Objetivo geral

Analisar as modificações realizadas nas unidades habitacionais por parte dos usuários, de forma a adequá-las quanto à habitabilidade, seja de ordem pragmática, simbólica e funcional, com a finalidade de propor recomendações para futuros projetos habitacionais de forma a retroalimentar o sistema.

1.4.2. Objetivos específicos

- a) Identificar as condições de habitabilidade das casas e do conjunto habitacional entregues aos moradores;
- b) Levantar conflitos arquitetônicos que interferem na habitabilidade;
- c) Identificar quais adequações foram efetuadas nas casas por parte do usuário, para atender suas exigências de habitabilidade e, a partir desta interação, transformá-la em moradia;
- d) Entender de que forma tais adequações estão associadas a comportamentos humanos que expressam territorialidade, privacidade, identidade e ambiência.

1.5. Estrutura da dissertação

Esta dissertação foi estruturada em sete capítulos, sendo que, no primeiro é apresentado o problema que instigou a investigação desta pesquisa. Para tanto, neste

foi descrita a formulação do problema, a justificativa e relevância do tema, objetivos gerais e específicos, bem como a estrutura deste documento.

O segundo, terceiro e quarto capítulos contêm o referencial teórico e conceitual no qual a pesquisa foi fundamentada.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi apresentada no quinto capítulo, para tanto foi delimitado o objeto de estudo e a amostra. Também foram definidos os instrumentos de coleta e análise dos dados.

O sexto capítulo refere-se à apresentação dos resultados do levantamento em campo do objeto escolhido como estudo. Nele está expressa a caracterização do conjunto habitacional, das moradias e de seus moradores, as adequações inseridas na unidade habitacional a partir da experiência do morar, a satisfação e expectativa do morador, como também a transformação do objeto “casa” em “moradia” a partir da frequência das adequações para habitabilidade de ordens pragmática, simbólica e funcional.

O sétimo capítulo faz um fechamento de toda a pesquisa e apresenta as conclusões acerca do problema investigado, bem como orientações para futuros projetos de habitação de interesse social.

CAPÍTULO 2 - EM BUSCA DE HABITABILIDADE URBANA E RESIDENCIAL

Este capítulo apresenta a construção do conceito de habitabilidade a partir da contribuição de vários autores, que sob diferentes pontos de vista, relatam sobre este atributo do ambiente construído de forma a atender ao bem-estar do homem. Neste sentido, são feitas considerações acerca da qualidade da habitabilidade, como também explicitado que sua ausência ou deficiência, resultantes de estressores ambientais e de conflitos arquitetônicos, somente irão aflorar a partir da interação do homem com o ambiente construído. Para então evitar o comprometimento das condições de habitar e melhor atender as necessidades do homem é preciso integrar saberes técnicos e humanos.

2.1. Conceito e dimensões da habitabilidade

O ambiente construído tem como objetivo oferecer conforto e qualidade para o ato de habitar de um ser, seja humano ou animal. Como as edificações podem ter diversas finalidades, devem ser dotadas de qualidades e mecanismos capazes de propiciar adequadas condições para realização de atividades para as quais foram projetadas.

Segundo Malard (199-?), todo o espaço construído para abrigar o homem, seja em uma casa ou uma fábrica, deve propiciar conforto para o habitar, que pode acontecer de forma permanente ou temporária. O princípio de construir está no fato de modificar o ambiente natural para propiciar qualidade ao habitar, esta essência da construção pode ser entendida como habitabilidade.

Uma edificação também possibilita a espacialização das relações sociais, o que pode ser entendido como interação entre os usuários e o meio. Neste sentido, alguns aspectos criativos, funcionais e tecnológicos devem ser observados para garantir a habitabilidade. Conforme a abordagem de Malard (2006, p. 13), o objeto arquitetônico é entendido como uma unidade que “[...] é fruída na sua dimensão artística, usufruída na sua dimensão funcional e construída na sua dimensão tecnológica.”

Em relação às normas técnicas que regulamentam o projeto e a construção de edificações de finalidade residencial, pode-se citar a ABNT NBR 15575 - Edifícios habitacionais de até cinco pavimentos - Desempenho (2008), como a mais específica desta tipologia. Tal norma classifica as exigências do usuário e as relacionam quanto aos aspectos de segurança, sustentabilidade e habitabilidade, ~~que~~ os quais são utilizados como referência para a classificação de requisitos e critérios que devem ser observados em uma edificação habitacional. Nesta, as exigências de habitabilidade são listadas pelos seguintes fatores: estanqueidade; desempenho térmico, acústico, lumínico; saúde, higiene e qualidade do ar; funcionalidade; conforto tátil e antropodinâmico.

Para Bonduki (2002), o conceito de habitabilidade é mais amplo, pois está relacionado ao atendimento de um conjunto de aspectos que interferem na qualidade de vida e na comodidade dos moradores, bem como na satisfação de suas necessidades físicas, psicológicas e socioculturais. Neste mesmo sentido Almeida (2002, p. 77) cita que: “a característica de ser habitável faz com que os ambientes devam atender a necessidades existenciais, abrangendo diversos níveis, do fisiológico ao simbólico.”

Elali (2010) atribui habitabilidade como qualidade espacial ligada a aspectos de conforto ambiental, que possibilitam ou impedem a atividade humana. A autora ressalta, que se deve priorizar a avaliação do usuário, e para tal, que seja realizada em relação aos três níveis de necessidades: funcional; segurança/saúde e conforto psicológico. E acrescenta que habitabilidade é considerada um atributo percebido, ou seja, independe de avaliações e medições técnicas, pois está vinculada diretamente ao ponto de vista do usuário. Como exemplo, cita que:

[...] embora a quantidade de ruído em um cômodo corresponda à faixa tolerável pela norma técnica, ela pode ser considerada excessiva pelos seus ocupantes em função do tipo de atividade exercida no local e/ou sua condição física ou psicológica (ELALI, 2010, p. 67)

Neste sentido, verifica-se que afirmar se um ambiente construído apresenta habitabilidade é muito mais complexo do que na teoria, pois não está somente relacionada a índices que servem de parâmetros de avaliação técnicas, mas também a observações provenientes da percepção do usuário.

Também para Martucci e Basso (2002), o conceito de habitabilidade é mais amplo, pois entendem a habitação como um produto alcançado a partir do “ente físico casa” integrado aos “hábitos de uso da casa” que a torna de fato uma moradia. Os autores acrescentam que se deve projetar a habitação (p. 272): “integrando o interno

com o externo, ou seja, pautando-nos em elementos que se relacionam com a vida das pessoas e suas respectivas relações sociais, políticas, econômicas, históricas, ideológicas, etc”. A habitabilidade tem relação direta com a qualidade da habitação e satisfação do ocupante, para tanto a moradia deve estar integrada ao espaço urbano que disponha de serviços e de infraestrutura urbana para que seja possível habitar.

Em relação à habitabilidade urbana, Cohen et al. (2006, p.194) citam que: “[...] a habitação dever ser entendida em um sentido mais abrangente e sistêmico, no sentido de pertencimento, de usufruto e de direito à cidade”. Para tanto, devem ser atendidas questões como a oferta e o acesso por parte da população à rede de infraestrutura urbana e aos equipamentos públicos. Estes autores citam ainda que a habitabilidade urbana:

Diz respeito à questão do pertencimento ao território e da inclusão dentro de um amplo contexto urbano, dando visibilidade ao pleno exercício de fruir, usufruir e construir um espaço com qualidade de saudável/habitável (COHEN, 2006, p. 194).

Nogueira et al. (200?) propõem uma metodologia para estudar a habitabilidade urbana a partir de dimensões que abordam aspectos culturais e simbólicos, sob a compreensão da percepção ambiental e apropriação do espaço. Para tanto, desenvolveram um modelo conceitual baseado em qualidade do espaço urbano em termos de habitabilidade nas dimensões de “sentido” e “uso”. Para a dimensão de sentido foram definidos atributos que articulam forma, entorno e processos humanos de percepção e cognição, como: identidade, que faz referência à imagiabilidade; estrutura, que está ligada à legibilidade do lugar; e transparência, que revela o funcionamento das funções técnicas. Já a dimensão de uso está relacionada ao modo como as pessoas usam ou se comportam em determinado espaço, e para tanto foram definidos como atributos: adequação, que está pautada no grau em que a distribuição espacial e temporal de um lugar se ajusta a comportamento dos habitantes, e apropriação, que é a forma particular de interação entre usuário e ambiente.

Já especificamente quanto à habitabilidade da moradia, Malard (199-?) entende tal qualidade a partir do conceito definido fenomenologicamente por Heidegger de que a “casa-equipamento” é a casa “pronta-para-o-uso”. Para tanto, a autora faz uma relação entre os objetos martelo e casa, e afirma que da mesma forma que o martelo é um equipamento para martelar, a casa, fenomenologicamente compreendida, é também um equipamento para morar. A essência do martelo é a sua equipamentabilidade, definida por sua adequação para martelar, e qualificado pela sua maneabilidade, trabalhabilidade,

dureza e resistência. Fazendo analogia com a casa, ela diz que pode ser entendido que a equipamentabilidade da casa é definida por sua adequação ao morar, isto é, por sua habitabilidade.

2.2. Deficiência x qualidade da habitabilidade

Antes de se falar em deficiência da habitabilidade é necessário esclarecer quanto ao conceito de “qualidade”.

Segundo Elali (2010), tal conceito significa “adequação ao uso”, contudo, devido a aspectos como a evolução tecnológica e a avaliação específica, este atributo é constantemente redefinido pelo usuário ou consumidor. Esta autora apresenta dois significados para o uso técnico do termo utilizado pela Associação Norte-Americana da Qualidade (ASQ), em relação a um produto ou serviço (p. 61): “(1) ter capacidade para satisfazer necessidades declaradas ou implícitas; (2) estar livre de deficiências.” Para tanto, ela ressalta que devem ser observadas ações como a prevenção e detecção de defeitos, que são entendidas como garantias e controle de qualidade. Além disso, qualidade exige custos, mas sua ausência pode gerar gastos em devoluções, manutenções, retrabalho e principalmente insatisfação com o produto ou serviço.

Tais aspectos podem acarretar insatisfação do consumidor ou usuário e até caracterizar-se como fatores estressores. Elali (2010) apresenta estudos que indicam que o estresse pode ter origem na pessoa ou estar ligado a uma perspectiva socioambiental, para tanto cita que:

[...] o estresse é fruto da incongruência das relações entre o indivíduo e o ambiente sociofísico, ocorrendo quando as oportunidades ambientais são inadequadas ou insuficientes para que suas necessidades sejam atendidas e/ou suas metas atingidas (ELALI, 2010, p. 62)

Perturbações cotidianas que causam frustração, tensão e irritação podem ter origem nas relações interpessoais e nas condições do ambiente sociofísico, sendo que estas podem ser entendidas como estressores ambientais. Estudos listam os principais estressores relacionados ao ambiente físico, como:

[...] alta densidade (local pequeno para o número de ocupantes, ou área por ocupante menor do que a mínima admissível), nível de ruídos (acima do tolerável e atuando por muito tempo), iluminação (quer insuficiente, quer excessiva), temperatura (muito elevada ou muito inferior à adequada), pouco contato com o meio natural (considerado

importante restaurador do equilíbrio físico e psíquico), dificuldade com o mobiliário (problemas antropométricos/ergonômicos) (JONES e KINMAN, 2001 apud ELALI, 2010, p. 64).

Retornando à análise de que a casa é um equipamento de morar, e que para tanto deve apresentar um adequado desempenho nesta função, Malard (199-?) descreve que ela deve ser dotada de itens que revelam a sua equipamentabilidade nas atividades de morar, mas que estes, somente são percebidos quando apresentam falha, defeito ou inadequação. Tal ocorrência pode ser caracterizada como estressor ambiental, sendo que esta autora denomina o fenômeno como um “conflito”. Como exemplo, Malard (199-?, sem paginação) cita que: “[...] quando têm goteiras no telhado ou frestas nas esquadrias das janelas a água da chuva entra. Sempre que isso acontece, a habitabilidade como um todo é afetada: os móveis serão danificados, as cortinas ficarão manchadas e a pintura descascada”. Tal ocorrência revela um conflito entre o morador e sua casa.

Pereira et al. (2002) também abordam o conceito de conflito arquitetônico e mostra que ele é revelado a partir da interação entre usuários e moradias, que indicam desvios entre necessidades humanas e elementos arquitetônicos, uma vez que estes estejam ausentes ou mal providos.

Para Elali (2010), o ambiente construído deve oferecer condições para a realização de atividades humanas previstas, para tanto é necessário observar questões antropométricas e também estar atento aos pequenos detalhes que podem interferir no desempenho do ambiente, como:

[...] um caixilho inadequado, fazendo com que a esquadria balance durante a noite; bancadas de pia com altura inadequada; escadas com degraus de altura desigual; entre outros. Algumas dessas condições são diretamente nocivas para a saúde de seus usuários, no entanto muitas delas podem passar despercebidas durante muito tempo, tornando-se estressores poderosos (tanto para seus usuários diretos quanto para os responsáveis), sendo necessário fazer ajustes que re-estabeleçam as condições de sinomorfia essenciais ao atendimento das necessidades humanas (ELALI 2010, p. 68).

Dessa forma, entende-se que, para evitar conflitos ou estressores ambientais, deve-se primar pela qualidade e atendimento às necessidades humanas, entendidos como habitabilidade do ambiente construído. Voltando o olhar para o ambiente da moradia, Malard (199-?) afirma que somente quem mora é capaz de “capturar” a habitabilidade da casa. Para tanto, Almeida (1995) acrescenta que o fator tempo vivido sobre um espaço é fundamental para essa experiência por parte do habitante.

Somente a partir do tempo vivido é que o “espaço” se transforma em “lugar”, e tal sentimento também está ligado à habitabilidade. Segundo Almeida (2002, p. 73): “A característica de ser habitável faz com que os ambientes devam atender às necessidades existenciais abrangendo diversos níveis, como o fisiológico e o simbólico.

Para fechamento deste conceito, retomam-se as considerações de Malard (199-?), uma vez que esta autora interpreta de forma sucinta que a habitabilidade compreende três dimensões ou qualidades da habitação, quais sejam: a pragmática, que confere à casa a finalidade de abrigo; a simbólica, que se relaciona com a dimensão cultural, e a funcional, que engloba a qualidade dos espaços a partir do seu uso. A distribuição destas qualidades em grupos não significa que suas características não possam pertencer a outro. Essa autora acrescenta ainda, que as características do comportamento humano em busca de territorialidade, privacidade, identidade e ambiência interferem na satisfação do usuário em relação à qualidade de habitabilidade de um ambiente construído. Para tanto, é essencial que tais aspectos comportamentais sejam considerados no projeto de edificações habitacionais.

2.3. Projeto participativo na construção da habitabilidade

Para projetar e construir ambientes que irão propiciar melhores condições de vida ao homem, é necessário compreender o usuário e suas interações com o ambiente edificado. Neste sentido, deve-se considerar além das questões técnicas, também os aspectos relacionados ao contexto cultural (ALMEIDA, 2002; DEL RIO, DUARTE, RHEINGATZ, 2002), uma vez que o ato de projetar é um caminho integrador de diversos saberes, humanos e arquitetônicos (MALARD, 2006; FABRÍCIO E ORNSTEIN, 2010).

Para Elali (2010) um projeto deve ser iniciado com um estudo aprofundado junto à população alvo, pois a não compreensão das necessidades do usuário final e a pouca abertura de sua participação nesta etapa podem ocasionar a geração de um produto que não atenda a seus anseios. E dessa forma, a edificação tende a apresentar deficiências que podem estar relacionadas à forma inadequada, ao dimensionamento insuficiente, a não capacidade de atendimento ao número de usuários, a falhas quanto à legibilidade, *layout* e demais condições de habitabilidade.

A não observação das expectativas do usuário, o impulsiona a efetuar modificações no imóvel de forma atender às necessidades familiares (CAMARGO 2010). Priemus (1986 apud BRANDÃO e HEINECK, 2003) analisa as várias formas de adaptação social e explica que em busca de aspirações residenciais familiares é comum o seguinte comportamento: “a família altera suas cognições, adaptando-se à situação residencial (adaptação passiva), ou a família adapta seu ambiente (adaptação ativa)” (p. 43).

A partir da avaliação pós-ocupação em habitações unifamiliares de interesse social, Reis (1995 apud BRANDÃO e HEINECK, 2003) relacionou as principais razões que pelas quais o morador deseja promover tais alterações em sua moradia:

[...] estas alterações estão ligadas: (a) a aspectos funcionais como disposição e tamanho das peças; (b) ao tamanho da moradia como um todo; (c) a aspectos específicos ligados à privacidade visual e auditiva; (d) a aspectos ligados a questões estéticas; (e) a aspectos ligados a questões de personalização e definição do território; (f) às alterações no tamanho da família, nível econômico e educacional; (g) a aspectos de outra natureza, por exemplo, a necessidade de criar um abrigo para o carro ou ligados ao lazer, como a construção de uma churrasqueira. (REIS, 1995 apud BRANDÃO e HEINECK 2003, p. 40).

Estes autores ressaltam ainda, que os custos de tais adequações tendem a ser superiores ao de edificar espaços com características similares nos projetos originais. Sem considerar que, na maioria das vezes é o próprio usuário quem efetua tais modificações físicas sem nenhuma orientação técnica ou mão de obra especializada, o que acarreta uma baixa qualidade e desempenho construtivos (ABIKO e ORNSTEIN 2002).

A possibilidade de o usuário ter participação no processo de planejamento e na execução de sua moradia, faz com que aumente não só a satisfação, como também a identificação com o produto final (MALARD 2002; LEITE, 2006; SALGADO, 2010; MIRON 2010). Para Adams (2002, p. 58): “[...] os processos participativos incorporam a dimensão humana, respondem à necessidade e expectativas reais, criando importantes elos psicológicos entre o usuário e o ambiente construído.”

Contudo, Malard et al. (2002) e Elali (2010) descrevem sobre o desafio da participação do usuário devido à dificuldade do entendimento do trabalho do projetista pelo público leigo. Tal fato acarreta incompreensão ou interpretações equivocadas quanto ao projeto. Para tanto, estes autores propõem que tais projetos devem ser apresentados de forma que possibilitem uma leitura mais simples para o cliente, seja através de desenhos de elementos próximos à realidade e também de maquetes que

incluam figuras humanas que dão melhor noção de proporção das dimensões. Para Malard et al. (2002, p. 247) tal fato é de extrema importância, pois: “Ninguém participa sem decidir nem decide sem conhecer. Se assim não for, o projeto participativo será apenas uma manipulação para legitimar as decisões do arquiteto e de outros técnicos envolvidos no processo”.

Outro aspecto relevante a ser considerado é que os desejos, as necessidades familiares e a evolução tecnológica são motivadores da obsolescência das construções, e tal fato é o maior desafio para construções residenciais até então edificadas sob a forma tradicional de projeto baseado na perspectiva funcionalista clássica (BRANDÃO e HEINECK, 2003). Para tanto, vários autores defendem a importância da flexibilidade habitacional como alternativa para atender à evolução tecnológica e às necessidades humanas entendidas como habitabilidade.

CAPÍTULO 3 – A MORADIA NA CIDADE E NA SOCIEDADE

Este capítulo aponta para discussão mundial acerca da problemática habitacional e urbana, bem como para acordos firmados em prol de garantia do direito à *moradia adequada*, que seja digna, segura e saudável. Contudo, algumas experiências revelam falhas desta política quanto à qualidade, produção e reprodução da habitação de interesse social, em que é empregado o mesmo modelo, indiscriminadamente, de forma a comprometer o seu objetivo principal. Este, muitas vezes é desvirtuado devido a pressões econômicas e sociais para atender interesses diversos em detrimento ao do cliente final, o qual é colocado em segundo plano.

3.1. O discurso habitacional e urbano

A problemática habitacional e urbana é um tema em pauta já há certo tempo no cenário nacional e internacional. É o caso das Conferências das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, em Vancouver (1976) e em Istambul (1996), como também dos Fóruns Urbanos Mundiais, caracterizando um panorama de debates globais acerca da urbanização (MARICATO, 1997).

A partir da Conferência de Istambul, nomeada como Habitat II, foi elaborada a Agenda Habitat, que determina um elenco de compromissos, procedimentos e metas como respostas às demandas por padrões sustentáveis de vida nos assentamentos humanos, de forma a assegurar que todos possam usufruir de moradia digna em um ambiente seguro e sadio. Contudo, incluir o direito à habitação na Agenda Habitat não teve o êxito esperado, pois apesar de ser um acordo comum entre os países participantes, não foram desenvolvidos programas viáveis dentro da realidade de cada nação para garantir este direito básico à sua população excluída (BONDUKI, 1996).

A Conferência Habitat II foi a primeira conferência na qual setores não-governamentais tiveram participação oficial nos eventos promovidos pelas Organizações das Nações Unidas. Esta mudança é um reflexo dos novos paradigmas das políticas públicas, onde o Estado possui diferentes formas de relação com os demais agentes que atuam na construção da cidade, pois princípios como descentralização,

autonomia local e parcerias são hoje assumidos pela maioria dos países (ROLNIK, 1997).

Rolnik (1997) ressalta que na primeira conferência, em Vancouver (1976), prevaleceu a ideia de um estado centralizado, que excluía a possibilidade de abertura das decisões junto à sociedade mantendo uma relação de subordinação. Neste sentido, a política habitacional no Brasil, desde os anos 60, era marcada pela ação do Banco Nacional de Habitação (BNH), onde a própria estrutura do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) beneficiava os agentes de intermediação financeira, grandes empreiteiras e construtoras em detrimento do usuário final. Conforme Leite (2006):

Esta política habitacional visava, através do propósito de diminuir o déficit habitacional e gerar novos empregos, o aumento das construções, já que a indústria da construção civil utiliza mão de obra em larga escala, estimula a indústria como um todo já que exige insumos (p. 33).

Segundo Rolnik (1997), pode-se afirmar que o BNH foi uma história de parcerias entre bancos, construtoras e Governo Central que, ao invés de ampliar e democratizar o mercado habitacional, teve como efeito concentrá-lo e produzir um mercado imobiliário artificial e dependente dos recursos públicos. Os grandes conjuntos residenciais de baixa renda resultaram em exclusão e degradação ambiental em quase todas as cidades onde foram implantados. Para a autora, este modelo de “urbanização sem urbanidade” destinou para os pobres uma “não-cidade”, distante, com infraestrutura deficiente, e desqualificada como espaço e como lugar.

Vários estudiosos da política habitacional brasileira no período de 1964 – 1986, como Azevedo (1981), Bonduki (1996), Maricato (1997) entre outros, destacam que somente nos primeiros anos do BNH é que os investimentos privilegiaram as classes populares, o que pode ter ocorrido para legitimar o novo regime. No final de 1970, o país passou por uma crise econômica e os recursos tornaram-se escassos afetando o recolhimento do FGTS, os depósitos em poupança e o aumento de retirada do FGTS à medida que cresceu o desemprego. Deu-se então a falência no BNH e o seu fechamento em 1986, sendo que suas atribuições e recursos foram transferidos para a Caixa Econômica Federal – CAIXA. Entretanto, as tipologias das habitações sociais ainda seguem as mesmas diretrizes, onde prevalece o menor custo em detrimento do tamanho e qualidade da habitação.

Para Buzzar (2010), a sustentabilidade econômica, ou seja, a relação custo-benefício dos programas habitacionais brasileiros, sempre sobrepôs a outros valores, principalmente nos que exprimem a qualidade arquitetônica, construtiva e social.

Diante desta crítica, Coelho (2010) exemplifica como a política de habitação de interesse social portuguesa possui um discurso diferenciado e é direcionada à produção de cidades vivas, estimulantes e bem habitadas:

Trata-se assim de fazer habitação de interesse social com qualidade de desenho e em pequena escala para que tais intervenções sejam, realmente de interesse social para seus habitantes, e, simultaneamente, de fazer tais intervenções para que a cidade mantenha ou recupere, também, o seu interesse social (p. 225).

Assim, diversamente do que ocorre no Brasil, a prioridade da habitação de interesse social portuguesa está em otimizar a relação custo e qualidade, onde prevaleça um equilíbrio que garanta a qualidade adequada à satisfação das necessidades essenciais e de um benefício econômico que não se restrinja a curto prazo (PEDRO e BOUERI, 200-?). O autor Coelho (2010) acrescenta que se trata de uma arquitetura das vizinhanças e das continuidades urbanas, em soluções que não são condicionadas apenas em termos de custos e sim da qualidade da cidade, de forma que esta seja coesa, variada e que proporcione qualidade de vida e bem-estar social.

3.2. Moradia digna, segura e saudável

Segundo documento do Projeto Moradia (2002, p. 46), “[...] tudo leva a crer que no início do século XX o País tinha aproximadamente 10% da população morando em cidades. No final do século, essa população representa 80% do total”. Neste acelerado processo de construção das cidades, a maior parte das construções foi edificada sem atender às exigências urbanísticas e, segundo este documento, “surgiram quase que espontaneamente, ao arrepio das leis, do financiamento e da administração pública” (p.46).

A urbanização descontrolada provoca consequências na vida de cidadãos de todas as classes sociais, como congestionamento do trânsito, degradação ambiental, poluição, enchentes, deslizamentos, esgotamento sanitário precário, déficit habitacional crescente, dentre outros. Na maioria das vezes, tais problemas afloram juntamente com a chegada da época das chuvas, e é a população que vive à margem da sociedade quem

paga o preço mais alto pela dívida com o meio ambiente, revelando a relação da fragilidade ambiental com a vulnerabilidade social (ROLNIK, 1997).

São milhões de brasileiros que vivem em moradias indignas. Famílias inteiras que dividem apenas um cômodo, onde este espaço funciona como quarto para pais e filhos, que dormem juntos sem nenhuma privacidade, como também exerce a função de cozinha e banheiro, o que aumenta a situação de insalubridade. Muitas vezes estas famílias ainda acolhem outros parentes, para então compartilharem da pobreza e miséria (PROJETO MORADIA, 2002).

Segundo Guimarães (2005), morar dignamente é uma condição básica para que a pessoa se sinta cidadão de direitos como ser humano e de deveres perante a sociedade. Buzzar (2010) acrescenta que: “[...] o direito à habitação também é o direito à vida digna na cidade” (p. 214). Para tanto, um padrão mínimo de habitação deve garantir qualidade e conforto, e estar vinculado às redes de infraestrutura básica, como água, esgoto, energia elétrica, drenagem, transporte coletivo, e também a equipamentos sociais, de saúde, educação, segurança, lazer e cultura. De acordo com os princípios e objetivos da Agenda Habitat,

Entende-se por *moradia adequada* o abrigo que permita privacidade do usuário, uso de espaços adequados para realização de atividades, repouso e lazer, acessibilidade para deficientes e idosos; que possua iluminação, aquecimento e ventilação adequados que tenha estabilidade estrutural, segurança adequada, qualidade ambiental e infraestrutura básica adequada - fornecimento de água, serviços sanitários e serviços de coleta de lixo. Além disso, fácil acesso ao trabalho, escola e serviços de saúde, preço acessível e adequado, e facilidade na propriedade da terra e/ou imóvel são variáveis importantíssimas no provimento da habitação (ANTONUCCI et al., 2010, pg. 55 e 56).

Segundo este conceito, não é possível promover uma habitação digna se não for aliada a fatores econômicos e educacionais. Para tanto, deve ser previsto o desenvolvimento humano, em que se ampliem as oportunidades de emprego e renda, como também o desenvolvimento local, entendido como processo social que reúne crescimento econômico, redistribuição de renda e melhoria da qualidade de vida da comunidade (FABRÍCIO E ORNSTEIN, 2010).

Como a especulação imobiliária força a população marginalizada a se fixar em locais mais distantes das áreas urbanizadas, criam-se dificuldades nos deslocamentos diários para o trabalho ou para outras atividades. Bourdieu (1998) analisa a questão das distâncias físicas e simbólicas proporcionadas pela posse do capital:

[...] As distâncias físicas podem ser medidas segundo uma métrica espacial, ou melhor, temporal, na medida em que os deslocamentos tomam um tempo mais ou menos longo segundo as possibilidades de acesso aos meios de transporte, públicos ou privados. O poder que o capital, sob suas diferentes formas, dá sobre o espaço é, também, ao mesmo tempo, um poder sobre tempo [...] (p. 163).

De acordo com o documento do Projeto Moradia (2002, p. 65), “A mobilidade no espaço urbano é um indicador importante da qualidade de vida”, para tanto é necessário reduzir os deslocamentos, o que pode ser alcançado ao aproximar usos, como habitação, educação, saúde, lazer, comércio e indústria.

O investimento no saneamento urbano é outro fator importante que irá influir na qualidade de vida, e desta vez diretamente na saúde pública. Dados do Ministério da Saúde e apresentados pelo Projeto Moradia apontam que, entre 1995 e 1997, mais de 350 mil crianças morreram em consequência de doenças relacionadas à falta de saneamento (p. 22). É grande o número de pessoas que convivem com o esgoto a céu aberto, lixo e resíduos industriais que desembocam em cursos d’água que irão abastecer a população, o que compromete sua saúde e contribui para a proliferação de doenças.

Cohen et al. (2006) estudam o ambiente como determinante da saúde e de que forma a habitação se constitui em um espaço de construção e consolidação de qualidade de vida. Eles trabalham com um conceito amplo de “saúde”, relacionando-a sempre ao ambiente. Para conceituá-la consideram a dimensão física (água, esgoto, resíduos sólidos domésticos e industriais, drenagem urbana, controle de vetores, proteção da atmosfera, solo, rios, lagoas e oceanos) relacionada a fatores sociais, políticos, econômicos e culturais como condicionantes de ambientes saudáveis. Para estes, outras iniciativas de “habitação saudável” devem preconizar também:

[...] a elaboração de projetos que discutam o conceito ampliado de habitação incluindo as dimensões sanitárias, sociocultural e psíquica com adequação, integração e funcionalidade dos espaços físicos intra e peridomiciliares; utilização de tecnologia alternativa; prevenção de acidentes e desastres; criação de áreas de convívio para realização de atividades culturais e de lazer e a observância do contexto físico-geográfico, socioambiental, cultural, climático. (COHEN et al. 2006, p. 194)

O planejamento em saúde ambiental e habitacional é o meio para possibilitar novas formas de pensar e intervir no ambiente e no entorno. Segundo os mesmos autores, estudos urbanos presentes no planejamento físico-territorial e no plano diretor

seriam instrumentos de regulação pública indispensáveis para ambientes saudáveis por meio do ordenamento das cidades e da gestão ambiental integrada.

Um indicativo da preocupação dos governos em estabelecer diretrizes para condução da política urbana é a lei federal nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade. No seu capítulo 1, art. 2º, a lei determina que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como:

[...] o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2001).

Mourão e Pedro (2005) afirmam que foi em resposta aos crescentes sintomas de “insustentabilidade” da situação vigente que, em 1987, no Relatório Brundtland, documento intitulado como “Nosso Futuro Comum”, surgiu o conceito de “desenvolvimento sustentável”⁷. Por sua vez, Edwards (2008) pondera que a proposta de mudança a partir do desenvolvimento sustentável somente acontecerá dentro de uma educação da sociedade e de consciência política e empresarial no sentido de ações para iniciar mudanças nas cidades.

Na Agenda 21, elaborada a partir da Conferência Internacional ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, foi abordada a questão dos assentamentos humanos como um dos temas centrais para melhorar a qualidade social, econômica e ambiental. Nela consta que a habitação segura e saudável é direito de todos e que um assentamento humano sustentável deve proporcionar crescimento econômico e social, oportunidade de emprego, e que toda intervenção humana deve acontecer em harmonia com o meio ambiente (AZEVEDO, 2006).

Um objetivo de suma importância da construção civil é o desenvolvimento de formas de habitar mais sustentáveis, que visem à otimização dos recursos do meio ambiente e a satisfação das exigências habitacionais. Entretanto, Edwards (2008) alerta que este setor é um grande consumidor de recursos naturais e energéticos, além de gerador de resíduos, pois a indústria da construção civil consome 50% dos recursos mundiais, convertendo-se em uma das atividades menos sustentáveis do planeta.

⁷ Desenvolvimento sustentável: é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades (Brundtland, 1987)

Segundo a Câmara da Indústria da Construção (2008), sustentabilidade no seguimento da construção civil implica a adoção de soluções que propiciem edificações econômicas e bem-estar social. Para tanto, é necessário a implantação de sistemas construtivos que promovam integração com o meio ambiente, adaptando-os para as necessidades de uso, produção e consumo humano, sem esgotar os recursos naturais.

A “sustentabilidade” na habitação, de acordo com a ABNT NBR 15575 - Edifícios habitacionais de até cinco pavimentos – Desempenho (2008), está relacionada com durabilidade, manutenibilidade e impacto ambiental como forma de atender as exigências das dimensões econômicas e ambientais do morador. Entretanto, Azevedo (2006) afirma que também deve ser assegurado o atendimento à dimensão social que será atingida pelo fator de qualidade e segurança da habitação.

A produção da habitação social e sua aquisição como patrimônio familiar atende aos anseios imediatos de uma população que se vê sujeita ao pagamento mensal de um valor referente ao aluguel por não possuir a propriedade do imóvel (FERNANDES, 1999). Entretanto, a produção dessa moradia é questionada a respeito de sua sustentabilidade tanto na escala residencial, observados fatores de desempenho construtivo, quanto ao seu impacto no meio urbano. Miron (2010) considera que um bom projeto deve atender as necessidades do usuário, como também acrescentar aspectos ligados ao impacto ambiental da solução proposta, bem como dos materiais utilizados, da geração de resíduo, de dispositivos de consumo de energia e água, dentre outros. Mourão e Pedro (2005) apresentam oito princípios na forma de estratégias para orientar o desenvolvimento de formas de habitar que sejam sustentáveis.

O primeiro princípio está na “ocupação racional do solo”, de forma a densificar e reabilitar áreas já ocupadas para consolidar a malha urbana, bem como melhor aproveitar a infraestrutura, transporte público e serviços existentes, o que evitará supressão de novas áreas verdes.

Para se alcançar a “eficiência e autonomia energética” indica-se construir com elevada massa térmica de forma a assegurar o isolamento térmico e a proteção solar, orientar a edificação beneficiando ganhos solares e ventilação passiva e, por último, integrar sistemas para produção de energia a partir de fontes renováveis.

Já para a “gestão do ciclo hidrológico da água” a partir da escala residencial, deve-se aumentar sua retenção e infiltração natural, recolher e aproveitar águas pluviais, separar e tratar águas residuais e reduzir o consumo e desperdício de água potável através de instalações de equipamentos mais eficientes.

Quanto à “gestão de resíduos e materiais” deve-se privilegiar materiais que sejam de baixo impacto ambiental ao longo do seu ciclo de vida, como também é prudente minimizar resíduos domésticos, o que pode ser obtido com o incentivo de sua coleta seletiva.

Os autores relatam também que a “adequação aos modos de habitar” dos moradores é um princípio da habitação ambientalmente sustentável, pois evitará sua insatisfação que pode motivar a realização de alterações não previstas como, até mesmo, a rejeição da moradia. Para tanto devem ser revistos os modelos de habitação convencionais, como também se deve procurar flexibilizar os espaços.

As edificações e áreas residenciais também devem proporcionar “condições de saúde e conforto”. Para tanto, se deve assegurar a qualidade do ambiente interior através de condições de higiene e salubridade, aferidas por parâmetros como a temperatura do ar e das superfícies, umidade, ventilação, ruído e odores.

Já o princípio da “apropriação e participação” está na satisfação dos moradores com as habitações além das condições apresentadas no item anterior. Para tanto a moradia deve ser dotada de espaços que incentivem o uso do edifício e da vizinhança, de elementos que motivem a identificação individual e coletiva, como também a participação na gestão das edificações e dos espaços.

O último princípio apresentado por Mourão e Pedro (2005) é a “modulação e flexibilização” como opção na adoção de sistemas construtivos. Através deste é possível ter vantagens nas fases de projeto, construção, exploração e demolição, pois assim pode-se avaliar o impacto do edifício, otimizar o desempenho ambiental, diminuir mão de obra, desperdícios e geração de resíduos, como também facilitar a desmontagem de componentes para posterior utilização.

A partir destes oito princípios e estratégias citados por Mourão e Pedro (2005) para idealização de habitação sustentável, verifica-se que são vários os aspectos que devem ser observados para alcançá-la em suas vertentes ambiental, econômica e social. Quando são idealizadas várias habitações de forma simultânea, como em edifícios multifamiliares, condomínios residenciais e também conjuntos habitacionais, o planejamento e o gerenciamento devem ser pensados pluralmente, pois algumas tomadas de decisões irão influenciar os hábitos de várias pessoas e famílias, e terão reflexo na vida da comunidade presente e futura. Por fim, Guimarães (2005) ressalta a importância do trabalho social com a população oriunda de áreas de risco ou insalubres

para orientação quanto a questões de convivência em condomínio e constituição de comunidade, de forma que se respeitem e que saibam gerenciar áreas coletivas.

3.3. Habitação de interesse social: qualidade, produção e reprodução

O processo de urbanização do país gerou uma dinâmica de modernização e ao mesmo tempo reproduziu exclusão social e segregação territorial para grande parcela da população, pois os investimentos públicos nas cidades não corresponderam à demanda criada, sendo que as cidades cresceram no ritmo e na forma do capital privado que delas se apropria e conseqüentemente deixa de lado uma parcela considerável de brasileiros.

Essa situação acentua a violência como reflexo de uma fragmentação socioespacial, cultural e política, pois se verifica a diminuição dos investimentos em políticas públicas dirigidas aos segmentos menos favorecidos, em favor da aplicação dos recursos segundo os interesses privados dos grandes capitalistas, como em políticas urbanas que privilegiam investimentos em áreas mais nobres da cidade (RAMOS, 2002).

Para Bourdieu (1998), o modo como o capitalismo constrói a cidade faz com que somente uma parte da população dotada de recursos consiga se apropriar dos espaços com melhor infraestrutura pública. Já outros “cidadãos”, que mesmo trabalhando, mal conseguem pagar aluguel de uma moradia, se veem obrigados a fazê-la sob pontes, viadutos, em áreas de risco, ou sem nenhuma infraestrutura. A produção e apropriação privada da riqueza exclui o trabalhador no seu espaço, perdendo-se a noção de cidadania. Este, passa então a ser marcado pela desigualdade e exploração, alienado ao trabalho, às ideias, ao lazer e ao espaço.

Para Guimarães (2005), o governo desempenha um papel de controlador na vida do homem a partir de programas de construção de conjuntos habitacionais, onde as pessoas de baixa renda, vistas como iguais, são amontoadas em bairros planejados onde todas as casas são iguais, com a mesma cor e tamanho, com ruas retas, pouco espaço e falta de infraestrutura e lazer, compartilhando pobreza e falta de perspectiva. O sujeito passa então a ocupar um lugar no espaço de acordo com interesses de terceiros, dificultando o processo de reconhecimento do espaço pelo homem.

Bourdieu (1998) também descreve sobre o aspecto negativo da aglomeração em um mesmo espaço de pessoas destituídas de capital econômico, cultural e social:

A reunião em um mesmo lugar de uma população homogênea na despossessão tem também como efeito redobrar a despossessão, principalmente em matéria de cultura e de prática cultural: as pressões exercidas, em escala da classe ou do estabelecimento escolar ou em escala do conjunto habitacional pelos mais carentes ou mais afastados das exigências construtivas da existência “normal” produzem um efeito de atração, para baixo, portanto de nivelamento, e não deixam outra saída que a fuga (na maioria das vezes interdita pela falta de recursos) para outros lugares. (p. 166).

Segundo Guimarães (2005), o caráter excludente das habitações sociais propostas pelas políticas habitacionais é reforçado por alguns conceitos arquitetônicos e urbanísticos que ainda são aplicados a estas construções no Brasil. Este autor identifica e interpreta alguns aspectos morfológicos dos conjuntos habitacionais que não são vistos por ele como positivos no território ou na cidade, como:

- a “homogeneidade da massa construída”, maior que a escala do entorno, o que contrasta como a diversidade construtiva existente na vizinhança, tanto com a paisagem local, quanto em certa unidade arquitetônica. Uma característica dos espaços segregados é a sua não articulação com a sintaxe construída do território;

- “volumetrias repetidas e modulares”, semelhantes a pavilhões comunais, como penitenciárias, hospitais e quartéis. A extensão do volume construtivo é um aspecto formal que compromete a percepção de coesão do espaço e ao território;

- a “localização”, que geralmente acontece nas imediações dos bairros, muitas vezes atendidos parcialmente pelos serviços públicos. Geralmente a infraestrutura destes conjuntos é desfavorável em relação ao resto da cidade;

- o “padrão construtivo”, que retrata que todas as habitações são constituídas por materiais de construção de baixa qualidade, o que acarreta manifestações patológicas nas construções diminuindo seu desempenho e vida útil;

- o “número de unidades” maior que o das demais edificações do território circunvizinho. Este aspecto significa a intenção de concentrar exclusivamente famílias de baixo poder aquisitivo, o que reduz as possibilidades de trocas e relações interpessoais com grupos econômicos distintos;

Tais aspectos morfológicos, comumente aplicados a conjuntos habitacionais, desfavorecem o sentimento de pertencimento da população às cidades. Sobre o paradigma da maioria de conjuntos habitacionais é visto que:

Você anda por lugares marcados pela monotonia e pela mesmice, mas apesar de ter andado, tem a sensação de não ter ido a lugar nenhum. O norte é igual ao sul ou ao leste e oeste. Às vezes, norte, sul, leste e oeste são bem parecidos quando se está no terreno de um grande conjunto habitacional (JACOBS, 2001 apud GUIMARÃES, 2005, p.70).

Isto exprime a ideia de que estes espaços não estão em sintonia com o urbano, pois apenas estão nele contidos formando espaços excedentes e de exclusão. Esta ideia é também aplicada a condomínios fechados de alta classe social, que também são considerados como segregados, pois são percebidos como espaços isolados, seja pela distância dos principais centros de bairros como também por suas características construtivas de exceção. Entretanto, Guimarães (2005) esclarece que nestes acontece uma segregação almejada pelo morador, em busca de ambientes convenientemente construídos como “cidades ilhas” que são isoladas do resto do tecido urbano.

Werna et al. (2001) descrevem que a padronização dos projetos e o conjunto de grande número de unidades de interesse social, de qualidade muitas vezes questionável, retratam uma política incapaz de produzir casas dignas e urbanizadas que promovam a inserção social e fixem a população no local e no mercado de trabalho. Ainda a respeito desta falha da política habitacional quanto à capacidade de fixação da população:

[...] assistiu-se ao longo do tempo ao “passa-se uma casa”, semelhante ao passa-se o ponto comercial, com a diferença que neste caso trata-se da troca de local ou tipo de trabalho e no primeiro, geralmente, de troca de um abrigo por dinheiro, obrigando assim o ex-mutuário a voltar a morar “embaixo da ponte” e a de novo engrossar a fila dos sem teto (ROMÉRO E ORNSTEIN, 2003, p.16).

Conforme Buzzar (2010), a habitação social, que é tida como um direito necessita de intervenção do Estado tanto para elaboração de políticas públicas para acesso da população, como de regulamentação e restrição à livre comercialização das unidades como se fossem uma mercadoria qualquer.

Outra peculiaridade destes programas é que, ao tentar solucionar o problema social e gerar menor comprometimento da renda familiar, prevalece a ideia da moradia de dimensões mínimas, para que posteriormente seja aumentada pelo morador (GONÇALVES, 2003). Segundo Roméro e Ornstein (1999) este fato acarreta perda de controle urbanístico da área do conjunto, uma vez que os padrões dimensionais permitidos em geral não são respeitados. Constrói-se em expansão, em altura, na frente e nos fundos, o que estes autores caracterizam como formação de uma “favela incentivada por programas governamentais”. Tal fato ocorre por falta de orientação

técnica, o que compromete a habitabilidade e gera problemas tanto ambientais quanto de insalubridade. De acordo com Pedro e Boueri (200-?):

A inadequação das habitações às necessidades dos agregados familiares pode traduzir-se na realização de numerosas alterações pelos moradores. Estas alterações, quando realizadas sem a supervisão das autoridades podem colocar em risco a segurança dos edifícios e comprometer a imagem do conjunto. PEDRO e BOUERI (200-?, p. 28)

Quanto às questões ligadas ao dimensionamento de ambientes, Elali (2010, p. 66) argumenta que estas estão ligadas a três esferas de atividades: “definição do tamanho do empreendimento em relação ao contexto; definição da escala dimensional da intervenção no sentido da proporcionalidade dos ambientes em relação a seus ocupantes; dimensionamento dos cômodos”. A primeira está relacionada à preocupação em promover compatibilidade entre a proposta projetual e a comunidade, de forma a possibilitar o sentimento de “sentir-se bem”. A segunda diz respeito a questões ergonômicas e de antropometria ao se definir elementos como altura das aberturas, pé direito e análise de espaços e atividades, permitindo que os usuários façam escolhas que atendam suas necessidades, caso sejam específicas. A terceira refere-se a padrões de dimensionamentos mínimos por cômodos, muitas vezes especificados por normas técnicas fruto de estudo do comportamento humano e análise dos espaços de atividades.

Fabrizio e Ornstein (2010) lembram que foi no período entre guerras, com o propósito de combater o déficit habitacional a que era submetida a população europeia, que houve a necessidade de rever o conceito de moradia, principalmente em relação aos seus espaços e dimensões para atendimento de um maior número de pessoas. Assim se deu o início da industrialização da moradia, cuja produção acontecia em larga escala, racionalmente industrializada e funcionalmente concebida sem desperdícios de espaço, de forma a baratear as unidades e atender ao maior número de pessoas.

Ainda em relação à dimensão funcional, racionalidade e eficiência, Malard (199-?) explica que a declaração de Le Corbusier (1923) de que “a casa é uma máquina de morar” expressa que ela deve possuir todos os requisitos e acessórios necessários para que seja eficiente para exercer tal atividade. Entretanto a autora afirma que devido à especulação imobiliária este conceito foi distorcido e então se reduziram os aspectos funcionais da casa em apenas necessidades básicas descartando aspectos simbólicos como desejos e aspirações.

Disto gerou formulações sobre o mínimo para se morar, que no caso de habitações para baixa renda, acarretou a construção de inúmeras unidades habitacionais sem qualidade arquitetônica e espacial, distribuídas em enormes conjuntos habitacionais. Para Fabrício e Ornstein (2010), no Brasil, muitos destes conjuntos, cuja qualidade é questionável, nunca interferiram efetivamente no déficit habitacional e sim geraram problemas sociais, construtivos e urbanos.

Estes autores trabalham com o tema qualidade no projeto de edifícios e argumentam que o termo “qualidade” segue o conceito clássico de “adequação ao uso”. Para o uso, a qualidade deve estar associada ao desempenho da edificação, aos custos, facilidade de manutenção, valorização econômica do imóvel, dentre outros aspectos, uma vez que este conceito é amplo e dinâmico.

Por estes fatores tem-se que a qualidade do ambiente construído não deve atender somente às características físicas passíveis de medições técnicas, e sim, também ao grau de satisfação do usuário que deve ser considerado na etapa de projeto. Ramos (2002) afirma que para o desenvolvimento de conjuntos habitacionais é necessário a soma de interesses de diversos atores:

No processo de provisão de moradia, instaura-se uma forte polarização de interesses, opondo, de um lado, os agentes do capital financeiro e de produção imobiliária que se dirigem de forma competitiva às frações vinculadas ao grande e médio capital, de elevado poder aquisitivo, e, de outro, os trabalhadores mal posicionados em termos de renda familiar [...] (RAMOS, 2002, p. 155)

Fabrício e Ornstein (2010) classificam como quatro os grupos de personagens envolvidos na produção da moradia: cliente final que é a população alvo; cliente promotor formado por grupos e organizações envolvidos na concepção dos empreendimentos que também podem estar envolvidos com todo o processo de desenvolvimento; cliente executor que é responsável por atividades pontuais como projetos e execução; cliente financiador que fornecem recursos financeiros para o desenvolvimento de um empreendimento habitacional. Outros autores ampliam este número de personagens e apresentam os interesses de cada classe, como:

[...] os usuários requerem conveniência, qualidade de vida e custo; os construtores observam aspectos da construção em si e custos; os projetistas, projeto, aspectos plásticos e custo; os engenheiros, a estrutura (solidez), aspectos da construção em si mesma e custo; os investidores focam para negócios e custo; os bancos voltam-se para o financiamento e custo; as imobiliárias e corretores focam a transação e

custo; os políticos detêm-se no financiamento e aspectos sociais (PAIVA e PEREIRA 2001, apud LEITE 2006, p. 72 e 73).

Leite (2006) aponta que o que acontece na maioria das vezes é uma incompatibilidade entre tais agentes envolvidos, que pode chegar a um impasse quanto aos objetivos e o ponto de vista de cada um em relação às características que deve possuir a habitação. Como o fator dos custos é interesse comum de todos e o fato do cliente final ser composto por uma grande diversidade de pessoas, tem-se dificuldade na captura de informações para atender a requisitos individuais, o que se torna justificativa para que o morador seja entendido como “tipo padrão” e então, na maioria das vezes, ignorado pelos demais agentes envolvidos.

Segundo Pedro e Boueri (200?), o cliente final se vê obrigado a aceitar a condição imposta, e, uma vez que a edificação não atende suas necessidades e aspirações, o local torna-se fonte de estresse já que são obrigados a conviver cotidianamente com tais limitações. Camargo (2010) ressalta que a alternativa está em adaptá-la fisicamente ou adequar-se a um novo cotidiano doméstico, causando aborrecimentos, insatisfação e geração de novos custos para o cliente final.

Quanto à qualidade construtiva, Souza e Ripper (1998) afirmam que principalmente em edificações habitacionais, alguns erros são grosseiros e de fácil constatação, como falta de prumo, de esquadro e de alinhamento de elementos estruturais e alvenarias, desnivelamento de pisos, falta de caimento correto em pisos molhados, execução espessa da argamassa de assentamento de piso cerâmico, como também, flechas excessivas em lajes. Entretanto estes autores afirmam que: “Outros erros, no entanto, são de difícil verificação e só poderão ser adequadamente observados após algum tempo de uso, como é o caso de deficiências nas instalações elétricas e hidráulicas [...]” (p.25).

Thomaz (2001) apresenta um trabalho de levantamento em cinquenta conjuntos habitacionais, promovidos pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo. Tal trabalho esteve direcionado a detectar as manifestações patológicas construtivas, indicando origens, causas, mecanismos de ocorrência, manifestações e consequências das situações em que as construções e suas partes não apresentavam um desempenho⁸ mínimo pré-estabelecido. Posteriormente foi realizada

⁸ Desempenho: comportamento em serviço de cada produto, ao longo da vida útil, e a sua medida relativa espelhará, sempre, o resultado do trabalho desenvolvido nas etapas de projeto, construção e manutenção. (SOUZA, V. C. RIPPER, 1998, p. 17)

uma análise qualitativa com o objetivo final de transmitir experiências mal sucedidas para que erros não voltem a se repetir.

Thomaz (2001) agrupou em categorias os resultados dos casos típicos de manifestações patológicas como: problemas relativos às fundações e estruturas; problemas relativos às vedações, caixilhos e revestimentos; problemas relacionados a pisos e impermeabilizações; problemas relativos às instalações elétricas; problemas referentes às instalações de água fria e de esgoto.

Ao mencionar todos estes fatores, Thomaz (2001) afirma que a análise das causas revela que muitos problemas constatados nas construções poderiam ser evitados com a adoção de conhecimentos já consagrados. Nas obras o que se tem é a diferença pronunciada entre a concepção dos projetos e o seu real funcionamento, e assim o comprometimento do desempenho almejado, como também da vida útil⁹ prevista e a efetiva. A baixa qualidade das construções resulta da conjugação de vários fatores, como falta de divulgação de estudos aplicados sobre as patologias dos edifícios, pouca reciclagem técnica, baixa remuneração e despreparo intelectual dos profissionais envolvidos na construção civil. Somado a estes, tem-se a predominância da visão capitalista, onde os lucros prevalecem em detrimento da qualidade.

A partir disto, fica claro que é o cliente final quem paga, literalmente, pelas falhas e discursos equivocados desta política habitacional e urbana que insiste em continuar reproduzindo o mesmo modelo. É urgente que haja aperfeiçoamento quanto à idealização da habitação de interesse social frente aos seus próprios erros, bem como redirecionamento do seu objetivo principal para atender ao cliente final que é a população de baixa renda.

⁹ Vida útil: período de tempo durante o qual o edifício (ou seus sistemas) mantém o desempenho esperado, quando submetido às atividades de manutenção predefinidas em projeto (ABNT NBR 15575-1:2008, p. 7)

CAPÍTULO 4 – O MORADOR E A MORADIA

Este capítulo tem por finalidade apresentar a relação do morador com sua moradia. Para tanto é investigado quanto as necessidades e prioridades do morador, que inicialmente é baseada em aspectos fisiológicos, mas que a partir do tempo vivido se dá processo de apropriação motivado por comportamentos humanos na busca também por envolvimento, estima e autorrealização. Neste sentido é preciso que a casa proporcione além da qualidade de abrigo, outros atributos que permitam que nela seja estabelecida moradia, para de fato atender plenamente ao bem estar do homem.

4.1. Conhecer e entender prioridades do morador

O princípio da busca do homem por habitação não foi motivado por necessidade emotiva e nem estética, e sim fisiológica. Simonini (1990) afirma que este desejo remonta à luta do homem primitivo pelo instinto de sobrevivência da espécie, pois foi embaixo de árvores, cavernas e grutas que ele procurou abrigo e proteção de animais, da chuva, do sol e do vento. Nesta função básica da casa como abrigo, Lemos (1989, p. 9) afirma que “A casa tem que ser entendida como um invólucro seletivo e corretivo das manifestações climáticas enquanto ela oferece as mais variadas possibilidades de proteção.”

Lemos (1989, p.11) lembra que “Em Portugal e até bem pouco tempo no Brasil colonial, sempre se chamou a morada de fogo ou de fogão”. Tal fato referencia a casa enquanto abrigo do fogo, ao fogo da culinária e também ao fogo que aquecia as noites. Ressalta ainda que a habitação brasileira e seu modo de viver sempre foram influenciados pelos costumes e hábitos copiados e adaptados da Europa.

Rybczynski (1996) faz uma retrospectiva dos hábitos domésticos e conta que a casa medieval era um lugar público, e não privado. Ela era composta apenas por um ou dois cômodos denominados de salão, onde todas as atividades seriam realizadas, como: comer, receber visitas, fazer negócios e dormir. A casa também era subdividida em usos diurnos e noturnos e em áreas formais e informais. Segundo ainda este autor, foi Blondel, arquiteto de Luís XV e fundador da primeira escola de arquitetura de tempo integral na Europa, que declarou que para projetar uma casa corretamente devia dividir

os cômodos em três categorias: lazer, repouso e serviços gerais. Também Lemos (1989), a respeito da tripartição das funções da habitação explica que pode ser a mesma para famílias em qualquer nível social, cidade ou país.

Contudo, as necessidades humanas não se limitam ao uso da casa como abrigo e às relações funcionais e de uso que nela se estabelecem. A idealização de uma casa em relação às expectativas de ordem cultural é uma tarefa interdisciplinar que envolve fundamentalmente aspectos antropológicos. Segundo Almeida (2002), projetar consiste em articular diferentes aspectos de forma criativa, oferecendo uma proposta concreta de síntese ao mesmo tempo funcional, simbólica e racional, uma vez que:

Projetamos para pessoas que têm necessidades psicofisiológicas, anseios e formas de expressão cultural; construímos intervindo no ambiente natural, composto dos mais variados elementos climáticos, topográficos e geográficos; utilizamos materiais que têm propriedades e características físicas e químicas; articulamos formas por meio da aplicação de tecnologias que obedecem a sistemas construtivos e estruturais; interferimos nos eventos sociais concretizando relações públicas e privadas, delimitamos territórios, favorecendo ou dificultando a acessibilidade etc. Enfim, lidamos com uma diversidade de elementos situados desde o nível mais subjetivo até o mais objetivo. (ALMEIDA 2002, p. 76).

Neste sentido, Guimarães (2005) afirma que para que os processos de planejamento urbano e habitacional tenham êxito, também precisam passar por profissionais que possuem conhecimentos quanto ao coletivo, como sociólogos, assistentes sociais, antropólogos dentre outros. A falta de interação entre os profissionais provavelmente limita avanços quanto à habitação, principalmente a social. Segundo ainda este autor:

Os profissionais das áreas humanas, sobretudo de estudos sociais, possuem saberes complementares aos dos arquitetos, são familiarizados com projetos urbanos, lidam com métodos próprios para extrair dados e conteúdos objetivos da complexa dinâmica de grupos sociais. (GUIMARÃES 2005, p.67).

Entretanto, não se pode pensar que com estudos de um determinado local se alcancem fontes de informação única ou de formulações de um espaço ideal, que irá refletir as necessidades de tal grupo de pessoas. Isto acontece porque as necessidades dos indivíduos são temporais e espaciais, uma vez que estão em constantes mudanças em conformação com o que acontece em toda a sociedade (GUIMARÃES, 2005).

Para estabelecer o espaço onde morar tem-se que levar em conta o cotidiano, que é o que legitima a cidade. SERPA (2007) afirma que o elo entre o morador e a cidade

acontece também por interação com os seus espaços públicos que são experienciados pela população em socializações no lugar onde trabalham, estudam, constituem amigos, comemoram festas tradicionais e religiosas, dentre outras que não se restringem somente às relações de bairros. O conceito de espaço de morar é, portanto, amplo:

A habitação é um espaço do morador e do coletivo. Esses espaços além de formarem as cidades, acabam também por formarem o cotidiano. E o cotidiano não é uma abstração, é uma manifestação da vida diária das pessoas. (GUIMARÃES, 2005, p. 74).

Hertzberger (1999) recomenda que nos bairros residenciais devem-se tratar as ruas com qualidade para possibilitar não só uma relação cotidiana, como também para as ocasiões especiais, de modo que as atividades comunitárias e as atividades relevantes para a comunidade local possam se estabelecer.

A casa como localidade física no mundo habitado deverá representar um refúgio da vida e ao mesmo um lugar através no qual estabelecemos vínculos e meios de atuarmos nesse mundo (BACHELARD, 1993; CAMARGO, 2010).

Serpa (2007, p. 153) afirma que: “As relações de vizinhança constituem um caso particular de redes do cotidiano. Elas são ainda muito condicionadas pelas diferenças entre classes sociais”. Assim, conforme Hertzberger (1999, p.49), “quanto melhores as condições econômicas das pessoas, menos elas necessitam dos vizinhos, e tendem a fazer menos coisas juntas.” Nesse mesmo sentido, Serpa (2007) destaca que os relacionamentos entre moradores nos bairros populares são geralmente mais próximos, condicionados pela limitação de oportunidades, pobreza, insegurança e medo. Já nos bairros de classe média, as relações são seletivas e pessoais, pois o poder aquisitivo faz diminuir a necessidade de ajuda mútua.

Cotidiano e vida de bairro são processos dinâmicos que ganham conteúdos diversos na medida em que mudam as estratégias dos diferentes agentes produtores dos espaços (SERPA, 2007). Nos bairros ou em guetos, são os moradores os verdadeiros agentes de transformação a partir de relações impregnadas de laços, que tentam homogeneizar seu território por identidade territorial e estabelecimento de fronteiras (BOURDIEU, 1998).

Para Duarte (2002), no processo de planejamento habitacional deve-se considerar a moradia como uma “célula viva”, capaz de modificar e de se reproduzir sendo parte de um conjunto que procura sua estabilidade e sua identidade. Para tanto é essencial estudar esta dinâmica para o desenvolvimento e implantação de novos projetos

para habitação de baixa renda, caso contrário o planejamento não poderá ser considerado como sério e eficaz. Conforme Peruzzo (2008):

[...] não é correto definir habitação apenas como uma estrutura física. Para ser uma habitação é essencial que esteja localizada próxima de escolas, de postos de trabalho, de lazer. Em muitos casos, a moradia é abandonada porque os deslocamentos para o trabalho e para as áreas de comércio se tornam economicamente inviáveis. (PERUZZO, 2008, p.16)

Para melhor compreender as relações socioculturais dos moradores em conjuntos habitacionais, devem-se conhecer as práticas de organização social e os mecanismos empregados por essa população para se adaptar ao novo meio. A análise das modificações efetuadas pelos moradores tanto em suas casas quanto nos espaços públicos vai retratar os processos de apropriação simbólica e material do bairro (MOURÃO e CAVALCANTE, 2006).

Segundo Hershberg (1966, apud Elali, 2010), o homem possui necessidades humanas baseadas em fatores internos e externos. Os externos correspondem ao mínimo para a sobrevivência, os quais o autor identifica como fatores higiênicos ou de insatisfação, pois se sua condição ficar abaixo dos padrões considerados adequados irá gerar insatisfação. Já os internos relacionam-se à qualidade do desempenho e à saúde, na forma de fatores de motivação ou de satisfação.



Figura 4.1: Hierarquia das necessidades humanas
Fonte: Leite (2006, p. 71)

Leite (2006) apresenta uma pirâmide (Figura 4.1) que representa a hierarquia das necessidades humanas que são transpostas na busca por uma habitação adequada. Na base desta estão relacionados aspectos de necessidades fisiológicas, seguidas pelos aspectos de segurança. Ter onde morar é a principal conquista do usuário e, posteriormente a este estágio alcançado, serão buscados aspectos relacionados ao

envolvimento, estima e em último lugar a autorrealização. É a partir destes três últimos estágios que o homem começa a externar aspectos simbólicos ligados aos hábitos e valores individuais e familiares.

Esta concepção é compartilhada por Camargo (2010, p. 252), para quem “A partir do enfoque do habitar doméstico como algo *localizado e materializado*, consideramos, inicialmente, a casa como o local físico que elegemos para nos recolher do mundo e praticar esse habitar”. Porém, “Ao transformar nossa casa física em um espaço habitado, passamos a percebê-la como uma entidade única que acolhe nossa subjetividade, que nos apoia não apenas física, mas também emocionalmente” (p. 253). Com o passar do tempo o morador revela em sua casa seus valores, necessidades, aspirações e desejos e ela então é como um reflexo do morador ao mesmo tempo em que se vê refletido nela.

Quando a casa passa do estágio de abrigo para uma relação de envolvimento é que então se torna uma moradia.

4.2. Estabelecer moradia: dimensão simbólica do habitar

Para início deste item é necessário esclarecer os conceitos que envolvem os termos “casa”, “moradia”, “lar” e “habitação”, mesmo que estes não sejam utilizados de forma consensual entre os autores.

O filósofo Bachelard (1993) relaciona a casa com a mãe que luta para se manter viva e, assim, proteger seus filhos, os habitantes. Ainda para este autor, a nossa casa, objeto físico, incorpora a nossa morada, o nosso lar. Mesmo a casa de nossos pais é sempre mencionada como “lá em casa”, mesmo quando não moramos mais nela.

Já para Camargo (2010), o termo “casa” refere-se ao objeto material construído, dotado de características físicas e localização própria. Por sua vez, o termo “moradia” está relacionado ao objeto físico casa na situação de estar habitado pelo homem, onde se experienciam as potencialidades da casa e se recebem as contribuições dos moradores. Ainda para este autor, o conceito de “lar” é utilizado para designar a moradia quando percebida subjetivamente pelos seus moradores. Por fim, quando há o extravasamento das interações da moradia para questões ligadas a infraestrutura e serviços ela é designada pelo termo “habitação”.

Martucci e Basso (2002) conceituam “casa” e “moradia” de forma similar à adotada por Camargo (2010). Para os autores, a casa “[...] é a casca protetora, é o

invólucro que divide, tanto espaços internos como espaços externos. É o ente físico” (p. 271). Para a edificação de uma casa, seja qual for sua tipologia, são necessários materiais, componentes, subsistemas e sistemas construtivos, bem como processos construtivos e técnicas utilizados pelo setor da construção civil para produção do produto casa. Segundo estes autores, para designá-la como moradia, deve-se levar em conta aspectos revelados a partir da vivência, como os hábitos de uso da casa e o modo de vida do usuário. Estes autores esclarecem que ao longo do tempo, uma mesma casa pode ser habitada em épocas diferentes por famílias diversas: “Os mesmos invólucros, os mesmos entes físicos, se transformam em moradias diferentes, com características, cujos hábitos de uso dos ‘moradores’ ou ‘usuários’ são a tônica da mudança.” (MARTUCCI e BASSO, 2002, p. 272). Já para o termo habitação, eles a consideram a partir do conceito de “habitat”, onde se integre o interno com o externo, ou seja, relacionados à vida das pessoas e suas respectivas relações políticas, econômicas, históricas e ideológicas. Assim, a habitação é a casa e a moradia integradas ao espaço urbano, com todos os elementos que este possa oferecer.

Já Malard (199?) faz a distinção entre os termos “casa” e “lar”, onde o primeiro se relaciona ao objeto comprado e o segundo àquele em que se mora e com o qual se estabelece uma relação emocional, ou seja, a casa é onde se dá a experiência do lar. Morar, no sentido de constituir um lar é fundamental característica para que o homem se entenda como “ser no mundo” e isto significa que estabelecer moradia, como também um habitar doméstico, deve possuir um conceito além do primitivo de representar um abrigo.

A edificação que o homem habita deve proporcionar o enraizamento e pertencimento ao local, para possibilitar a relação de morar. Isto se dá quando este espaço permite também atividades inerentes ao ser humano como estudar, divertir, trabalhar e sonhar. Para Bachelard (1993, p. 26), “A casa é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças, os sonhos do homem” e sem ela o homem seria disperso, pois ela é tanto o canto do ser humano no mundo, como também o seu universo.

Malard (2006) analisa os ensinamentos de Heidegger¹⁰, que discute a essência do ser, a qual ele designa como “ser no mundo”. Para aquela autora, a gênese do espaço arquitetônico decorre de espacialidades próprias ao ser humano, uma vez que a

¹⁰ Heidegger (1962, apud Malard, 2006). HEIDEGGER, M. Being and Time. Trad. John Macquirre & Edward Robinson. London: SCM Press, 1962.

existência deste tem uma dimensão espacial que é parte da própria experiência do homem no mundo. Para esta autora, “O mundo não é um *container* no qual o homem é (existe), nem o homem pode “ser no mundo” como se o mundo fosse uma extensão do espaço independente dele.” (p. 26). Neste sentido, o homem e mundo são indissociáveis, pois a espacialidade é parte integrante da natureza do ser.

Também para Camargo (2010, p. 43), “Habitar em uma casa é habitar o mundo, e a casa, como entidade física, é um meio de experimentarmos ser parte desse mundo”. Segundo esta autora existe uma conexão entre o habitar doméstico e o de se perceber inserido tanto na casa, na cidade, na região ou no país em que se vive. São os sentimentos de identidade e pertencimento que fazem com que a nossa casa seja percebida como *lugar*. Lugar este que proporciona sentimentos de estar inserido e de ser aceito no local em que se vive.

Segundo Duarte (2005), o conceito de *lugar* estabelece a conotação simbólica que ocorre em decorrência de combinações entre o espaço físico e as interferências humanas para então atribuir-se significado. Um exemplo de lugar apresentado por Bachelard (1993) é a casa natal, pois é um local dotado de lembranças e sentimentos particulares de uma determinada família.

Memórias, ideias, sentimentos, atitudes, valores, preferências, significados relacionados com o ambiente formam cognições que, segundo a psicologia, referem-se ao passado ambiental de uma pessoa. Vínculos com o entorno são importantes para a formação da identidade de lugar do sujeito, e este aspecto é importante para diferenciar as noções de espaço e lugar. Para Yi-fu Tuan (apud Del Rio et al, 2002), que trabalha com os conceitos de topofilia ou elo afetivo entre o homem e o lugar, o sentimento de lugar está associado à segurança e estabilidade, enquanto o conceito de espaço remete a liberdade e movimento. Assim,

O espaço indiferenciado, caracterizado como o local da aventura, da liberdade e do movimento, transforma-se em lugar à medida que o sujeito o vivencia através do tempo e da intensidade, passando, então, a ser dotado de valor afetivo para o sujeito. (MOURÃO e CAVALCANTE, 2006, sem paginação).

Malard (2006) trabalha com a relação orgânica entre corpo e espaço e diz que ela é fundamental para a compreensão do espaço arquitetônico, pois “a tomada do mundo pelo sujeito/corpo faz acontecer o evento e produz o lugar.” (p. 28). Segundo esta autora, um corpo se move por intenções e desejos, que irão atender a necessidades objetivas ou subjetivas, e é neste movimento que serão gerados eventos que se

especializam, formando lugares. A autora acrescenta ainda que: “Além de espaço, os eventos precisam de tempo para acontecer” (p. 47). Ao utilizar o termo tempo, ela não se refere ao tempo de dias, horas e minutos e sim ao tempo vivido no cotidiano, pois este é fundamental para compreender seu papel nas espacializações.

É a partir do tempo vivido de uma população em certo espaço que esta passa a ser denominada como comunidade e tal espaço transforma-se em lugar, onde todos se conhecem e criam laços comunitários (DUARTE, 2002). A rotina previsível e aparentemente irrelevante que envolve o cotidiano doméstico é entendida como aspecto fundamental para obter sentimento de confiança, ordem e estabilidade proporcionado pela casa de uma família. Como afirma Bachelard (1993), a casa cria ordem no caos que é o mundo e é o elemento de estabilidade na nossa vida, sem o qual nós nos sentimos dispersos e perdidos. Ele ainda a designa como uma fortaleza na qual nos abrigamos das agressões do mundo, e também ponto de referência de onde sempre partimos e para o qual sempre desejamos retornar.

Assim como Bachelard, Hertzberger (1999) relata a necessidade de se ter o espaço pessoal, que pode ser alcançado através do estabelecimento da casa e da moradia:

Um “ninho seguro”- um espaço concebido à nossa volta, onde sabemos que nossas coisas estão seguras e onde podemos nos concentrar sem sermos perturbados pelos outros – é algo de que cada indivíduo precisa tanto quanto o grupo. Sem isso, não pode haver colaboração com os outros. *Se você não tem um lugar que possa chamar de seu, você não sabe onde está!* Não pode haver aventura sem uma base para onde retornar: todo mundo precisa de uma espécie de ninho para pousar. (p.28)

4.3. - Ações e relações no morar

Conforme Del Rio, Duarte, Rheingantz (2002), o habitat e o habitar estão relacionados a questões comportamentais humanas que precisam ser consideradas quando se concebe um ambiente construído. Almeida (1995) designa tais comportamentos como fenômenos existenciais, ou necessidades humanas, que podem ser expressos através de determinados elementos arquitetônicos. A respeito da análise de fenômenos, Malard et al. (2002) explicam que uma abordagem fenomenológica é uma avaliação que evita recorte, ou seja, uma análise holística do fenômeno sem levar em conta preconceitos ou pré-julgamentos. Tal estudo é utilizado para compreender o

porquê de tal comportamento e, para tanto, se faz necessário investigar, apreender e interpretar o significado do fenômeno específico. Tal abordagem é muito utilizada por especialistas em Avaliação Pós-Ocupação do Ambiente Construído.

DOVEY (1985, apud Malard, 199?) designa morar como um fenômeno e para tanto propõe que seja analisado enquanto ordem, identidade e aderência. A casa enquanto ordem é caracterizada pelo modo como a pessoa se sente em um lugar seguro e orientado no espaço, no tempo e na sociedade. O sentido de identidade incorporado ao fenômeno de morar é relativo a quem se sente em casa e de que forma se identifica nela e é identificado por ela. Já a casa como aderência expressa as relações que tornam significativas a experiência de morar, como que na aderência ao passado e ao futuro e também aderência ao lugar e às pessoas do lugar.

Korosec-Serfaty (1985, apud Malard, 199?) também adota a abordagem fenomenológica ao examinar o modo como a relação com a casa é experimentada pelo morador, e então propõe definir três características fundamentais do morar: estabelecimento de um interior/exterior, estabelecimento de visibilidade e apropriação. Tais características são abordadas com grande importância no campo da Arquitetura e do Urbanismo e, portanto, serão tratadas separadamente.

4.3.1. Estabelecer: interior x exterior e público x privado

O estabelecimento de fronteiras, ou seja, o comportamento de *territorialidade* é que marca a relação interior e exterior, sendo que o primeiro é limitado e está inserido num espaço demarcado, e o segundo não tem limites, como também não está inserido em nenhum espaço definido. Para Malard (199?) estabelecer uma relação interior/exterior é uma forma de demarcar as fronteiras que qualificam o espaço, pois morar é estar dentro de um lugar, em oposição ao estar fora, em um espaço infinito.

Esta diferenciação quando feita pelo homem se dá por escolha, definição, marcação e construção de lugares, como através de muros, grades ou mesmo de vegetação. Ao criar lugares arquitetônicos, o homem está diferenciando e qualificando espaços para desenvolver suas atividades. Por isso, todos os ambientes arquitetônicos são submetidos a este processo de demarcação do território interno/externo, que também significa distinguir a característica do que é privado e do que é público (ALMEIDA, 1995).

Segundo Hertzberger (1999, p. 12), “Os conceitos de ‘público’ e ‘privado’ podem ser interpretados como a tradução em termos espaciais de ‘coletivo’ e ‘individual’. Segundo este autor pode-se dizer que pública é uma área acessível a todos a qualquer momento, sendo que a responsabilidade de tal local deve ser assumida coletivamente. Já a área privada é aquela de acesso restrito e determinado por uma pessoa ou grupo, que tem responsabilidades diretas sobre esta.

Medvedovski (2010) também analisa a relação público x privado estabelecida no provimento da habitação social:

A necessidade de otimização do uso do solo urbano e o custo da infraestrutura urbana, associada à produção em escala de unidades habitacionais, têm dirigido, historicamente, a produção da habitação de interesse social para a habitação de cunho coletivo, criando espaços de uso e gestão comuns, situados de forma intermediária entre o público e privado. Esses espaços coletivos compreendem desde os acessos no nível da edificação até os espaços exteriores com fins de congregação, lazer e atendimento às condições de conforto, bem como o compartilhamento de estruturas técnicas de suporte das atividades da moradia (MEDVEDOVSKI 2010, p. 191).

A questão é que espaços e serviços coletivos demandam gestão, ou seja, organização quanto ao uso, operação e manutenção, o que significa um sistema complexo que agrega bens, serviços e custos. No caso específico da habitação de interesse social, o valor de um condomínio deve ser compatível com sua renda, de forma a não comprometer a qualidade de vida da família e nem a qualidade dos espaços de sua habitação. Assim, Medvedovski (2010, p. 194) aponta que: “Custos adequados e acessíveis de operação e manutenção tornam-se também fundamentais para a possibilidade de permanência dos moradores em suas habitações.”

Sob esta ótica é evidente o desafio de implantar uma gestão dos espaços coletivos na habitação de interesse social como sendo uma necessidade básica. Tal aspecto deve ser melhor abordado quanto aos programas habitacionais, pois:

...não basta o projeto adequado das redes físicas (técnicas) de fornecimento desses serviços. Quando se estabelecem espaços habitacionais de cunho coletivo, o serviço só será eficaz e efetivo se um sistema de gestão do mesmo for estabelecido para o cotidiano. (MEDVEDOVSKI, 2010, p.211).

4.3.2. Estar oculto x visível

O estabelecimento de interior e exterior e sua respectiva relação público x privado remetem à questão de estar oculto ou visível. O fato de o edifício estar aberto ou fechado ao exterior faz com que ele possa mostrar ou esconder. Neste sentido, “visibilidade” está ligada ao controle da exposição do usuário frente ao mundo (MALARD, 1997?).

As pessoas e seus pertences precisam ser vistas ou ser ocultadas durante determinadas atividades. A possibilidade de controlar tal exposição permite que estas desempenhem suas práticas no espaço de forma plena, tanto no caso das que são expostas socialmente, quanto no das que são reservadas à intimidade. É possível encontrar gradações de demarcações territoriais, que delimitam o grau de acesso a ser respeitado, seja por legislação ou por uma questão de convenção. (ALMEIDA, 1995; HERTZBERGER, 1999).

Os fenômenos relativos ao estabelecimento de visibilidade estão ligados ao comportamento de busca por *privacidade*, ou seja, àquilo que deve ser ocultado e protegido, como também à necessidade humana de afirmação de *identidade*, de forma a transmitir o que quer ser mostrado (ALMEIDA, 1995).

Para Hertzberger (1999) deve ser equilibrada a relação entre a visão e a reclusão, no sentido de buscar uma organização espacial que torne qualquer pessoa capaz de escolher a situação que melhor atenda seu objetivo em um específico momento. Cabe ao arquiteto regular o grau de acesso aos lugares de modo a atender a situações particulares para afirmar a intimidade onde seja necessária, pois esta deve ser naturalmente respeitada tanto quanto possível. Segundo ainda este autor, sugestões espaciais devem ser incorporadas aos projetos, de forma a possibilitar uma abertura à área pública, na forma de doação que é entendida como uma gentileza urbana. Até talvez, uma mera articulação na marcação de uma entrada pode possibilitar qualidade do espaço público dedicada ao interesse comum. Estas são maneiras de marcar registros pessoais e uma forma de identificação pela diferenciação.

Vários autores desenvolvem estudos apresentando insatisfação de moradores de conjuntos habitacionais de interesse social quanto à falta de identificação e privacidade em relação a suas moradias. Tal fato ocorre devido à padronização do projeto e sua reprodução em série e segregada em terrenos isolados. A sensação que um conjunto habitacional transfere é de ser um bairro planejado destinado para gente pobre e

excluída. O fato das casas serem todas iguais e dispostas em uma sequência rígida favorece a falta de identificação e de personalização do morador em relação ao seu vizinho ou seu amigo. Tal tipo de construção motiva alterações físicas em busca de personalização através da diferenciação. Outro fator negativo são os espaços mínimos destinados a morar, dividir e conviver com os demais familiares (LEITE 2006; FABRÍCIO E ORNSTEIN 2010; ABIKO E ORNSTEIN 2002; CAMARGO 2010).

4.3.3. Apropriar: interação usuário x espaço

A apropriação é resultado de todos os comportamentos humanos agindo simultaneamente através do indivíduo ou de um grupo. Malard, (199?) considera que a apropriação é o processo de experimentar o “fenômeno do morar”.

Entende-se apropriação como o processo de experienciamento dos lugares e a dimensão de viver no espaço. A apropriação do espaço envolve a interação usuário versus espaço, onde o usuário atua moldando o espaço como também o contrário. (DEL RIO, DUARTE, RHEINGANTZ, 2002).

Deste processo de interação do morador com sua morada, Bachelard (1993) faz várias analogias e a designa como “casa ninho”, onde ela é resultado da apropriação do usuário, pois é como acontece com o ninho quando é modelado pelo próprio corpo do pássaro. A casa comparada ao ninho reflete em sua forma o próprio dono, como também o esforço deste para obtê-la e transformá-la conforme sua necessidade.

O termo “apropriação” é muito comum na arquitetura, e um espaço é dito como apropriado quando ele é amplamente utilizado para alguma atividade por parte do usuário, independentemente de sua finalidade inicial. Para Malard (199?), de acordo com o senso comum, o termo apropriação é sinônimo de uso, devido ou indevido de um espaço. Os ambientes são utilizados pelas pessoas de diversas formas em prol ao atendimento de seus interesses, necessidades e expectativas, que Leite (2006) define como a “afirmação do ser sobre o espaço”.

Segundo Hertzberger (1999, p. 176) “Quando se começa a procurar, encontramos facilmente, até mesmo nos lugares mais inesperados, exemplos de uso que os projetistas certamente jamais imaginaram.” Como os desejos humanos alteram-se de acordo com o surgimento de suas novas necessidades, o autor argumenta que “[...] o que precisamos é de uma expansão das possibilidades de todas as coisas que projetamos, para torná-las mais úteis, mais aplicáveis e, portanto, mais adequadas a seus objetivos,

ou adequadas a mais objetivos.” (p. 176). Nesse sentido, o autor Hertzberger (1999, p. 177) afirma que: “A extrema funcionalidade de um projeto torna-o rígido e inflexível, isto é, oferece ao usuário do objeto projetado muito pouca liberdade para interpretar sua função de acordo com sua vontade.”

A apropriação social se dá também a partir do uso das calçadas e ruas, que além de vias de passagem desempenham a função de encontros sociais. As ruas devem ser pensadas de forma que sejam receptivas com o fim de que funcionem como espaços de convivência, para que a atmosfera de dentro da casa possa se integrar à atmosfera comunitária de fora. Isto pode ser determinado pelo planejamento e detalhamento do layout da vizinhança (HERTZBERGER, 1999; COELHO, 2010).

Segundo Malard (2006), os acontecimentos se espacializam num espaço/tempo cuja investigação pertence ao território da arquitetura, e ao projetar espaços é necessário conhecer espacializações e verificar suas formas e seus significados junto ao usuário. Assim,

É através da vivência que o usuário adquire experiência e tem condições de demonstrar sua satisfação ou insatisfação com o ambiente onde vive. Somente após vivenciar o ambiente, o usuário aprimora a percepção do lugar, formando uma imagem real de tudo que o cerca, ou seja, os atributos de espaço, como por exemplo, tamanho, conforto, praticidade, privacidade, etc. Neste ponto, o cliente tem maior capacidade de expressar suas opiniões. (PERUZZO 2008, p.22).

É comum que a pessoa introduza modificações na moradia, de modo a adaptá-la aos seus gostos e estilo de vida. Acredita-se que estas alterações seriam menores se o indivíduo fizesse parte de todas as etapas de elaboração do processo de construir sua casa. Entretanto, as famílias de baixa renda, quando têm acesso à casa própria através de algum projeto de habitação popular do governo, praticamente ficam à parte de qualquer processo decisório projetual de suas futuras moradias e muitas vezes se veem obrigadas a arcar com os custos de reparos de erros técnicos, construtivos e políticos na promoção das moradias que lhes são destinadas. (MALARD, 199?).

Como a maioria dos conjuntos habitacionais para baixa renda são projetados sem prever necessidades específicas das famílias, estes são modificados para atender seus anseios. É comum a apropriação das ruas e calçadas por parte de edificações, veículos, vendedores, como também é recorrente a modificação na casa padrão, com acréscimo de cômodos, muros e alteração de portas, janelas, dentre outras tantas.

Para Peruzzo (2008) é impossível garantir que a programação racional não seja afetada pela não-racionalidade, pois esta é parte do processo de sobrevivência. Também o reconhecimento espacial é um processo de grande importância no caminho da transformação. A construção e transformação do espaço em lugar acontecem a partir da relação entre o trabalhador e o espaço programado no qual ele vive. Mesmo diante de uma racionalidade tão duramente imposta, o trabalhador consegue imprimir suas características no espaço, buscando alternativas para conviver com o que nem sempre lhe é útil ou favorável.

A apropriação da casa, do bairro e da cidade é feita no dia-a-dia, como resposta aos desejos e necessidades de um grupo. As modificações são entendidas como uma prática de apropriação do espaço da casa, correspondendo à busca por um espaço social e ao anseio de conformação de uma comunidade (DUARTE, 2005).

A apropriação material acontece como na territorialização, com demarcações (muros) para distinção de onde começa e termina o espaço privado, separando-o do espaço público. Já apropriação simbólica acontece através de modificação das cores como nas fachadas de modo a criar uma significação e identidade:

[...] a cor tem uma função bem mais importante do que a de simplesmente decorar as casas: ela passa a funcionar como um símbolo de identificação da família, como um carimbo impresso nas fachadas. (DUARTE, 2005, p. 181).

Duarte (2005) desenvolveu uma pesquisa onde estudou o processo de apropriação espacial e social da população de origem rural de um conjunto habitacional (Vila Pinheiros). Neste trabalho, a autora pôde constatar várias formas de apropriação por parte do usuário, como material, simbólica e social. O morador de procedência do meio rural carrega uma imagem do que supõe ser a vida na cidade, que é obtida através de mitos, fotos, mídia e relatos de experiências de outras pessoas que vivenciaram a experiência do urbano.

Segundo esta autora, a televisão é entendida como referencial cultural e existencial que contribui para formação do comportamento social, criando “códigos de uso” que são assimilados pelos moradores em suas casas. Como exemplo, cita-se o uso do ambiente da sala de visitas, que não é comum no meio rural, pois esta função social, na maioria das vezes, acontece no ambiente da cozinha. A sala de visitas tem uma função simbólica, que pode ser percebida através da disposição do mobiliário e de elementos que caracterizam a assimilação de hábitos urbanos, como televisões e demais aparelhos eletrodomésticos posicionados próximos a janelas como forma de demonstrar

a assimilação cultural. As modificações feitas nas fachadas das casas também são apropriações simbólicas, pois demonstram assimilação da cultura urbana e de ascensão social de cada família. Ainda nesta pesquisa, foi observado que as reformas e modificações nas fachadas se davam na maioria das vezes, na substituição ou inclusão de materiais que se opõem à rusticidade, como o revestimento com azulejos coloridos, janelas de madeira substituídas por outras de metal ou pintadas de forma a fazer a alusão a este material, como também telhados escondidos com frontões para ocultar as telhas de barro.

Outros elementos arquitetônicos também são incorporados de forma a representar símbolos de ascensão social, como: janelas em arco, sacadas, jardineiras, forros com lambris de madeira em varandas. Estes são exemplos do que os moradores interpretam como estética urbana. Entretanto, Duarte constatou ainda que este aspecto urbano é revelado nas fachadas enquanto as características rurais podem ser melhor percebidas nos fundos do quintal e na cozinha, que segundo a autora:

Trata-se de um espaço doméstico por excelência e é o centro da organização familiar. O quintal é percebido como o compartimento dos “fundos”, o mais escondido da visão de quem passa pela rua e seu aspecto rural é conferido tanto pelos equipamentos que possui (redes, horta, criação de animais etc.) quanto pelo asseio ou pelo uso (lavagem de roupa e varal). (DUARTE, 2005, p.184).

Duarte (2005) pôde observar que a apropriação social se deu através do surgimento de comércio informal, que na maioria das vezes aconteceu em cômodos acrescidos junto à própria habitação, para venda de todo tipo de artigo, prestação de serviços como manicure, costureira, mecânico, técnico em eletrônica, carpinteiro, dentre outros. Estas formas de trabalho são alternativas que garantem a permanência dos moradores no bairro, o que não é comum de acontecer em prédios, pela impossibilidade de ampliação para comércio.

4.4. Características do comportamento humano no espaço físico habitado

No processo de apropriação do homem pela moradia ele passa então a interagir com o local e com o entorno. Nesta interação ele age sobre o meio de forma a deixar sua marca e de ser igualmente marcado por este, na medida em que as transformações do meio pelo homem são resultantes de necessidades subjetivas, emoções, expectativas, ou seja, da sua vivência para formar a sua história pessoal (MOURÃO E CAVALCANTE,

2006). Neste sentido Camargo (2010) discorre sobre a relação entre o espaço físico habitado e o comportamento do usuário:

[...] por um lado, a casa, em sua materialidade, ao abrigar e prover um contexto físico para o habitar doméstico, afeta os modos como se dão as relações cotidianas desse habitar, essa mesma casa tende, por sua vez, a ser a incorporação física dos padrões de comportamento – necessidades e significados particulares em relação ao habitar doméstico – projetados por seus próprios habitantes. Com isto verificamos uma influência de duas mãos entre o espaço físico habitado e seus habitantes (CAMARGO, 2010, p. 49)

Del Rio, Duarte, Rheingantz (2002) também consideram que a abordagem dos fenômenos psicológicos e sociais desenvolvidos no ambiente construído é objeto de análise, seja de relações imediatas ou inter-relacionadas, entre o espaço construído e aqueles que nele habitam ou trabalham. Ainda quanto à relação entre espaço e comportamento, na Psicologia Ambiental¹¹ considera-se que: “Arquitetura não é apenas uma delimitação do espaço físico, mas sim um ‘fechamento cultural’ [...] enquanto o arquiteto ‘vê a forma e a projeta’, o psicólogo tenta explicá-la ‘em seu nexos racional’.” (DUARTE, 2002, p. 62).

Pesquisadores desta área afirmam que a modelagem do espaço e a criação do ambiente construído significam trabalhar a relação espaço-usuário e não simplesmente idealizar um objeto independente do contexto social. Elali (2002) ressalta a importância da elaboração de espaços para a formação de consciência do homem de si mesmo, pois ao modificar o ambiente altera-se também sua realidade, o que vem a influenciar na construção da sua visão enquanto habitante do mundo.

Nesta relação de homem-espaço, Malard (2006, p.46) entende que a experiência do morar, é: “usufruir da privacidade de um território delimitado fisicamente, caracterizado socialmente e qualificado ambientalmente” e para tanto está relacionada a quatro características que dizem respeito à leitura e entendimento do espaço construído, que são: territorialidade, privacidade, identidade e ambiência. Tais características são reveladoras de comportamentos humanos em busca de identificação com o local vivenciado, o que caracteriza como uma apropriação do espaço para transformação em *lugar*.

¹¹ Segundo ELALI (2002), Psicologia Ambiental configura-se como uma área de conhecimento alimentada por estudos gerados tanto pela Psicologia quanto por áreas afins, como Ciência Bio/Ecológicas, Geografia, Sociologia, Antropologia, Arquitetura e Urbanismo. Embora sua base teórica não esteja totalmente consolidada, genericamente Psicologia Ambiental pode ser conceituada como o “estudo das transações entre indivíduos e seus ambientes físicos” (p. 65)

4.4.1. Territorialidade: estabelecimento de territórios físicos e sociais

O fenômeno da territorialidade está ligado à demarcação de limites e regulamentação de fronteiras que pode acontecer de forma *simbólica* ou *concreta*. Este acontece por diferenças socioeconômicas, por elementos arquitetônicos e também na personalização do espaço com uso de marcas e inscrições, todos na tentativa de evitar a violação de fronteiras físicas, visuais como também simbólicas (MALARD, 1997?).

A territorialidade também está ligada ao desempenho pessoal, à possibilidade de regular os níveis de privacidade desejados e ao "status", pois o tamanho do território tem relação com a posição social ou hierárquica do indivíduo ou do grupo que ele ocupa. (ALMEIDA, 1995).

Bourdieu (1998) fala da existência de demarcações de fronteiras físicas e sociais e para tanto faz uma comparação entre o espaço físico e o espaço social, onde o primeiro é definido pela exterioridade e o segundo pela exclusão mútua ou distinção. Ele diz que é evidente que o espaço social se traduz no espaço físico, pois a posse do capital proporciona poder sobre o espaço, e para tanto se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e dos bens ou de serviços privados ou públicos.

Ainda para este autor, a posição de um agente no espaço social se exprime no lugar do espaço físico em que está situado, pois para Bourdieu (1998) a posse do capital possibilita demarcar territórios de forma a manter distância entre pessoas e coisas indesejáveis como também aproximar as desejáveis. As pessoas destituídas de capital são mantidas à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens raros como também condenados a estar próximas de situações indesejáveis. Bourdieu explica como que diferentes territórios físicos contribuem para diferenças quanto a espaços sociais e simbólicos:

O bairro chique, como que um clube baseado na exclusão ativa de pessoas indesejáveis, consagra simbolicamente cada um de seus habitantes, permitindo-lhe participar do capital acumulado pelo conjunto dos residentes: ao contrário, o bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que o habitam, e que, em troca o degradam simbolicamente, porquanto, estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão a excomunhão. (BOURDIEU, 1998, p. 166).

O Estado detém poder sobre o espaço através da capacidade de gerenciar o mercado do solo, da moradia, do trabalho, através da distribuição de infraestrutura, bens e serviços. Quanto à política habitacional, deve-se observar a construção política do espaço, uma vez que tem favorecido a construção de grupos homogêneos em base espacial.

Também relacionando habitação e territorialidade, Sommer (2002) elabora estudos que relacionam a criminalidade às edificações, desenvolvendo o conceito de espaço defensável relacionado à territorialidade:

Territorialidade: grau de controle dos moradores sobre os ambientes comuns de seu edifício, mais evidente nos edifícios menores, onde por conhecerem seus vizinhos, eles podem questionar as pessoas estranhas sobre os motivos de estarem ali em seu edifício (SOMMER 2002, p. 21).

Segundo Almeida (1995), os territórios podem ser de três tipos: territórios primários, utilizados apenas por indivíduos ou grupos específicos, como a moradia unifamiliar; secundários, caracterizados como semipúblicos, como uma agência bancária; e público, acessíveis a todos, como uma praça. Já Hertzberger (1999) apresenta o conceito de diferenciação territorial, que é produzida ao marcar gradações de acesso público às diferentes áreas e partes de um edifício. Dessa forma são estabelecidos aspectos relacionados ao acesso, à destinação espacial, à responsabilidade e aos cuidados quanto à ordem e manutenção de determinados espaços.

Outros elementos arquitetônicos diretamente envolvidos nas demarcações de territorialidades são: muros limítrofes, grades, peitoris, portas, portões, paredes divisórias, cercas, marcas no chão, e outros.

4.4.2. Privacidade: controle para interação social

Através da regulação de fronteiras de um território é possível fazer o controle seletivo do acesso de alguém ou de algum grupo, o que significa permitir ou negar a interação social (BORDIEU, 1998; CAMARGO, 2010).

Rybczynski (1996) em seu livro, “Casa: pequena História de uma ideia”, conta da evolução histórica da casa, desde a época medieval, sempre em busca de domesticidade e de transformação em lar. Neste sentido, o autor argumenta que tais fatos foram proporcionados pelo alcance da privacidade e do conforto nas casas, o que foi adquirido através dos novos hábitos que somente a burguesia teria condições de usufruir.

O que remete o burguês ao cerne de qualquer discussão sobre conforto doméstico é que, diferente do aristocrata, que vivia em um castelo fortificado, ou do clérigo, que vivia em um mosteiro, ou do servo, que vivia em um casebre, o burguês vivia em uma casa (RYBCZYNSKI 1996, p. 38)

Neste livro, o autor reservou um capítulo intitulado “intimidade e privacidade” no qual faz uma retrospectiva, desde a época medieval, contando sobre a falta de privacidade, uma vez que nas casas, os cômodos tinham funções múltiplas de moradia e local de trabalho. A parte de morar não possuía diversos quartos, mas sim único cômodo, sem forro, onde as pessoas cozinhavam, se entretinham e dormiam: Rybczynski (1996, p. 41) “Como todas essas pessoas viviam em um ou dois cômodos, não se conhecia privacidade”. Ainda no século XVI não era comum que as pessoas tivessem seu próprio quarto e foi somente um século depois que surgiram os cômodos chamados de “privacidades” em que se podia ficar a sós.

Com o surgimento de acomodações de aluguel, iniciou-se na Idade Média uma mudança no sentido de desvincular de um mesmo espaço as funções de trabalho e moradia. O resultado é que a casa se tornava então um local mais privado o que proporcionava um maior senso de intimidade e de vida familiar (RYBCZYNSKI, 1996).

Outro fato que demonstrava a falta de privacidade está na ausência de corredores o que fazia que cada quarto fosse diretamente ligado ao próximo. Segundo Rybczynski (1996) era comum que os pais dormissem com as crianças pequenas na mesma cama, e quando houve a separação dos filhos do quarto do casal, tal fato significou uma revolução nas relações humanas:

O marido e a esposa começaram a se ver – talvez pela primeira vez – como um casal. Mesmo a sua noite de núpcias, vinte anos antes, deve ter sido um evento público, celebrado com a tumultuada informalidade medieval. Eram raras as possibilidades para se ter intimidade, e foi em tais moradias burguesas, modestas, que a vida familiar começou a tomar uma dimensão privada (RYBCZYNSKI, 1996, p. 59).

A privacidade e a domesticidade são descobertas da Era Burguesa e após esta conquista tanto a casa quanto seus moradores mudaram física e emocionalmente, pois agora ela seria menor e um lugar de comportamento pessoal e íntimo. A casa perdeu a única função de abrigo e tornou-se um espaço para a unidade social nova e compacta que é a família.

No Brasil, os novos hábitos das moradias foram diretamente influenciados pela Corte Portuguesa no início do século XIX, aos quais levavam em consideração aspectos quanto à higiene, conforto e intimidade doméstica. Da mesma forma que ocorreu na

Europa, tais noções propagaram-se gradualmente dos palacetes da burguesia paulistana até para as moradias de padrões inferiores. Contudo é essencial lembrar que apesar de toda esta evolução do conceito de privacidade e intimidade do habitar doméstico, ainda há milhões de brasileiros vivendo em extrema pobreza, sem saneamento básico e muito menos instalações sanitárias. Tais pessoas, ainda desconhecem estes conceitos, pois às vezes nunca tiveram oportunidade de terem privacidade e um habitar doméstico. (CAMARGO, 2010).

Esta autora lembra ainda que o direito à privacidade e à intimidade domésticas é tão essencial ao ser humano, que em 1948 foi reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos humanos, como também pela Constituição Federativa do Brasil que asseguram a proibição de intromissões arbitrárias, como também garante que a casa é asilo inviolável.

Em relação à casa e ao comportamento de seus usuários, Almeida (1995) menciona privacidade como especialidade orientada, pois é comum observar que a parte da entrada principal da casa é tratada formalmente, enquanto os fundos são utilizados com maior privacidade permitindo um comportamento informal.

Para Hetzberger (1999, p. 35): “Condições para a privacidade e condições para manter os contatos sociais com os outros são igualmente necessários”. Este autor exemplifica que halls de entradas e alpendres, dentre outros elementos arquitetônicos, têm a função de propiciar a ideia de intervalo entre dois mundos: público e privado. Para Camargo (2010) é preciso saber habitar coletiva e publicamente, mas é fundamental um habitar doméstico para nos retirarmos do mundo público para o convívio de acordo com nossas escolhas pessoais e privadas. Para esta autora, o lugar da privacidade está vinculado com a possibilidade de liberar nossas emoções, já que muitas vezes temos que nos privar de demonstrá-las socialmente.

Neste sentido, o fenômeno da privacidade relaciona-se ao que deve ser ocultado, e para tanto está ligado a alguns elementos arquitetônicos como paredes, aberturas, disposição dos espaços e equipamentos, arranjo da mobília, uso de elementos de anteparo como cortinas, acústica, quantidade de espaço, dimensões, dentre outros (ALMEIDA, 1995).

4.4.3. Identidade: distinção no nível pessoal ou grupal

A construção da identidade é um processo múltiplo que se expressa através de vários sistemas. A identidade pessoal é específica do indivíduo, e a social, condiz em

atributos que marcam o pertencimento a grupos ou categorias, como etnia, religião, profissão, dentre outros.

Segundo Malard (199?) e Bourdieu (1998), identidade pode ser experienciada tanto no nível individual quanto grupal, sendo que no primeiro a pessoa percebe-se como distinta dos outros, e no nível grupal ela percebe-se integrada aos padrões do grupo.

Também para Camargo (2010), identidade está envolvida tanto no domínio pessoal “privado”, que é voltado para a preservação do ser, quanto no externo “público”, que visa comunicar padrões. Pois a casa é capaz de falar aos outros e principalmente a nós, sobre nossos aspectos pessoais de dinâmica e história de vida, o que é subjetivamente fundamental para nossa existência.

Quanto à identidade social, Serpa (2007), apresenta que esta se afirma a partir de uma alteridade que expressa uma dimensão de classe, que é ao mesmo tempo “igual” entre os membros e “diferente” em relação a outras classes. Este autor utiliza o conceito de *habitus*, de Bourdieu, e argumenta que este “é sem dúvida a melhor ferramenta disponível para perceber como a dimensão de classe age sobre cada indivíduo na esfera cultural” (p. 20). Segundo este autor os estilos de vida nada mais são do que produtos sistêmicos do *habitus*, em que, a partir de relações sociais, transformam-se em sistemas de signos.

Para Bourdieu (1998), tais signos compõem um “capital simbólico” do qual muitas vezes somente pequenos grupos, também dotados de capital econômico e capital cultural, são capazes de usufruir.

Já quanto ao sentido de identidade que é revelado a partir da interação homem-espaco, entende-se que o ser humano se adapta e apropria do ambiente ou não, conforme sua individualidade e contexto histórico e social. Através da apropriação, o ser humano relaciona-se com o ambiente e sua identidade se constrói ao mesmo tempo em que ele constrói o contexto. Esta ideia é corroborada por Séve (1998, apud Mourão e Cavalcante, 2006) para quem o conceito de identidade considera que o homem se constitui no meio e através deste.

A expressão “identidade de lugar”, embora limitada a aspectos individuais, deve ser considerada levando em conta a sua relação com os conceitos e dimensões da identidade social urbana, pois tanto o indivíduo, quanto seu grupo social precisam se identificar e apropriar do entorno urbano, para serem a base deste tipo de identidade.

Pela identificação e apropriação do *lugar*, tem-se o *sentimento de pertencimento* ao local, como também a percepção de que este é de seu domínio, para atender a necessidade de enraizamento em um espaço, que passará então a ter importância para o sujeito. Isto se processa como um mecanismo em busca de segurança através da ligação com o lugar:

As pessoas, individualmente ou de forma coletiva, necessitam identificar territórios como próprios, para construir sua personalidade, estruturar suas cognições e suas relações sociais, e ao mesmo tempo suprir suas necessidades de pertença e de identificação (POL, 1996, apud MOURÃO e CAVALCANTE, 2006).

Esta interação pode ser influenciada por fatores como local de moradia, tempo de contato com o lugar, idade, sexo, dentre outros. O processo de pertencimento e apropriação associado a um lugar é formador da identidade dos sujeitos, tanto nas relações familiares quanto sociais.

Quando os elementos ambientais estão envolvidos no processo de formação da identidade, a arquitetura desempenha papel importante reduzindo ou ampliando o senso de identidade. Tanto o edifício, quanto pequenos objetos decorativos podem funcionar como símbolos que preservem ou comuniquem identidade. A manutenção dos locais através de atividades como limpar, arrumar, pintar, reformar ou ampliar, também expressa a necessidade de preservar a identidade (ALMEIDA, 1995). Para Camargo (2010), quando habitamos um espaço, fazemos com que este, até então anônimo, torne-se um lugar significativo:

Isto acontece quando passamos a dispor as coisas que possuímos - e que trazem consigo todo o significado que nelas depositamos - , pintamos as paredes da cor que nos faz sentir bem, organizamos o espaço da maneira que, ao longo da nossa história doméstica, passamos a entender a forma ideal de nos relacionarmos com ele, etc. Atribuindo-se significado à casa em que se passa a habitar, e esta os incorporando fisicamente, esse espaço habitado passa a “falar” algo sobre a história, o tempo, as referências de seus habitantes (CAMARGO, 2010, p. 90).

Portanto, o fenômeno de preservação da identidade apresenta-se relacionado com o que deve ser mostrado e com a imagem que se quer transmitir, para expressar os valores de um indivíduo ou de um grupo. Relacionam-se com a identidade todas as características que definem a aparência externa e interna do meio ambiente construído, como: acabamentos, textura, adornos, configuração formal, arranjo da mobília, quantidade de espaço, vegetação, dentre outros.

4.4.4. Ambiência: qualidades do espaço

Ao criar os espaços arquitetônicos diferenciando e qualificando os lugares, o homem está atribuindo qualidades ao interior que o diferem do exterior. Neste processo de humanização e qualificação do ambiente interior o homem busca atender suas necessidades quanto à identidade de lugar e de bem estar físico e emocional (DUARTE, 2002).

Para tanto, segundo Baudrillard (1968 apud Malard 2006) alguns objetos funcionais fazem parte do nosso dia-a-dia e o sistema destes compreende duas estruturas: a estrutura do arranjo e a estrutura da ambiência. A primeira está relacionada com o *layout* e combinação dos objetos de forma a se obter um conjunto funcional com capacidade de comunicar valores, e a segunda está relacionada a fatores que irão dar suporte à estrutura do arranjo de forma a compor o ambiente, como nas cores, materiais, texturas e formas impressas no ambiente construído. Segundo Malard (2006), a estrutura do arranjo tende a revelar aspectos organizacionais de hierarquia e poder, já a estrutura da ambiência revela aspectos entendidos como “estilos de vida”.

Cohen et al. (2006), que trabalham com os conceitos de habitação saudável e de ambientes favoráveis à saúde, associam o conceito de ambiência ao de habitabilidade. Para eles, ambiência pode estar relacionada à necessidade de estar confortável em termos de adequação sociocultural, em que na concepção do ambiente construído sejam considerados fatores como materiais locais na fabricação de móveis, utensílios, fechamentos verticais e horizontais, bem como quanto à adequação ambiental em aspectos relacionados à temperatura, ventilação, luminosidade e acústica.

Dessa forma, a ambiência pode englobar aspectos subjetivos e culturais, como os até então mencionados, e também aspectos objetivos, que interferem nos aspectos na fisiologia humana. Tais condições de conforto ambiental como térmica, acústica, lumínica e dimensional podem influir diretamente no comportamento humano:

Se uma pessoa está sentindo muito frio ou muito calor ela não se sentirá confortável de maneira nenhuma, por mais bonito e atraente que seja o lugar onde ela estiver. [...] Toda vez que o corpo tem que fazer demasiado esforço para manter o seu equilíbrio térmico a sensação de desconforto irá aparecer e, como conseqüência, o comportamento será afetado (MALARD, 199?, p. 4).

Ainda segundo esta autora, a dimensão física da ambiência pode ser entendida como a necessidade que se tem de viver em harmonia biológica com o ambiente. Em

uma análise histórica para compreender o conceito de “conforto”, Rybczynski (1996) esclarece que somente no século XVIII é que confortável adquiriu o sentido atual que é de bem-estar físico e de prazer.

Para o autor a evolução do conforto doméstico somente se deu com o surgimento do mundo interno do indivíduo e o estabelecimento da casa como local privado para as pessoas que nele viviam. Tal fato significou muito mais do que uma busca pelo bem-estar físico e sim a afirmação da vida doméstica e da família.

Junto com a família veio o isolamento, mas também a vida familiar e a domesticidade. A casa estava se tornando um lar e, após a privacidade e a domesticidade, o palco estava armado para a terceira descoberta: a noção de conforto (RYBCZYNSKI 1996, p. 87).

Tal domesticidade foi alcançada pela imposição da mulher frente à casa, que introduziu em seu interior uma esfera de controle feminino com aspectos ligados a limpeza, imposição de regras e ambiência aos espaços utilizáveis pela família. Este ambiente doméstico pode ser entendido como uma conquista da Era Burguesa e também uma conquista feminina, uma vez que tradicionalmente a mulher é mais ligada à casa (RYBCZYNSKI, 1996). Este autor relaciona ainda evolução tecnológica à conquista do conforto domiciliar. Mas a noção e apoderação pelo conforto são mutantes, pois elas alteram de acordo com a evolução histórica, social, econômica e tecnológica.

Definir conforto é algo complexo, pois ele inclui diversas camadas que segundo Rybczynski, são particulares e transparentes de sentidos, como em relação à privacidade, bem-estar, conveniência. Para obter uma resposta simples seria relacioná-lo à fisiologia humana que é de sentir-se bem. Grande parte das pessoas reconhece o conforto quando tem a possibilidade de ter experiência com um ambiente que seja confortável. Pois este então será o parâmetro de comparação. Tal percepção também envolve uma combinação de sensações, que na maioria das vezes não são somente física, mas também emocional e intelectual, o que o torna difícil de explicar e inviável de medir.

Enfim, é preciso entender que a casa deve ser pensada como mais do que um simples abrigo para que proporcione de fato qualidade ao habitar. Para tanto, é preciso conhecer as necessidades do homem mediante o ato de estabelecer moradia, e também entender todas as ações, relações e comportamentos humanos que ocorrem no processo de apropriação e na transformação do espaço físico em *lugar*.

CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa possui caráter descritivo, pois tem como objetivo estudar as características dos moradores de um conjunto habitacional frente a suas necessidades habitacionais, que são expressas pelas adequações introduzidas em suas moradias. Entretanto se aproxima de uma pesquisa explicativa dada à intenção de determinar a natureza destas adequações para atender à habitabilidade, seja pela dimensão pragmática, simbólica e funcional da habitação.

Em relação ao delineamento da pesquisa, enquanto desenvolvimento com ênfase nos procedimentos técnicos de coleta e análise dos dados pode-se classificá-la como estudo de campo. Segundo Gil (2007), tal tipo de delineamento de pesquisa possui muitas semelhanças com o levantamento, entretanto este possui maior alcance em relação ao universo e oferece resultados que podem ser caracterizados pela precisão estatística e análise quantitativa. Já o estudo de campo permite maior profundidade na coleta e análise dos resultados que são de abordagens tanto quantitativas quanto qualitativas.

Antes da elaboração dos objetivos da pesquisa realizou-se uma exploração preliminar do objeto empírico, neste caso, o conjunto habitacional analisado. Com esta etapa foi possível entender os fatores que exercem influência na interação morador x moradia, para descobrir as variáveis significativas e os tipos de instrumentos a serem utilizados durante a fase da pesquisa.

Já para a etapa de coleta de dados em campo foi necessário adotar alguns procedimentos auxiliares, como o de buscar apoio de pessoas que são lideranças no conjunto habitacional e que de certa forma tinham interesse na pesquisa.

5.1. Delimitação do objeto de estudo

O conjunto habitacional em estudo localiza-se no Município de Coimbra, região da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais (Figuras 5.1, 5.2 e 5.3). A população deste município é de 7.054 habitantes, sendo que deste total, 5.156 é urbana e 1.898 rural (IBGE, 2010). Situado na microrregião de Viçosa, dista 15 km deste município e 241 km da capital mineira Belo Horizonte. Para tanto é servido pelas rodovias BR 120, MG 280 e MG 358 e, antigamente, também pela linha férrea

que corta a cidade. Enquanto distrito, em 1873, recebeu o nome de São Sebastião de Coimbra após ter sido desmembrado de Ubá e passado a pertencer a Viçosa. Em 1948, pelo Decreto Lei nº 336, tornou-se município com o nome de Coimbra. Este possui área territorial de 107 km² e suas principais atividades econômicas estão ligadas à agricultura e pecuária (ARANTES, 199-?).



Figura 5.1: Regiões de Minas Gerais
 Fonte: <http://www.minasgerais.net/diretorio/index.php?cat_id=751&cat_id_thm=29> Acesso em 16 abr. 2011



Figura 5.2: Região da Zona da Mata/MG
 Fonte: <http://www.minasgerais.net/diretorio/index.php?cat_id=763> Acesso em 16 abr. 2011



Figura 5.3: Microrregião de Viçosa, com o município de Coimbra/MG
 Fonte: <<http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://4.bp.blogspot.com>> Acesso em 16 abr. 2011.

Tal conjunto habitacional, denominado Boa Sorte, foi inaugurado em 27/12/1999 pela Prefeitura Municipal de Coimbra, a partir do programa habitacional Pró-Moradia em parceria com a Caixa Econômica Federal (Figura 5.4 e 5.5).



Figura 5.4: Vista parcial do conjunto habitacional Boa Sorte.

Fonte: Acervo da autora.



Figura 5.5: Vista parcial da praça e das unidades habitacionais.

Fonte: Acervo da autora.

Neste programa foi aplicada a modalidade “produção de conjuntos habitacionais”, cujo objetivo é “a execução de obras e serviços que resultem unidades habitacionais inseridas em parcelas legalmente definidas de uma área e dotadas de padrões mínimos de habitabilidade, salubridade e segurança definidos pelas posturas municipais” (PROGRAMA, 2008, p. 18). O Manual de Fomento Pró-Moradia traz algumas diretrizes específicas desta modalidade que devem ser observadas nos projetos das unidades habitacionais, como: previsão de ampliação e método construtivo que permita sua execução com facilidade; compatibilidade do projeto com as características regionais, locais, climáticas e culturais da área; e adoção de soluções técnicas que eliminem barreiras arquitetônicas e urbanísticas visando garantir a acessibilidade. Contudo, tal documentação não define exigências e especificações técnicas que garantam o padrão mínimo de habitabilidade das moradias, que fica a cargo do município.

Ainda segundo este manual, para análise da proposta de financiamento do conjunto habitacional devem ser verificados aspectos relativos ao projeto, como: a solução adotada para o empreendimento, quanto à sua funcionalidade, compatibilidade entre os custos, prazos de execução, aspectos arquitetônicos, metodologia, tecnologia construtiva, especificações, cronogramas, quantitativos das obras e serviços, materiais e equipamentos previstos, além das soluções adotadas para a infra-estrutura e a integração aos sistemas existentes, atentando para a legislação ambiental.

O conjunto habitacional em estudo localiza-se no limite do perímetro urbano com a zona rural, no prolongamento da Rua Santo Antônio, na estrada que liga a cidade de Coimbra à cidade de Monte Celeste. Fica ao lado da antiga Praça de Esportes, distante 1.200m do centro da cidade, e possui área igual a 8.568,20m². Pelo levantamento documental, consta ainda que a gleba na qual o conjunto foi implantado apresentava topografia plana em toda sua extensão e já era atendido pelos serviços urbanos de coleta de lixo, abastecimento de água e de energia elétrica, como também que seria atendido por rede de esgoto sanitário a ser construída através de recursos provenientes de outro programa governamental.

Documentos da Prefeitura Municipal de Coimbra enviados à Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Habitação, datados do mês de junho do ano de 1997, citam que foi solicitado o valor do empréstimo de R\$200.000,00 para a construção das unidades habitacionais e que a contrapartida da prefeitura seria o valor de R\$155.000,00, sendo que R\$100.000,00 seria equivalente ao terreno, R\$33.000,00 à infra-estrutura, R\$10.000,00 a equipamentos comunitários e R\$ 12.000,00 a ligações domiciliares de água, esgoto e energia elétrica. Nestes constam ainda que, como se trata de uma cidade pequena onde já existia uma creche, um posto de saúde, duas escolas, uma quadra de esportes e um posto policial, não seriam construídos nenhum equipamento comunitário público.

Pelo relatório de trabalho da coordenadora da equipe de trabalho do Projeto de Participação Comunitária da Prefeitura Municipal de Coimbra, foi realizada uma reunião onde foram definidos os seguintes critérios para a seleção das famílias a serem beneficiadas: não possuir nenhum imóvel; possuir renda mensal familiar inferior a três salários mínimos; residir no município há mais de três anos; famílias que residem em áreas insalubres e/ou de risco; comprovação de renda, com comprometimento máximo de 30% da renda mensal.

Segundo relatório, esta reunião definiu ainda que a divulgação do programa junto à população seria feita através de cartazes afixados em locais públicos e nas igrejas, e que as inscrições para cadastramento de famílias interessadas seriam realizadas junto à prefeitura, que posteriormente iria realizar uma abordagem domiciliar para confirmação das informações fornecidas, para coletar mais dados e para verificar o local e as condições de moradia das famílias.

De acordo com documentação de aprovação do conjunto habitacional seria realizado o Projeto de Participação Comunitária assessorado pela Universidade

Federal de Viçosa, através de uma equipe multidisciplinar do Programa Gilberto Melo, tendo como objetivo buscar soluções para os problemas comuns ao conjunto e trabalhar de forma associativa. Tal projeto ainda pretendia: estimular a formação de grupo de representantes da comunidade para acompanhamento da obra, promover eventos de natureza cultural, pedagógica e recreativa de interesse da comunidade, criar canais de comunicação entre a comunidade e o poder público e assessorar na adaptação da população à nova forma de morar. Entretanto não foi encontrada documentação que comprove a realização destas atividades.

5.2. Amostra

O Conjunto Habitacional Boa Sorte possui, além das 35 unidades implantadas na época da idealização do conjunto, cuja área total unitária é de 41,48m² distribuídas em sala, dois quartos, cozinha, banheiro e área de serviço, mais outras seis unidades construídas em data posterior. Para estas foram adotadas as tipologias do Conjunto Habitacional São Sebastião, compostas por sala, um quarto, banheiro, cozinha, cobertura que permite o uso como área de serviço e varanda, totalizando 29,36m² de área construída. Esta casa foi projetada em formato de “L”, de forma a possibilitar ampliação futura de um quarto.

Devido ao fato destas seis unidades habitacionais terem suas datas de construção bem como sua tipologia construtiva diferentes das casas inauguradas no ano de 1999, foram consideradas apenas as 35 unidades iniciais como universo da pesquisa.

Considerando que este universo é constituído por uma quantidade relativamente pequena de habitações, nesta pesquisa determinou-se que as visitas *in loco* seriam realizadas junto a todas as unidades habitacionais de forma a alcançar maior nível de confiabilidade. Para tanto a pesquisadora previamente se apresentou através de uma carta emitida pelo Programa de Pós-Graduação de Engenharia Civil da Universidade Federal de Viçosa, onde constavam os motivos e objetivos da pesquisa.

Foi feito o mapeamento e a codificação de todas as casas do conjunto habitacional Boa Sorte visando a logística das visitas, a organização dos dados coletados e a apresentação dos resultados (Figura 5.6).



Figura 5.6: Mapeamento e codificação das casas do conjunto habitacional Boa Sorte. (destaque em hachura para casas construídas posteriormente à data da inauguração e que apresentam tipologia diferente)

Fonte: Prefeitura Municipal de Coimbra e adaptado pela autora.

As visitas às residências foram agendadas junto aos moradores para que acontecessem em horários que não fossem inoportunos para as famílias. Contudo, não foi possível realizar a visita em seis casas, uma vez que, segundo vizinhos, três casas estavam fechadas e sem morador (casas 8, 17 e 18) e em outras três não foi encontrado nenhum morador durante os dias da pesquisa em campo (casas 6, 14 e 38).

Dessa forma, totalizaram 29 casas vistoriadas, sendo que a coleta de dados ocorreu através de seis visitas ao conjunto habitacional, média de cinco casas por dia, sendo que o horário de permanência na cidade se estendeu por volta das 9:00 horas às 17:00 horas, sempre aos finais de semana. No intervalo das visitas e durante a espera do horário da seguinte, a pesquisadora realizou o reconhecimento do bairro e da cidade, fez observações do cotidiano dos moradores locais, bem como participou de conversas informais, de forma a capturar maiores informações junto aos moradores.

5.3. Definição das variáveis e indicadores a partir das dimensões de habitabilidade:

Para melhor compreensão da distribuição das variáveis abordadas nesta pesquisa, bem como de seus respectivos indicadores, estes foram dispostos em um quadro (Quadro 5.1) onde estão agrupados em três categorias, nomeadas como grupos de qualidades de habitabilidade de ordens pragmática, simbólica e funcional como também relacionados aos fenômenos dos comportamentos humanos de territorialidade, privacidade, identidade e ambiência.

Os grupos de qualidades da habitabilidade, bem como as variáveis, os indicadores e os fenômenos dos comportamentos humanos a eles associados foram definidos pela pesquisadora a partir da revisão de literatura.

Quadro 5.1: Distribuição das variáveis e indicadores segundo qualidades de habitabilidade e fenômeno de comportamento:

DIMENSÃO (grupos de qualidade de habitabilidade)	VARIÁVEIS	COMPONENTES (Atributos de habitabilidade)	INDICADORES (satisfação do usuário e introdução de adequações)	FENÔMENO (Comportamento humano)
PRAGMÁTICA	Desempenho construtivo	Conforto acústico	-necessidade de forro ou outros elementos de isolamento acústico	Ambiência
		Conforto lumínico	-tamanho das aberturas, adequação das luminárias, necessidade de dispositivos de proteção solar	
		Conforto térmico	-condições de insolação direta, forros, revestimento de pisos, frestas	
		Segurança (estrutural, contra o fogo, no uso e operação)	-condições estruturais (fundações, vigas, pilares, lajes e paredes); - materiais e dispositivos contra incêndio;	
		Estanqueidade e impermeabilização	-estanqueidade a fontes de umidade externas (solo e lençol freático) e internas à edificação (operação e manutenção do imóvel); -desempenho das aberturas (portas e janelas), coberturas e paredes;	
		Saúde, higiene e qualidade do ar	-condições de salubridade (evitar proliferação de microorganismos); -presença de poluentes na atmosfera interna à habitação;	
	Inserção urbana	Infraestrutura	-abastecimento de serviços públicos (água, esgoto, iluminação pública e domiciliar, drenagem, telefone, cabeamento ótico, coleta de lixo, transporte urbano, pavimentação, limpeza urbana)	
		Localização do conjunto na malha urbana	-equipamentos urbanos (comércio, escola, creche, local de trabalho etc.)	

Continuação do Quadro 5.1: Distribuição das variáveis e indicadores segundo qualidades de habitabilidade e fenômeno de comportamento:

DIMENSÃO (grupos de qualidade de habitabilidade)	VARIÁVEIS	COMPONENTES (Atributos de habitabilidade)	INDICADORES (satisfação do usuário e introdução de adequações)	FENÔMENO (Comportamento humano)
SIMBÓLICA	Composição Familiar	Formato familiar	-número de moradores, número de filhos, renda familiar	Territorialidade Privacidade Identidade Ambiência
		Origem familiar	-rural ou urbano	
		Necessidade específica/ vulnerabilidade	-morador com necessidades especiais, idosos, etc.	
	Personalização, apropriação	Aspectos Culturais	-criação animais, horta, jardim, fogão à lenha, culto a imagens, símbolos, objetos decorativos etc.	
		Características estéticas externas e internas	-revestimento, cores, descaracterização do padrão original	
		Diferenciação dos lugares (interior)	-mecanismos de separação (móveis, portas, paredes, paredes divisórias, marcas no chão, soleiras etc.)	
		Público e privado (interior/exterior)	-mecanismos de separação (muros limítrofes, peitoris, cercas, grades, paredes, aberturas, portas, portões, anteparos como cortinas etc.)	
FUNCIONAL	Dimensionamento da moradia	Área construída	-acréscimo em m ² dos ambientes existentes, e de novos ambientes	Ambiência Privacidade Identidade
		Circulação	-distância livre para circulação	
		Leiaute da mobília e equipamentos	- mobiliário existente; - aspectos relativos à disposição dos móveis e equipamentos domiciliares; - grau de obstrução	
	Relação funcional entre os cômodos	- proximidade de cômodos afins - arranjo funcional		
	Manutenção	Facilidade de limpeza	-tipos de acabamentos	

5.4. O método

A pesquisa se apoiou em procedimentos metodológicos propostos por Malard (199-?) para identificação e análise de conflitos arquitetônicos. São procedimentos familiares a arquitetos e urbanistas, pois consistem na observação sistemática realizada através do instrumento denominado por esta autora como “leituras espaciais”, em que são elaborados croquis, registros fotográficos, entrevistas informais e relatórios de observações. Tais técnicas são semelhantes à da observação participativa, embora o caráter participativo não esteja presente, pois implicaria na mudança do pesquisador para o local o que inviabilizaria o trabalho (MALARD, 199-?).

Para a realização das leituras espaciais foram aplicados instrumentos e ferramentas utilizadas em pesquisas de avaliação do desempenho do ambiente construído, comumente conhecidas como Avaliação Pós-Ocupação (APO)¹², de forma a obter o grau de satisfação dos usuários em relação a moradia, como também identificar se possíveis insatisfações impulsionaram a introdução de modificações na casa.

5.4.1. Instrumentos de coleta de dados

Para a coleta de dados foi utilizada a abordagem multimétodos, na qual é empregado mais de um instrumento, de forma a minimizar os vieses da pesquisa na apreensão de possíveis informações dos moradores, obtidas também através de expressões corporais, que não condizem com a situação observada pela pesquisadora, bem como evitar interpretações equivocadas, uma vez que podem influenciar negativamente no resultado final.

Anteriormente ao estudo de campo, foi realizado levantamento bibliográfico acerca do tema, com o objetivo de fundamentar os conceitos adotados, bem como de levantar documentos junto a órgãos públicos, visando à obtenção de informações sobre a criação e implantação do conjunto habitacional em estudo. No estudo de campo, foram aplicados instrumentos e ferramentas propostos por Malard na

¹² Segundo glossário de termos técnicos e conceitos chaves apresentados por Rheingantz et al. (2009, p. 16), APO – avaliação-pós-ocupação é um processo interativo, sistematizado e rigoroso de avaliação de desempenho do ambiente construído, passado algum tempo de sua construção e ocupação. Focaliza os ocupantes e suas necessidades para avaliar as influências e conseqüências das decisões projetuais no desempenho do ambiente considerado, especialmente aqueles relacionados com a percepção e uso por parte dos diferentes grupos de atores e agentes envolvidos.

metodologia de leituras espaciais para identificação dos conflitos arquitetônicos, como também os de Avaliação Pós-Ocupação (APO).

a) Questionário semi-estruturado

A técnica de questionários foi utilizada para possibilitar a obtenção de dados importantes juntos aos moradores, para tanto este instrumento foi aplicado diretamente pela pesquisadora. Optou-se pelo questionário semi-estruturado, pois permitiu maior abrangência nas respostas que posteriormente foram agrupadas para análise quantitativa e qualitativa.

A utilização desta técnica teve como objetivo levantar aspectos sócio-culturais familiares, para entender de que forma ocorrem as interações com a moradia e com o conjunto habitacional. Pelas entrevistas foi possível levantar o grau de satisfação dos usuários quanto aos aspectos de conforto ambiental, funcionais, dimensionais, bem como das adequações inseridas na moradia e o que os motivou para tal. Também foi levantado junto ao morador o grau de satisfação quanto ao atendimento dos serviços públicos e de infra-estrutura do conjunto habitacional.

b) *Walkthrough*

Foi aplicado o método *walkthrough*¹³, que segundo Rheingantz et al. (2009) é uma ferramenta eficaz que combina deslocamentos pelo ambiente em análise, juntamente com observação e entrevista ao usuário. Ele afirma ainda que este método é muito utilizado na avaliação dos aspectos do desempenho do ambiente construído e na programação arquitetônica.

Zube (1980 apud Rheingantz et al., 2009) considera as experiências e emoções vivenciadas tanto pelos moradores quanto pelos pesquisadores como “instrumentos de medição” e de “identificação da qualidade dos ambientes”, o que possibilita levantar os conflitos arquitetônicos que os tenham induzido a realizar alterações nas residências ou mesmo que as motive.

Este “percurso acompanhado” abrangeu todos os ambientes das moradias, juntamente com *check-lists*, plantas, croquis gerais e registros fotográficos, de forma

¹³ Segundo glossário de termos técnicos e conceitos chaves apresentados por Rheingantz et. al (2009, p. 21), *Walkthrough* é palavra da língua inglesa que pode ser traduzida como *passeio* ou *entrevista acompanhado*. Em função do reconhecimento mundial, inclusive por parte dos pesquisadores brasileiros, foi mantida a sua designação inicial em inglês.

a tomar conhecimento da edificação, da construção, do seu estado de conservação, seus usos e adequações inseridas. Segundo Rheingantz et al. (2009), o ideal é que para a aplicação deste procedimento, sejam formadas equipes multidisciplinares ou de especialistas, o que não foi possível uma vez que este estudo em campo foi realizado somente pela pesquisadora. Entretanto, este autor afirma que mesmo na situação do método ser aplicado por estudante de pós-graduação, os resultados têm sido ricos e significantes em informações.

Para aplicação deste método, foi realizado prévio levantamento documental de plantas baixas, cortes, implantação e situação, como também do memorial descritivo e especificações técnicas das unidades habitacionais e do conjunto habitacional, com o objetivo de conhecer a edificação e o conjunto habitacional antes de qualquer modificação introduzida por parte do usuário. Os moradores foram previamente informados da realização da pesquisa, como também solicitados a contribuir de forma a permitir a realização de entrevistas e visitas junto a suas moradias. Para tanto foi necessário marcá-las previamente como forma de verificar limitações de datas e horários, disponibilidade ou impedimento por parte do morador quanto à realização das visitas. Foi preparado um plano de trabalho, ou roteiro que foi seguido para orientar a visita e registrar os dados para sua posterior análise.

Durante o *walkthrough* foram feitos questionamentos aos moradores quanto ao que eles consideram importante no ambiente em análise, as atividades que nele se desenvolvem, se tal local tem funcionamento satisfatório, se houve alguma adequação física e com qual objetivo foi realizada, como também se eles desejavam realizar alguma modificação para melhor atendimento da necessidade.

c) Observação direta

De forma complementar no processo de coleta de dados para uma análise de abordagem qualitativa do ambiente da moradia e do conjunto habitacional, optou-se pelo método de observação. Neste estudo a modalidade adotada de observação visual foi a do tipo não participante, por ser a mais adequada em relação aos objetivos e ao tempo disponível para a realização da pesquisa (QUIVY, 2005).

Segundo Quivy (2005) através desta, o observador adquire a postura de expectador para captar comportamentos não verbais dos moradores como modos de vida, atividades desenvolvidas, valores e traços culturais, relações sociais, dentre outros aspectos que estejam ligados às dimensões pragmática, simbólica e funcional

de habitabilidade. A vantagem deste instrumento foi a apreensão dos acontecimentos no próprio momento em que eles se produzem e a autenticidade dos fatos comparados com as declarações verbais e escritas. A observação *in loco* permitiu captar como acontece a dinâmica do morar, tanto no espaço privado quanto no público.

Para controle da obtenção dos dados, as observações foram anotadas como também registradas por meio de fotografias digitais previamente autorizadas pelos moradores.

d) Poema dos Desejos

Outro procedimento complementar foi aplicado nesta pesquisa durante a coleta de dados para que fosse feita ainda uma abordagem qualitativa. Trata-se do Poema dos Desejos, que segundo Rheingantz et al. (2009), é um instrumento desenvolvido por Henry Sanoff para que os usuários de um determinado ambiente possam declarar por meio de um conjunto de sentenças escritas ou desenhos, suas necessidades, sentimentos e desejos relativos ao edifício completando a frase “*Eu gostaria que o (o edifício/ambiente)...*”.

No caso específico desta pesquisa que objetiva entender a apreensão e interação dos moradores com o ambiente onde residem, foi solicitado que as pessoas completassem as seguintes sentenças: “*O que eu gosto na minha casa...*”; “*O que eu não gosto na minha casa...*”; “*Eu gostaria que minha casa fosse ou tivesse...*”; “*O que eu gosto no meu bairro...*”; “*O que eu não gosto no meu bairro...*” e ainda “*Eu gostaria que meu bairro fosse ou tivesse...*”

Este procedimento foi aplicado ao final de cada visita à moradia. Para tanto, foi deixado um formulário ser preenchido por cada membro da família, sem que fosse citado o nome do respondente, sendo solicitada apenas a informação do sexo e da idade do mesmo. Dessa forma possibilitou-se o agrupamento das respostas segundo estas variáveis, revelando como os valores, prioridades e conflitos no ambiente da moradia podem ter diferentes percepções em relação à faixa etária e ao gênero.

5.4.2. Instrumentos de análise dos dados

Os dados obtidos através da entrevista semi-estruturada foram tabulados e apresentados na forma de quadros para análise do perfil sócio-econômico dos moradores. Durante a aplicação do *walkthrough* pretendeu-se registrar a ocorrência de conflitos arquitetônicos que são expressos pelos usos dos espaços e pelas adequações inseridas na moradia, que puderam ser expressas quantitativamente. Também foi identificada a relação quanto à natureza das adequações, sejam de ordem pragmática, simbólica e/ou funcional para que então fossem analisadas qualitativamente. Estes últimos resultados, juntamente com os dados obtidos através do método da observação direta foram analisados e agrupados segundo categorias.

De forma complementar a todos os métodos, foram analisados os resultados do instrumento Poema dos Desejos, que agrupados pelas categorias de respostas, foram analisados segundo a faixa etária e gênero dos respondentes, de forma a revelar os desejos e anseios dos moradores tanto em relação à casa quanto ao bairro do conjunto habitacional.

CAPÍTULO 6 – O CONJUNTO HABITACIONAL BOA SORTE: ADEQUAÇÕES EM BUSCA DE HABITABILIDADE

Este capítulo apresenta o resultado do levantamento em campo realizado junto ao conjunto habitacional Boa Sorte, para também revelar de que forma as adequações inseridas pelos moradores tiveram finalidade de melhorar aspectos de habitabilidade tanto residencial, quanto urbana.

Como já foi esclarecido anteriormente, tal conjunto foi inaugurado em 1999 contendo 35 unidades habitacionais, através do Programa Pró-Moradia que se deu pela parceria entre a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal de Coimbra. Contudo, seis anos depois foram construídas mais 6 unidades habitacionais de tipologias diferentes das primeiras, motivo que estas não foram contabilizadas para o universo desta pesquisa. Vale ressaltar que não foi possível realizar visitas em 6 casas, de forma que os resultados desta pesquisa estão baseados no levantamento junto a 29 unidades habitacionais.

O conjunto habitacional Boa Sorte localiza-se no limite do perímetro urbano com a zona rural, e é acessado pelo prolongamento da Rua Santo Antônio que também é via de acesso da cidade de Coimbra à cidade de Monte Celeste. Seu principal ponto de referência é por estar ao lado da antiga Praça de Esportes e do conjunto habitacional São Sebastião, distantes 1.200m do centro da cidade (Figura 6.1). Tal região é atendida pelos serviços urbanos de coleta de lixo, abastecimento de água e de energia elétrica e rede de esgoto sanitário.

Para sistematizar os resultados obtidos, estes foram separados em três itens. O primeiro caracteriza a unidade habitacional original, os aspectos socioeconômicos e demográficos dos moradores e a avaliação de serviços públicos e da localização do conjunto a partir da visão do usuário. O segundo item apresenta as adequações inseridas em cada ambiente da unidade habitacional impulsionada por necessidades e comportamentos do morador a partir da experiência do morar. Já o terceiro item esclarece quanto à satisfação e expectativas do morador tanto em relação à casa quanto ao bairro no qual está inserido o conjunto habitacional em estudo.



Figura 6.1: Foto aérea do município de Coimbra modificada pela autora com a localização do Conjunto Habitacional Boa Sorte (verde) e o centro comercial da cidade.
Fonte: Google Earth

6.1. Caracterização do conjunto habitacional, da moradia e de seus moradores

6.1.1. Caracterização da unidade habitacional entregue aos moradores

Pelo levantamento documental junto à Prefeitura Municipal de Coimbra, obteve-se o Memorial Descritivo do conjunto habitacional Boa Sorte, onde consta que o projeto trata da construção de 35 unidades habitacionais do tipo padrão isoladas, contendo sala, dois quartos, cozinha, banheiro e área de serviço que totalizam 41,48m² cada unidade, sendo 35,48m² de área útil. Cada unidade foi implantada em um terreno plano, com dimensão média de 9,62m frontal e 13m lateral o que totaliza 125,06m² de área mínima do lote.

Segundo o caderno de especificações técnicas da obra foram previstas apenas algumas informações básicas, como: fundação do tipo sapata corrida; piso cimentado liso; paredes em tijolos cerâmicos furados de espessura igual a 15cm, chapiscadas, rebocadas e pintadas; paredes do banheiro revestidas com barrado de cimento pintado a óleo até a altura de 1,50m do piso; barrado sobre a pia da cozinha com 30cm do mesmo

acabamento; cobertura em telhas de barro colonial, com inclinação de 30% e estrutura em madeira serrada apoiada e ancorada no cintamento em concreto com dimensão de (10x10)cm; portas externas e janelas do tipo veneziana em chapa laminada pintadas a óleo e portas internas em madeira pintada também a óleo.

Quanto às louças e metais, tem-se vaso sanitário de louça branca com caixa de descarga e lavatório do mesmo material e sem coluna; a pia e tanque de lavar com um bojo, em mármore sintético; chuveiro elétrico de material plástico, cabide, saboneteira e porta-papel em louça branca; torneira para a pia da cozinha em metal cromado e para o tanque em metal amarelo.

Já quanto às instalações elétricas, sanitárias e hidráulicas, consta que as especificações seguem o respectivo projeto, sendo que o reservatório de água é de 500l posicionado sob a cobertura.

6.1.2. Caracterização socioeconômica e demográfica dos moradores

A partir dos questionários pôde-se caracterizar os moradores do conjunto habitacional Boa Sorte quanto aos aspectos socioeconômico e demográfico. Alguns dados levantados estão dispostos na Tabela 6.1.

Neste conjunto habitacional predomina o formato de família nuclear convencional, contudo desperta atenção o fato de 20% das casas serem ocupadas apenas por mãe e filho(s) e também que 37,9% das famílias são chefiadas por mulheres viúvas ou separadas. Outro dado que chamou a atenção foi que grande parte das casas são ocupadas apenas por 2 e 3 moradores, o que totaliza 58,6% do total. A faixa etária gira em torno de 25 a 60 anos o que significa que prevalecem moradores adultos, destacando-se 21,8% de aposentados ou pensionistas, seguidos por 18,2% de trabalhadores rurais, 14,8% de servidores públicos e 10,9% de trabalhadores domésticos.

Foi levantado ainda que 48,2% das casas visitadas possuem moradores que trabalham na zona rural ou em outros municípios da região, sendo citadas as cidades de Viçosa, Cajuri e São Geraldo. Identificou-se também que 41,4% dos chefes de família são provenientes do meio urbano e outros 34,5% são da zonal rural deste município. Outros 24,1% têm como origem outras cidades de pequeno porte da microrregião.

Tabela 6.1: Característica socioeconômica e demográfica dos moradores

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	FREQ. ABSOLUTA	FREQ. RELATIVA (%)
FORMATO FAMILIAR	Família nuclear (casal c/ filho)	12	41,38
	Casal	3	10,34
	Mãe e filho(s)	6	20,69
	Avó e neto	1	3,45
	Outros parentescos	4	13,79
	Sozinho	3	10,34
	Total	29	100
NÚMERO DE MORADORES/CASA	1 morador	3	10,3
	2 moradores	8	27,6
	3 moradores	9	31,0
	4 moradores	7	24,1
	5 moradores	2	6,9
	Total	29	100
FAIXA ETÁRIA	De 0 a 12	16	19,0
	De 12 a 25	18	21,4
	De 25 a 60	38	45,2
	> 60	12	14,3
	Total	84	100
CHEFE DE FAMÍLIA	Homem	15	51,7
	Mulher	2	6,9
	Viúva/separada	11	37,9
	Irmãos	1	3,4
	Total	29	100,00
PROFISSÃO	Aposentado/pensionista	12	21,8
	Trabalhador rural	10	18,2
	Servidor público	8	14,5
	Doméstico	6	10,9
	Outro	19	34,5
	Total	55	100,00
RENDA FAMILIAR	Até 1 salário mínimo	9	31,0
	De 1 a 2 salário mínimo	13	44,8
	De 2 a 3 salário mínimo	5	17,2
	De 3 a 5 salário mínimo	2	6,9
	Total	29	100,00
ORIGEM FAMILIAR	Urbano	12	41,4
	Rural	10	34,5
	Outra cidade	7	24,1
	Total	29	100,00
ESCOLARIDADE	Analfabeto	3	10,3
	Primário	6	20,7
	Ensino fundamental	8	27,6
	Ensino médio/técnico	10	34,5
	Superior	2	6,9
	Total	29	100,00
SITUAÇÃO DA MORADIA	Própria	24	82,8
	Alugada	4	13,8
	Emprestada/cedida	1	3,4
	Total	29	100,00
CLASSIFICAÇÃO DA MORADIA ATUAL EM RELAÇÃO À ANTERIOR	Melhor	13	44,8
	Pior	8	27,6
	Igual	8	27,6
	Total	29	100,00

Observação: Na coluna “frequência absoluta”, os subtotais iguais a 29, 55 e 84 referem-se a número de casas, número de moradores que trabalham e número de moradores do conjunto habitacional, respectivamente.

A partir destes dados fica evidente se tratar de um grupo heterogêneo, onde ainda está presente a ligação com o meio rural, embora ela não seja tão evidente quanto se supunha. Foi também levantado o maior grau de escolaridade dos moradores por casa, sendo que 34% declararam ter membros da família que ingressaram no ensino médio ou técnico, cuja maioria se refere aos filhos que são estudantes e não aos pais. A renda mensal familiar predominante é muito baixa (75,8%), girando em torno de até 2 salários mínimos.

Quanto à situação da moradia, 82,8% declararam ser própria e que ainda pagam pelo financiamento e 13,8% disseram que pagam aluguel para o proprietário da moradia. Este último dado chamou a atenção, pois somado ao número de moradias emprestadas ou cedidas, totalizam 17,2% de casas que não estão sendo utilizadas pelos beneficiários do programa habitacional, que alugaram sua moradia antes mesmo de quitarem o seu financiamento. Quanto à situação da moradia em relação à anterior, 44,8% afirmaram que a atual é melhor, sendo que alguns declararam que moravam em barracos ou lugares de difícil acesso, contudo, mais da metade dos moradores (55,2%) disseram que a residência atual é pior ou igual à anterior. Através deste dado fica evidente que várias famílias têm a mesma condição de moradia, ou até pior, depois que adquiriram a casa do conjunto habitacional.

Identificou-se ainda que 17,2% das casas são também utilizadas para atividades remuneradas, como salão de beleza, vendas de cosméticos e roupas e por moradoras que são pagas para cuidarem de filhos de outros moradores em sua própria residência.

Ao serem questionados quanto ao motivo da escolha do conjunto habitacional, foi unânime a resposta dos proprietários de que queriam adquirir a casa própria, pois até então pagavam aluguel ou moravam como colonos em propriedades rurais. Já as famílias que informaram pagar aluguel do imóvel declararam que escolheram o local por atender às necessidades da família, como também por proximidade dos familiares que já residem no conjunto habitacional.

6.1.3. Caracterização dos serviços públicos e da localização do conjunto habitacional

A prestação de serviços públicos foi avaliada a partir da opinião dos moradores, o que foi obtida através dos questionários e confirmada por observações desta pesquisadora. Foi solicitado que eles julgassem cada serviço classificando-os como

“bom”, “regular”, “ruim” ou “inexistente”, sendo que as frequências das respostas foram agrupadas e estão dispostas no Gráfico 6.1. Algumas observações e comentários também foram registrados de forma a auxiliar na análise dos resultados.

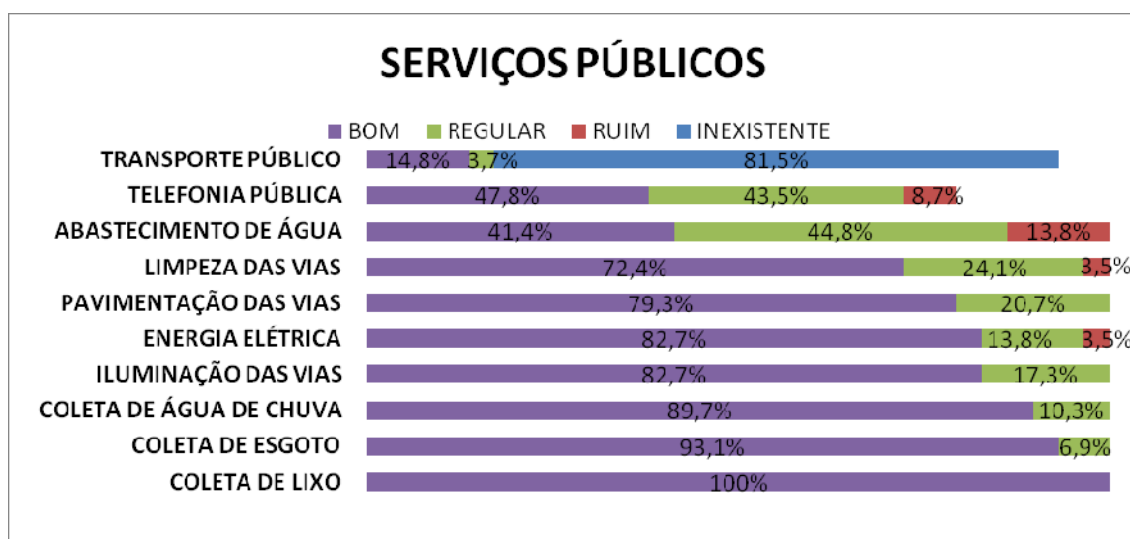


Gráfico 6.1: Resultado da avaliação dos moradores quanto à prestação de serviços públicos no conjunto habitacional.

Ao serem questionados quanto à avaliação do transporte público, 81,48% dos entrevistados informaram que não havia a prestação de tal serviço, contudo 18,51% dos moradores classificaram como sendo bom ou regular, pois entendem que o ônibus escolar da prefeitura atende a este item. Estes disseram que o mesmo conduz estudantes no período da manhã, da tarde e da noite e que se nesses horários solicitarem ao motorista, poderá ser permitido o uso do ônibus sem pagamento de tarifa. Foi apontado também que já houve a tentativa de implantar transporte coletivo para esta região, contudo não teve grande aceitação, uma vez que os moradores não estão habituados e também não têm condições financeiras para pagar por tal serviço. Já moradores, principalmente idosos, disseram que este faz muita falta e que às vezes são obrigados a pagar por serviço de táxi.

Quanto à telefonia pública, 52,16% dos entrevistados disseram fazer uso do orelhão classificaram o serviço como regular ou ruim, devido ao fato de haver somente um equipamento que atende ao conjunto habitacional e por outros motivos como defeitos frequentes e má localização. Uma moradora disse que o telefone público deveria estar localizado junto à praça, por ser iluminada, sendo que atualmente ele se encontra em um local escuro e afastado, o que prejudica seu uso durante à noite.

O serviço de abastecimento de água foi apontado como deficiente por 58,61% dos moradores, que na forma de desabafo declararam que: “Todo sábado falta água e é o

dia que eu mais preciso” (Maria do Carmo, 44 anos); “Sábado não cai água e domingo também não. A gente paga R\$14,00, R\$15,00 pra não ter água” (Francisca, 82 anos); “Essa água tá vindo uma água ruim.” (Maria, 63 anos). Dos entrevistados, 27,58% disseram que possuem duas caixas d’água ou que aumentaram a capacidade do seu reservatório para minimizar o transtorno em casa, nas tarefas domésticas e na higiene pessoal. Foi identificado que uma casa abriu um poço artesiano e que bombeia a água quando há falha no fornecimento público. Portanto, o conjunto apresenta problemas quanto ao transporte público, telefonia pública e abastecimento de água.

Na época do início da coleta de dados, a pavimentação das vias era de pedra fincada, o que foi apontado como negativo por 20,68% dos entrevistados. Durante as visitas as ruas foram asfaltadas e tal fato influenciou nas avaliações posteriores: “Bom porque asfaltou” (Maria do Carmo, 44 anos); “Antes era ruim pra andar por causa das pedras” (Patrícia, 32 anos).

Os demais serviços – limpeza das vias, fornecimento de energia elétrica, iluminação pública, drenagem de água pluvial, coleta de lixo e coleta de esgoto- foram considerados adequados pela população residente.

Os moradores também foram solicitados a classificar a distância do conjunto habitacional em relação a alguns locais que frequentam diariamente ou destinados a prestação de serviço à população. As respostas foram agrupadas e estão dispostas no Gráfico 6.2.

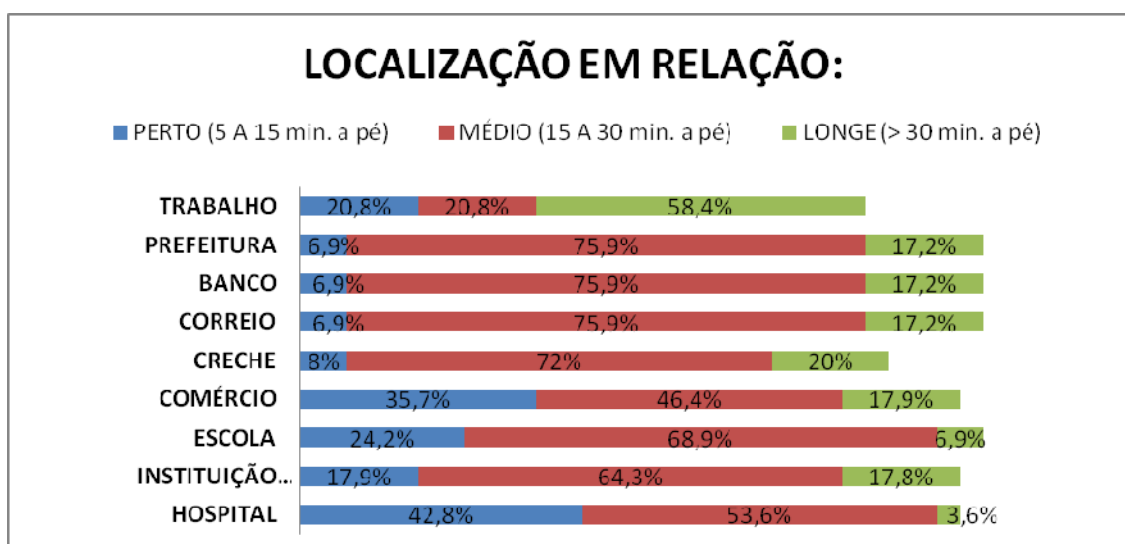


Gráfico 6.2: Resultado da avaliação dos moradores quanto à localização do conjunto habitacional em relação a alguns locais que fazem parte de seus cotidianos.

Pelas respostas foi possível constatar que a maior parte dos moradores classificou a distância do conjunto habitacional em relação aos lugares citados como

sendo média, pois gastam entre 15 a 30 minutos para se deslocarem a pé até os locais apontados, a maioria deles localizada no centro da cidade. Pessoas de idade disseram que têm dificuldades para se deslocarem e que por isso demoram mais nos trajetos.

Nas respostas houve destaque quanto ao local de trabalho, pois foi classificado por 58,83% dos moradores como longe, ou seja, que gastam mais de trinta minutos no trajeto, uma vez que estes trabalham na zona rural ou em outra cidade. Contudo eles ressaltam que para tal deslocamento utilizam bicicletas ou mesmo ônibus quando trabalham em outra cidade.

Os moradores também foram questionados a respeito de quais seriam as atividades de lazer que realizavam durante seu tempo livre. As respostas abertas foram agrupadas segundo atividades desempenhadas pelas “crianças”, “jovens” e “adultos”.

As atividades realizadas pela primeira categoria foram: brincar na praça andando de bicicleta ou jogando bola, brincar no quintal de casa, ver televisão, DVD ou ficar no computador. As atividades mais citadas como as realizadas pelos jovens foram: jogar futebol no ginásio poliesportivo da cidade; sair à noite para festas em danceterias, bares e restaurantes; namorar; conversar com os amigos; frequentar a igreja através de grupos de jovens; ver televisão; frequentar clubes de lazer. Já as atividades mais citadas como realizadas pelos adultos foram: ver televisão, ir à igreja; jogar futebol, baralho ou dominó aos finais de semana; frequentar bares e restaurantes; cuidar dos pais que são de idade ou dos filhos e netos ainda pequenos; visitar parentes em outras cidades; andar de bicicleta; conversar com os vizinhos na praça (Figura 6.2). Algumas destas atividades foram diretamente observadas por esta pesquisadora, como: um almoço de confraternização realizado na praça (Figura 6.3), a reunião de moradores em suas próprias casas, crianças brincando (Figura 6.4) ou adultos praticando jogos (Figura 6.5).



Figura 6.2: Praça como local de encontro dos moradores
Fonte: Acervo da autora



Figura 6.3: Almoço de confraternização na praça
Fonte: Acervo da autora

Essas situações demonstraram as relações de sociabilidade desenvolvidas no conjunto habitacional. Outro item abordado, através de entrevistas informais, foi acerca da socialização dos moradores quanto aos eventos realizados no bairro. Mais da metade dos moradores declararam que não acontecem atividades festivas na comunidade local. Contudo outros informaram que é comum a realização de novenas nas casas dos moradores, orações de evangélicos na praça, missa da Igreja Católica uma vez por mês nas casas dos moradores, bem como atendimento pela Pastoral da Criança, portanto atividades relacionadas com os cultos religiosos.



Figura 6.4: Reunião de crianças em casa para jogar vídeo game
Fonte: Acervo da autora



Figura 6.5: Reunião de adultos em casa para jogar carteadado
Fonte: Acervo da autora

Os entrevistados disseram ainda que, em outros tempos havia união da comunidade local para realização de festas juninas, forró e campeonato de futebol. Contudo eles declararam: “[...] mas tem muito tempo que não tem nada” (Zilda, 46); “Antigamente tinha muito evento na praça de esporte, mas tudo era pago. Hoje a praça de esporte é ponto pra uso de drogas [...] num tem policiamento” (Natali, 25 anos); “[...] aqui tá precisando de um lazer pra curtir mais a vida, tinha o clube e a Praça de Esporte, mas daí quebraram tudo e hoje tá interditado” (Eva, 49 anos).

Questionados, se eles realizavam alguma atividade remunerada que fosse comum aos moradores, eles declararam inexistir qualquer tipo de trabalho similar, sendo que uma moradora informou quanto ao serviço de assistência social: “A moça da Caixa quis estimular uma cooperativa das mulheres, mas não deu em nada.” (Denice, 54 anos).

Também foi abordado acerca da socialização dos moradores em relação ao resto da cidade, obtendo-se como resposta que é comum frequentarem festas de carnaval, de aniversário da cidade e de final de ano, que são organizadas pela prefeitura municipal e

acontecem na praça central da cidade. Também disseram que há eventos anuais como Festa do Peão, festa junina e Festa do Padroeiro da Igreja Católica.

6.2. As adequações inseridas na unidade habitacional a partir da experiência do morar

A partir das leituras espaciais foi feito o levantamento de cada ambiente da unidade habitacional, onde foram observados, registrados e avaliados aspectos quanto ao uso, mobiliário, circulação e existência de alterações físicas em cada cômodo (Figura 6.6). Foi observada ainda a ocorrência de conflitos arquitetônicos, como também de manifestações patológicas nos sistemas construtivos.

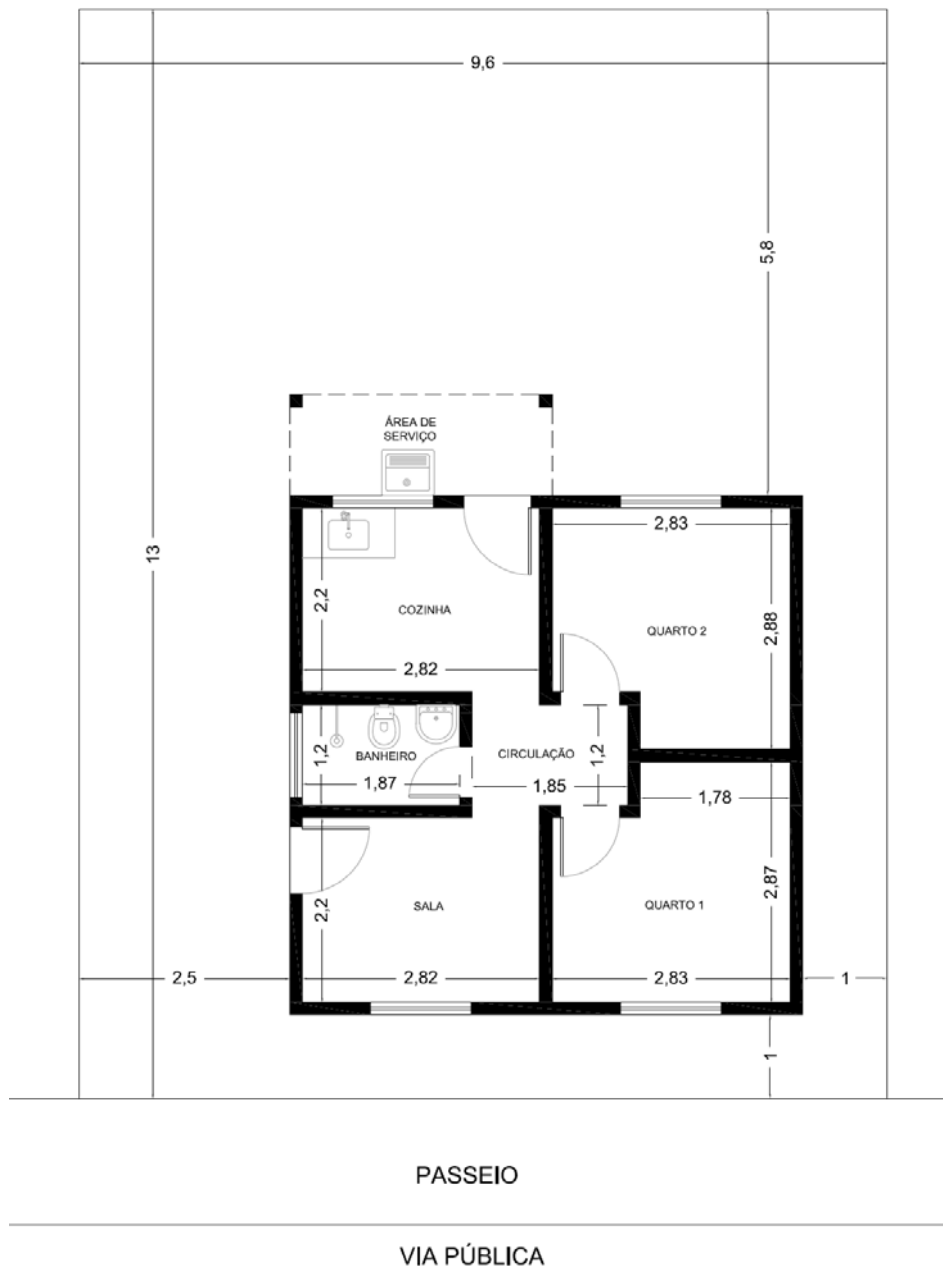


Figura 6.6: Planta baixa da unidade habitacional original e a sua implantação no terreno
Fonte: Prefeitura Municipal de Coimbra e adaptado pela autora.

6.2.1. Quartos

A unidade habitacional foi entregue aos moradores contendo dois quartos denominados nesta pesquisa como quarto 1 e 2, sendo que o primeiro possui sua janela voltada diretamente para rua e o segundo para o quintal da casa. A dimensão original dos quartos é de 2,83 x 2,87m, da qual é subtraído um retângulo de 0,67 x 1,05cm de forma a promover circulação central para que as portas dos quartos não sejam voltadas diretamente para sala e a cozinha (Figura 6.6). Vários moradores apontaram este fato como negativo, pois declararam que perderam área útil dos quartos de forma a prejudicar o posicionamento de móveis. Contudo, observou-se que esta circulação foi aproveitada para disposição de cômodas, oratórios, quadros e fotografias na parede, armários de cozinha ou geladeiras. Pelos levantamentos foi detectado que duas casas diminuíram esta circulação e reposicionaram as portas dos quartos para a sala e para a cozinha, sob a justificativa de aumentar a área útil dos dormitórios.

As informações levantadas neste ambiente estão dispostas pela Tabela 6.2, que teve como finalidade comparar aspectos de uso, mobiliário, circulação e alterações físicas nos quartos 1 e 2, como também apresentar a identificação de oito casas que construíram ou adaptaram outro ambiente para funcionar como quarto, o que é um percentual pequeno comparado a demais ampliações físicas identificadas. Tal aumento da unidade habitacional denota que em algum momento do ciclo familiar houve necessidades ligadas a aspectos funcionais em razão do padrão original não comportar confortavelmente o número de moradores. Contudo, durante a coleta de dados, foi identificado que alguns quartos não são ocupados diariamente e que hoje desempenham outras funções, como quarto de visitas ou copa, o que está mais ligado a dimensão simbólica da moradia e a necessidade de busca por ambiência, privacidade e identidade.

Quanto ao uso, pode-se afirmar que os moradores têm preferência pelo quarto 2, uma vez que, como o outro é voltado para rua está mais exposto aos ruídos externos e aos olharem dos transeuntes, o que interfere na privacidade, segundo a declaração de uma moradora: “Nem dá pra deixar a janela aberta porque qualquer um que passa tá olhando cá dentro” (Ana Maria, 55 anos). Essa mesma moradora relatou que prefere o quarto dos fundos, porque devido o calor pode dormir à noite com a janela aberta.

O quarto 2 também é utilizado por um maior número de casais ou moradores adultos e idosos o que pode ser confirmado pelos mobiliários relacionados na Tabela 6.2, que apresenta para este ambiente um maior número de camas de casal e também de

aparelhos televisores. Alguns entrevistados que não utilizam o quarto 1 disseram que o mesmo é reservado às visitas, como também que possui uso diverso, como de copa ou sala. Em uma das casas foi retirada a parede que dividia o quarto 1 com a sala, para criar uma sala e copa conjugada, e reposicionada a parede que divide o quarto 2 com o corredor, para ampliá-lo. Assim, o casal, que é locatário do imóvel e não foi o responsável pelas alterações físicas, se vê obrigado a dividir o único quarto da casa com o filho de três anos de idade, o que prejudica sua privacidade.

Tabela 6.2: Levantamento quanto ao uso, mobiliário, circulação e alterações físicas nos quartos

QUARTO				
CATEGORIA	SUBCATEGORIA	Quarto 1 (N=29)	Quarto 2 (N=29)	Quarto novo/adaptado (N=8)
ATIVIDADES	Dormir/descansar	23	28	7
	Estar/reunir/receber visitas	8	7	1
	Estudar	4	2	2
	Ver televisão	1	4	0
	Lazer	0	1	1
	Trabalhar	1	0	0
	Fazer refeição	1	3	3
MOBILIÁRIO	Cama de casal	13	17	4
	Cama de solteiro	16	14	4
	Beliche	1	1	0
	Guarda-roupa	22	24	6
	Cômoda	9	11	5
	Criado mudo	5	3	4
	Mesa	1	2	0
	Televisão	1	4	1
	Som	0	1	0
DVD	1	1	0	
Berço	0	2	1	
CIRCULAÇÃO	Ruim (menos de 40cm)	8	8	1
	Regular (50 A 60cm)	11	12	2
	Boa (60 A 90cm)	8	8	4
	Ótima (> 90cm)	2	1	6
USUÁRIO	Casal	5	7	3
	Casal e um filho	0	2	1
	Mãe e filho	1	0	0
	Mãe	1	3	0
	Filho(a) único	8	5	2
	Filhos de mesmo sexo	1	1	0
	Filhos de diferentes sexos	1	0	0
	Irmão (que mora somente com outro irmão)	1	2	0
	Irmãos (de mesmo sexo e mais um sobrinho)	0	2	0
	Único morador	2	1	1
	Criança (que dorme no berço no quarto dos pais)	1	0	0
	Quarto do filho (estudante em outra cidade)	1	0	0
	Avó	0	1	0
	Avó e netos	0	1	0
	Neto	1	0	0
Visitas	4	3	1	
Diferentes usos (copa/sala)	2	1	0	
ALTERAÇÕES	Piso (cerâmica)	15	15	4
	Parede (pintura)	21	21	7
	Teto (forro)	16	17	4
	Teto (laje)	0	0	4

Foram identificadas três casas que utilizam cômodos que originalmente tinham outras funções e que hoje funcionam como quartos, bem como moradores de diferentes sexos e idades que dividem o mesmo ambiente de dormir, o que indica que o número de quartos é insuficiente para estes moradores.

Quanto à avaliação da circulação nestes ambientes, sua qualidade está diretamente relacionada ao número e posição do mobiliário. Na grande maioria dos quartos foi encontrado um número de móveis superior à capacidade da área, o que prejudica a circulação. Foram detectadas várias camas posicionadas inadequadamente, ou seja, como encostadas na parede debaixo da janela ou de forma a impedir que janelas e portas do quarto e do guarda-roupa se abram totalmente, caracterizando um elevado grau de obstrução (Figura 6.7).

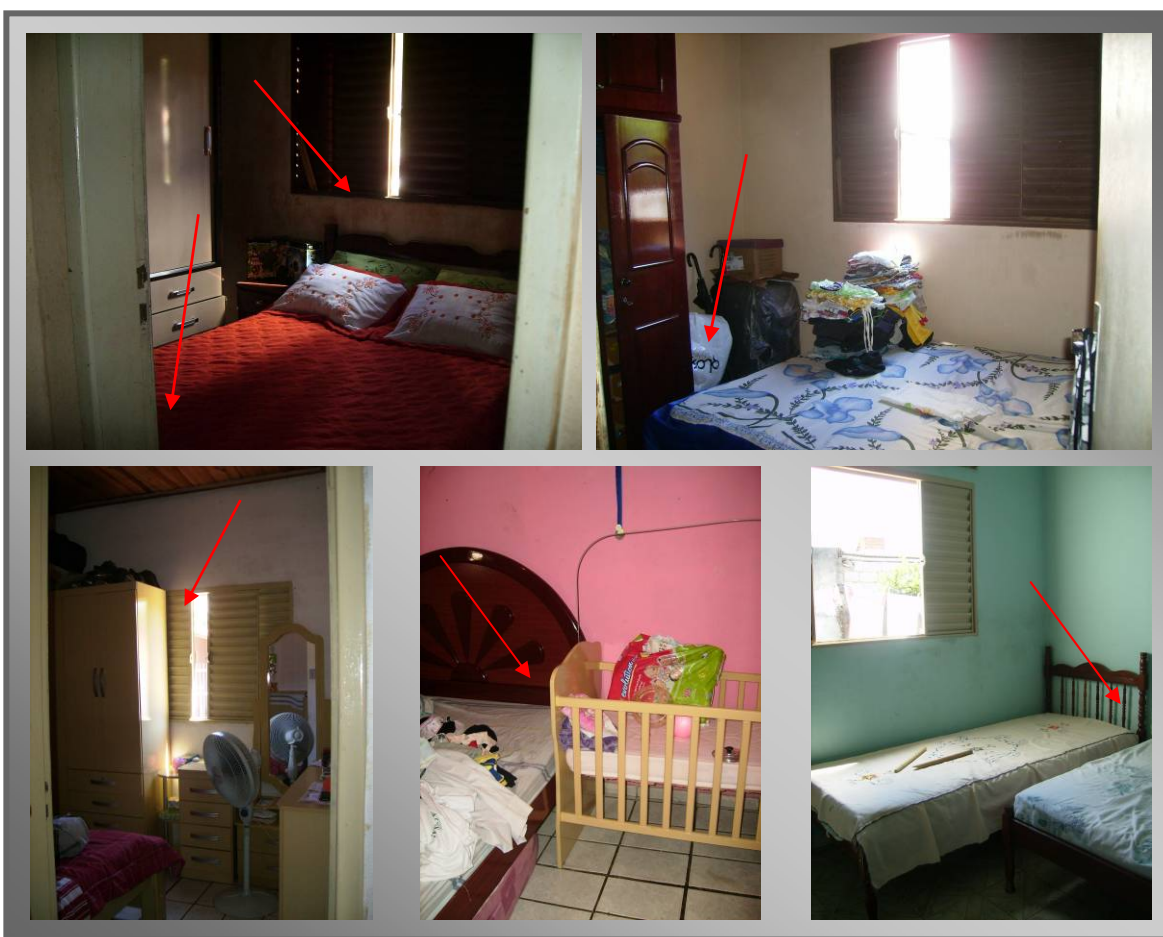


Figura 6.7: Alto grau de obstrução nos quartos originais por excesso de móveis e área reduzida desencadeando problemas quanto ao uso e à circulação
Fonte: Acervo da autora.

Dos mobiliários citados na Tabela 6.2, ainda foram identificados: rack, escrivaninhas com computador, poltrona, sapateira, penteadeira, espelho, cama extra para visitas, bem como mesas com cadeiras, armários de cozinha, microondas e fogão

velho, denotando os mobiliários que compõem o cotidiano das famílias e que são desconsiderados normalmente no projeto arquitetônico, bem como o subdimensionamento da unidade habitacional que não comporta o mobiliário de acordo com a funcionalidade de cada ambiente.

Em situações em que as casas tiveram a circulação do quarto avaliada como boa, foi devido ao fato deste ambiente possuir poucos mobiliários. Já a maioria dos novos cômodos construídos para atender especificamente como dormitório, foi observado que possuem dimensão consideravelmente maiores que a dos quartos originais. Além desses conflitos de ordem funcional, há muitos outros de ordem construtiva.

Em relação às alterações físicas nestes ambientes houve grande frequência de adição de piso cerâmico e de forro em madeira ou em PVC, sob a justificativa de facilitar quanto à limpeza, melhorar a estética e ambiência, como também de atenuar problemas quanto ao conforto térmico e acústico, uma vez que as unidades habitacionais foram entregues com acabamento de piso em cimento liso e telhado aparente.

Também foi identificado que a maioria das casas teve suas janelas e portas pintadas em tinta a óleo para protegê-las de corrosão pela ação de intempéries, como também que algumas paredes dos quartos receberam pintura, sob a justificativa de limpeza e manutenção, uma vez que foram recorrentes as queixas quanto à umidade ascendente do solo ou de infiltração pela laje (Figura 6.8). Em várias situações foi detectado mofo, bolor e destacamento do reboco e da pintura próximos ao piso. Outros entrevistados informaram ainda que a alta umidade nas paredes da casa prejudica a saúde de moradores que têm problemas respiratórios, bem como provoca mofo nos móveis e nas roupas dentro de armários.



Figura 6.8: Umidade proveniente do solo por deficiência quanto a impermeabilização (esquerda), e de infiltração da laje sem cobertura ou sem sistema de impermeabilização (direita)

Fonte: Acervo da autora.

Ainda quanto à pintura dos quartos detectou-se uma grande variedade de cores, sendo que em algumas casas foram identificadas paredes na cor rosa para o quarto de filhas ou netas e na cor azul para as do quarto de filhos. Tais fatos revelam prioridades dos moradores quanto a aspectos que reforçam questões de identidade pela diferenciação, como também por ambiência, pela importância dada a questões ligadas à estética.

Das oito casas onde houve acréscimo de número de dormitórios, seis foram utilizados como quartos, sendo que destes, quatro apresentam cobertura em laje. Alguns entrevistados justificaram a adoção deste sistema construtivo para aproveitar o espaço criado na cobertura utilizando-o como terraço, e também para melhor desempenho térmico dos novos ambientes. Contudo em algumas falas e expressões corporais, pôde-se entender que eles julgam que casas com cobertura em laje possuem melhor estrutura ou promovem certo “status” em relação às casas com cobertura em telhado aparente: “ah, o telhado [] eu queria que ela fosse de laje” (moradora, 53 anos); “não gosto de olhar para cima e ver um monte de telha” (moradora, 22 anos).

Portanto, os cômodos que atendem a função de quarto passaram por adequações de diferentes ordens de habitabilidade, motivadas por diversos fatores comportamentais e por conflitos arquitetônicos.

6.2.2. Sala

A unidade habitacional entregue aos moradores contém uma sala dotada de janela voltada para a rua e porta para a varanda lateral. Suas dimensões originais são de 2,20 x 2,82 m, ou seja, bastante reduzida.

Em uma casa houve a alteração física de fechamento da porta externa para a utilização do ambiente como sala de televisão e construída uma nova sala, cuja área é bem maior que a da original e o seu posicionamento em planta está no local em que originalmente funcionava como cozinha. Em outra casa, o ambiente da sala foi ampliado e é utilizado como sala/copa, uma vez que agregou em sua área o espaço do quarto 2, como já citado anteriormente (Figura 6.9).

Neste ambiente foi observando poucas alterações funcionais que demandassem reformas físicas, pois algumas mudanças foram identificadas somente quanto ao uso. Demais informações levantadas quanto ao uso, mobiliário, circulação deste ambiente estão dispostas pela Tabela 6.3.



Figura 6.9: Ampliação da sala devido a agregação do espaço do quarto 2
Fonte: Acervo da autora.



Figura 6.10: Sala da casa original utilizada diariamente como quarto
Fonte: Acervo da autora.

Tabela 6.3: Levantamento quanto ao uso, mobiliário, circulação e alterações físicas nas salas

SALA			
CATEGORIA	SUBCATEGORIA	FREQ. ABSOLUTA (N=29)	FREQ. RELATIVA (%)
ATIVIDADES	Estar/reunir/receber visitas	21	72,41
	Ver televisão	21	72,41
	Lazer	7	24,14
	Estudar	5	17,24
	Trabalhar	0	0,00
	Fazer refeição	10	34,48
	Dormir/descansar	6	20,69
	Dormir visitas	4	13,79
	Utilizada como quarto	1	3,45
	Utilizada como sala de TV	1	3,45
	Ampliada (sala/copa conjugada)	1	3,45
	Construída nova sala	1	3,45
	Pouco utilizada	2	6,90
MOBILIÁRIO	Sofá (2 lugares)	8	27,59
	Sofá (2 lugares+1 poltrona)	2	6,90
	Sofá (3 lugares)	1	3,45
	Sofá (2 e 2 lugares)	2	6,90
	Sofá (2 e 3 lugares)	14	48,28
	Estante/rack	25	86,21
	Televisão	21	72,41
	Som	9	31,03
	DVD	7	24,14
	Vídeo game	1	3,45
	Mesa/armário de cozinha	2	6,90
	CIRCULAÇÃO	Ruim (menos de 40cm)	11
Regular (50 A 6cm)		9	31,03
Boa (60 A 90cm)		6	20,69
Ótima (> 90cm)		1	3,45
ALTERAÇÕES	Piso (cerâmica)	16	55,17
	Parede (pintura)	23	79,31
	Teto (forro)	15	51,72
	Janela (pintura)	23	79,31
	Porta (pintura)	23	79,31

Em uma casa a sala é utilizada diariamente como dormitório (Figura 6.10), e em outras quatro tal local tem o uso esporádico como dormitório para visitas. Foi identificado ainda que em duas casas, não há espaço suficiente na cozinha para o posicionamento de mesas e armários, e que tais móveis são dispostos na sala, criando um alto índice de obstrução neste compartimento (Figura 6.11).



Figura 6.11: Armário de cozinha posicionado na sala
Fonte: Acervo da autora.



Figura 6.12: Sofá atrás da porta da sala obstruindo a entrada social
Fonte: Acervo da autora.

Ainda quanto ao mobiliário encontrado neste ambiente, destaca-se que 86% das casas possuem estantes ou rack para televisão, dotadas de aparelho receptor de sinal via satélite, bem como uma antena parabólica que fica posicionada no quintal da casa. Os moradores informaram que sem o mesmo, não é possível um bom funcionamento da televisão. Também foi identificado conflito, a partir da improvisação de mais tomadas através de extensões e benjamins para fazer uso de tais eletrodomésticos, bem como de DVD, aparelho de som, dentre outros. Ainda quanto à parte elétrica, observou-se que em algumas casas onde foi construída a varanda lateral, foram adicionadas lâmpadas externas, cujo acionamento é interno, juntamente com o interruptor da lâmpada da sala.

Em 48% das casas, as salas possuem jogo de sofá de 2 e 3 lugares, contudo a avaliação da circulação de cerca de 69% das casas foi classificada como ruim ou regular, principalmente devido à impossibilidade de abertura total da porta da sala por impedimento do sofá. Em algumas casas é usual que se adentre a residência pela porta da cozinha, uma vez que o sofá fica posicionado atrás da porta da sala para melhorar a circulação entre os móveis e facilitar a limpeza do ambiente (Figura 6.12). Foram identificados ainda neste ambiente: colchão no chão para ver televisão, pufe, tapete, cama utilizada como sofá, armário de cozinha, televisão e fogão velhos e sem utilização e botijão de gás utilizado como assento. Portanto, entende-se que a dimensão da sala

não é suficiente mediante ao alto grau de obstrução da circulação. Contudo, foram detectadas poucas ampliações físicas, uma vez que tais modificações foram priorizadas em outros ambientes da moradia.

Em relação às manifestações patológicas e conflitos identificados neste ambiente, alguns moradores declararam necessidade de pintura da porta externa, como também de sua substituição devido ao alto grau de corrosão pela ação de intempéries (Figura 6.13). Em uma casa foi identificado que a nova porta possui uma parte em vidro para melhorar a iluminação natural do cômodo. Como o beiral do telhado é pequeno, sua dimensão não é suficiente para proteger a porta e as paredes externas da ação da água da chuva.

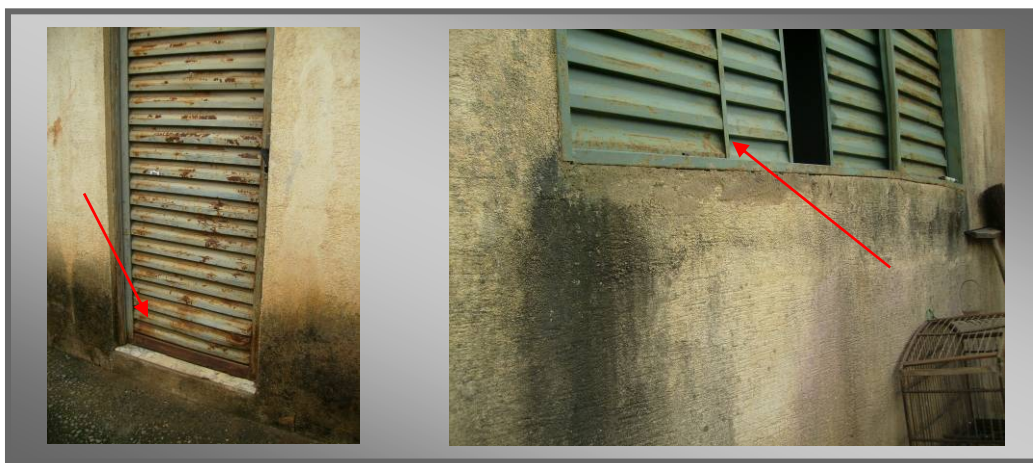


Figura 6.13: Corrosão e danos em portas e janelas devido a falta de proteção contra a ação de intempéries e por falta de manutenção preventiva como pintura à óleo
Fonte: Acervo da autora.

Outro fato, é que a porta foi assentada de forma que ficasse um espaço entre esta e o piso, e por falta de uma proteção de borracha, a água de chuva entra neste ambiente. Para solucionar tal problema, vários moradores colocaram uma proteção de borracha na parte inferior da porta ou improvisam deixando constantemente um pano atrás da mesma para impedir a entrada de água e animais pequenos, como sapos e grilos. Foram identificados ainda: umidade ao longo do encontro da parede com o piso e na parte inferior da janela, bem como na parede comum ao banheiro (Figura 6.14). Dessa forma, muitas adequações decorrem de problemas construtivos elementares, provenientes da má qualidade de execução da obra e dos materiais de construção utilizados.

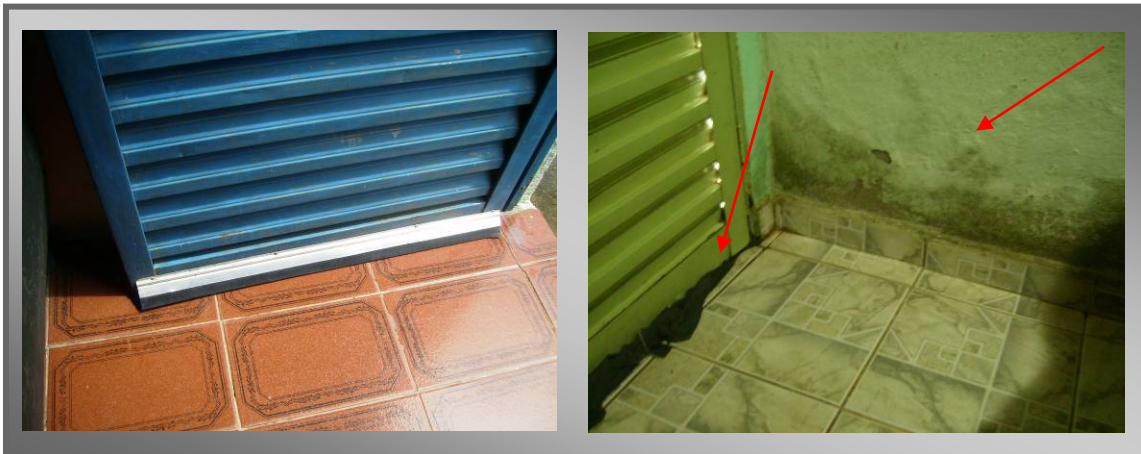


Figura 6.14: Adaptação de uma proteção de borracha na parte inferior da porta (esquerda) e proteção improvisada com um pano (direita)
Fonte: Acervo da autora.

Já quanto aos aspectos simbólicos que envolvem o ambiente da sala, verificou-se que em algumas casas as paredes foram pintadas em tonalidade mais forte, na cor de móveis e objetos, indicando uma busca por personalização desse ambiente e da moradia como um todo, já que a sala é o ambiente mais formal da casa para ser exposto aos visitantes. Houve o acréscimo de piso e forro, justificados principalmente para evitar sujeira e goteira em casos de ventos e chuvas, como também pela questão da ambiência deste espaço que é destinado ao uso mais formal de toda a casa. Neste cômodo da casa foi comum o encontro de objetos de estima que expressam valores da família, como fotografias de casamento, de filhos e netos, quadros, imagens de cunho cultural e religioso, crucifixo, troféus, medalhas, diplomas, flores, bibelôs, dentre outros que compõem a ambiência e revelam valores culturais e identitários (Figura 6.15).

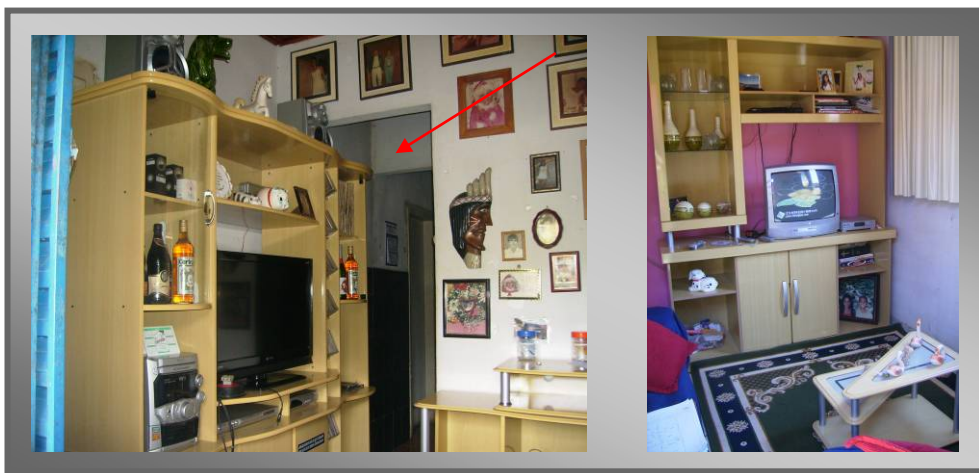


Figura 6.15: Adaptações físicas, usos e ambiência que revelam aspectos simbólicos de valores culturais e estéticos
Fonte: Acervo da autora.

Outra observação quanto ao uso deste ambiente é que na maior parte das casas mantém-se a janela fechada sob a justificativa de preservar a liberdade enquanto veem televisão ou ficam deitados no sofá. Como consequência a iluminação do ambiente fica insuficiente, o que ocasiona a utilização de luz artificial mesmo durante o dia ou a manutenção da porta externa lateral constantemente aberta. Em poucas casas foi identificado o uso de cortinas com a finalidade de melhorar aspectos quanto à privacidade e ambiência. Neste sentido, fica evidente que no ambiente da sala também foram inseridas algumas adequações de uso de forma a adaptá-la quanto aos aspectos de ambiência e privacidade.

6.2.3. Banheiro

A unidade habitacional entregue aos moradores contém um banheiro cujas dimensões originais são de 1,20 x 1,87 m. A porta é voltada para a circulação da unidade habitacional e o basculante para a lateral. Nas casas em que houve a construção de varanda coberta houve prejuízo da iluminação natural deste ambiente.

Em casas em que não houve a construção de um novo banheiro, o original é utilizado por toda a família. Não foi identificada nenhuma casa que tenha aumentado a área do banheiro original como também moradores que sejam cadeirantes ou que tenham dificuldades de locomoção. A circulação neste ambiente foi avaliada como regular ou boa. A avaliação como regular deve-se ao fato de 24,14% das casas terem adicionado box, o que reduziu sua área livre. Tal fato revela que o banheiro original entregue aos moradores não atende às suas necessidades, pois ao inserirem elementos que auxiliam sua utilização, ocorre prejuízo quanto à funcionalidade (Figura 6.16).

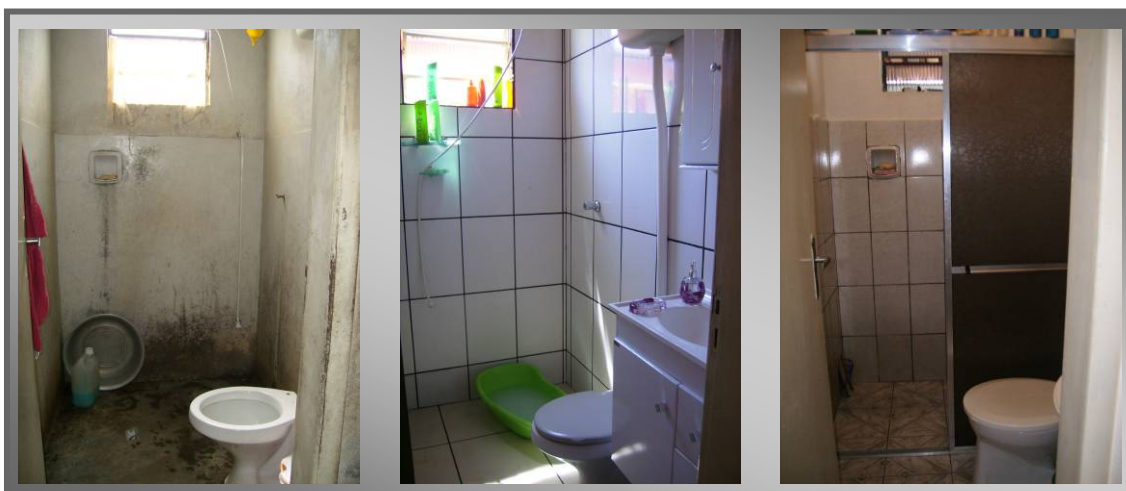


Figura 6.16: Diferenças entre um banheiro que não sofreu nenhum tipo de melhoria ou manutenção (esquerda) com a inserção de revestimento cerâmico e armário (centro), como também de box (direito)
Fonte: Acervo da autora.

Foram identificados ainda que 79,31% das casas alteraram o piso acrescentando revestimento cerâmico e 68,97% colocaram este mesmo material à altura de 1,50m ou em toda a parede. Em 58,62% dos casos acrescentou-se forro em madeira ou PVC, sendo que em uma casa foi utilizado forro em saco plástico. A maior justificativa para adição de forro neste ambiente é quanto ao conforto térmico para sua utilização durante banhos na estação do inverno ou em dias frios. Os percentuais das adequações físicas são significativos, o que denota que antes apresentavam deficiência quanto à necessidade pragmática, simbólica e funcional.

Alguns moradores declararam terem realizado a troca de metais (17,24%), de chuveiros (65,52%), louças sanitárias (37,93%), caixa de descarga (31,03%), por apresentarem defeitos, baixo desempenho ou funcionamento insatisfatório, o que denota má qualidade dos materiais e elementos empregados. Também foram identificados a alteração do sistema de descarga para o acionamento por válvula (3,45%) e acréscimo de ducha higiênica (3,45%). Em outras 48,28% foram acrescentadas armários embaixo da pia do banheiro ou acima delas na forma de armário com espelho. Os dados descritos constam também na Tabela 6.4.

Tabela 6.4: Levantamento quanto à circulação e alterações físicas nos banheiros

BANHEIRO			
CATEGORIA	SUBCATEGORIA	FREQ. ABSOLUTA (N=29)	FREQ. RELATIVA (%)
CIRCULAÇÃO	Ruim (menos de 40cm)	0	0,00
	Regular (50 A 60cm)	7	24,14
	Boa (60 A 90cm)	22	75,86
	Ótima (> 90cm)	0	0,00
ALTERAÇÕES	Piso (cerâmica)	23	79,31
	Parede (cerâmica)	20	68,97
	Teto (forro)	17	58,62
	Troca de metais	5	17,24
	Troca de chuveiro	19	65,52
	Troca da pia	9	31,03
	Troca do vaso	2	6,90
	Troca da caixa de descarga	9	31,03
	Alteração do sist. de descarga (válvula)	1	3,45
	Acréscimo de ducha higiênica	1	3,45
	Acréscimo de armário	14	48,28
	Acréscimo de box/cortina	7	24,14

Alguns banheiros que não receberam revestimento cerâmico nas paredes receberam pintura a óleo, muitas vezes executadas pelo próprio morador. Já em outros banheiros que não passaram por nenhum tipo de manutenção, as paredes se encontram com muita umidade e, em alguns casos, até com a formação de lodo. Nestes casos, os moradores declararam não ter condições financeiras para realizar reforma.

Foi identificado ainda, que em alguns banheiros os usuários acrescentaram a tampa no vaso sanitário pela justificativa de asseio e higiene, como também que o utilizam para a disposição de banheiras de bebê, cesto de roupa suja e bacias. Alguns moradores reclamaram quanto à inexistência de tomadas neste ambiente, o que impossibilita a utilização de aparelhos alimentados por energia elétrica como secadores ou chapinhas de cabelo e barbeadores.

6.2.4. Cozinha

A cozinha da unidade habitacional entregue aos moradores possui dimensões originais de 2,20 x 2,82 m. Em uma casa foi constatado ampliação deste ambiente, já outras construíram uma nova cozinha e utilizaram a original para outras funções como copa ou quarto. Par transformá-la em quarto, em duas casas foram retiradas a pia e vedados os pontos hidráulicos, e também construída uma parede e porta para fechamento do ambiente, o que ocasionou a formação de um corredor para acesso a nova cozinha construída no local em que funcionava a área de serviço (Figura 6.17). Em uma casa foi identificada a ampliação da cozinha através da construção de outro cômodo e a sua utilização como copa e cozinha. (Figura 6.18).



Figura 6.17: Retirada da pia e tampado pontos de água para utilização do ambiente como quarto
Fonte: Acervo da autora.



Figura 6.18: Espaço da nova cozinha agregado ao da original de forma a ampliar o ambiente
Fonte: Acervo da autora.

Pelas observações e entrevistas foi constatado que 72,45% das casas utilizam a cozinha original para preparo das refeições e que 62,07% fazem refeição neste ambiente. Tal fato foi justificado devido à sua pequena dimensão e à impossibilidade de disposição funcional de mesas e cadeiras para todos moradores da casa (Figura 6.19). Para tanto vários declararam que fazem refeições em mesas ou sofás nas salas,

assistindo televisão, ou na área de serviço construída para abrigar também uma mesa e cadeiras.



Figura 6.19: Pequena dimensão do espaço da cozinha e dificuldade para disposição do mobiliário
Fonte: Acervo da autora.

Os mobiliários de maior recorrência constam na Tabela 6.5, contudo foram identificados ainda neste ambiente: adição de armário embaixo da pia, inclusão de bancada e mesa ao lado desta de forma a dar apoio às atividades, fruteira disposta embaixo da mesa, cristaleira de família, quadros, relógios e até mesmo gaiola, poltrona e máquina de lavar. Foi observado que em algumas casas, a geladeira ou o armário da cozinha são posicionados em outros ambientes, como na circulação para os quartos, na área de serviço ou na copa devido à absoluta falta de espaço na cozinha. Este último caso ocorreu em casas que construíram uma nova cozinha e utilizam a antiga como copa.

Quanto à circulação, sua avaliação foi condicionada ao número de móveis dispostos neste ambiente. O que ocorreu é que na maioria das casas não houve o posicionamento de todos os móveis da cozinha neste ambiente. Contudo, diante da fala de uma moradora pode-se confirmar a inadequação deste ambiente: “Da casa o que eu acho menor de tudo é a cozinha.” (Eva, 49 anos). Somente 24,14% das casas mantêm o botijão de gás interno à cozinha, pois a maioria fez adaptações de forma que o mesmo fosse posicionado na área externa para melhorar a circulação, como também por segurança em caso de vazamento de gás.

Quanto às portas e janelas deste ambiente, ambas são voltadas para a área de serviço, cuja cobertura protege contra a ação de intempéries. Mesmo assim, foram identificadas algumas casas que tiveram que substituir a porta devido ao fato de se apresentar danificada ou com alto grau de corrosão.

Tabela 6.5: Levantamento quanto ao uso, mobiliário, circulação e alterações físicas nas cozinhas

COZINHA			
CATEGORIA	SUBCATEGORIA	FREQ. ABSOLUTA (N=29)	FREQ. RELATIVA (%)
ATIVIDADES	Preparo das refeições	21	72,45
	Fazer refeições	18	62,07
	Receber visitas	19	65,52
	Estudar	1	3,45
	Trabalhar	0	0,00
	Utilizada como copa	3	10,35
	Utilizada como quarto	2	6,90
	Ampliada e transformada em sala	1	3,45
MOBILIÁRIO	Pia	29	100,00
	Fogão	29	100,00
	Geladeira	21	72,41
	Armário	23	79,31
	Armário aéreo	2	6,90
	Mesa	22	75,86
	Rádio	5	17,24
	Botijão	7	24,14
CIRCULAÇÃO	Ruim (menos de 40cm)	6	20,69
	Regular (50 A 6cm)	8	27,59
	Boa (60 A 90cm)	9	31,03
	Ótima (> 90cm)	6	20,69
ALTERAÇÕES	Piso (cerâmica)	18	62,07
	Parede (pintura à óleo 1/2 parede)	9	31,03
	Parede (cerâmica 1/2 parede)	11	37,93
	Parede (cerâmica em cima da pia)	5	17,24
	Teto (forro)	9	31,03

Em relação a alterações físicas, foi constatada praticamente a mesma frequência de acréscimo de revestimento cerâmico em piso em relação aos outros cômodos, principalmente devido à necessidade e facilidade de limpeza que uma cozinha requer como também, que tal revestimento possibilita. Ainda quanto ao revestimento cerâmico, foi identificada sua inclusão à altura de meia parede, bem como em cima da pia, por se tratar de uma área molhada (Figura 6.20).

Nas cozinhas em que não houve adaptações como esta última, identificou-se a formação de mofo e lodo em cima da pia, o que compromete a higiene na preparação de alimentos e na lavagem de vasilhame. Foi observado ainda que alguns moradores fizeram manutenção na cozinha com a utilização de pintura a óleo, normalmente à altura de meia parede, bem como em cima da pia. Quanto às cores utilizadas, prevalecem cores escuras como tons em cinza, verde e marrom. Também foram identificadas casas que pintaram uma parede em cor diferente de modo a combinar com as cores de armários e demais objetos, revelando a preocupação quanto à ambiência no espaço da cozinha (Figura 6.21).



Figura 6.20: Adição de revestimento cerâmico à meia parede da cozinha e troca da pia, torneira e acréscimo de armário
Figura: Acervo da autora.



Figura 6.21: Limitação de mobiliário e preocupação com questões de ambiência no espaço da cozinha
Figura: Acervo da autora.

Somente 31,03% das casas adicionaram forro na cozinha, o que representa uma alteração bem menor em relação aos outros cômodos da casa. Este dado revela que o morador prioriza o conforto e a estética, proporcionado por tal acabamento, em outros ambientes da casa, considerados mais nobres.

6.2.5. Área de serviço

A área de serviço da unidade habitacional que foi entregue aos moradores é um ambiente externo à casa com cobertura em telha cerâmica de dimensões de 1,20 x 3,10 m e piso em cimento grosso. Em tal local foi disposto o tanque de lavar de um bojo e um ponto de energia (Figura 6.22).



Figura 6.22: Área de serviço original
Fonte: Acervo da autora.



Figura 6.23: Ampliação da cobertura da área de serviço
Fonte: Acervo da autora.

Em 58,61% das casas visitadas foi identificado o aumento da área útil deste ambiente, sendo que 17,24% construíram uma nova área de serviço, 41,37%

aumentaram a cobertura original (Figura 6.23) e outros 17,24% fecharam uma ou duas paredes laterais. Muitos entrevistados informaram que tais alterações físicas foram necessárias, pois ao realizarem tarefas domésticas em dias de chuva ou em de sol forte, era comum o desconforto ao serem atingidos diretamente pelos mesmos. Também em épocas de chuva tinham dificuldades quanto à secagem de roupas.

Ainda em relação às alterações físicas, 24,14% das áreas de serviço apresentam revestimento cerâmico no piso, e 13,79% colocaram do mesmo material sobre o tanque para evitar manifestações patológicas por se tratar de área molhada. Tais dados estão dispostos na Tabela 6.6.

Tabela 6.6: Levantamento quanto ao uso, mobiliário, circulação e alterações físicas nas áreas de serviço.

ÁREA DE SERVIÇO			
CATEGORIA	SUBCATEGORIA	FREQ. ABSOLUTA (N=29)	FREQ. RELATIVA (%)
ATIVIDADES	Lavar roupas	29	100,00
	Passar roupas	3	10,34
	Lavar vasilhas	6	20,69
	Armazenar utensílios	3	10,34
	Secar roupa	17	58,62
	Trabalhar	0	0,00
MOBILIÁRIO/ INSTALAÇÕES	Tanque (1 bojo)	18	62,07
	Tanque (2 bojos - alterado)	11	37,93
	Tanquinho	16	55,17
	Máquina de lavar	4	13,79
	Mesa	2	6,90
ALTERAÇÕES	Piso (cerâmica)	7	24,14
	Parede (fechamento lateral)	5	17,24
	Parede (cerâmica em cima do tanque)	4	13,79
	Cobertura (ampliação)	12	41,37

Não foram identificados problemas quanto à circulação devido às instalações e eletrodomésticos necessários a este ambiente estarem posicionados nas paredes, o que permite transitar livremente pelo local. Em 37,93% das casas foram alterados o tanque de um bojo para o de dois, o que acarretou em aumento de mais um ponto hidráulico, e foi identificado ainda que 55,17% das casas fazem uso de tanquinho elétrico. Em uma casa verificou-se que tal eletrodoméstico é colocado em cima de tijolos de forma a evitar o contato direto com água de chuva.

Também foram identificados os seguintes conflitos quanto ao uso: a geladeira da casa é disposta na área de serviço que fica externa à casa (Figura 6.24) e a máquina de lavar fica em uma cozinha construída posteriormente, juntamente com o fogão (Figura 6.25).



Figura 6.24: Geladeira disposta na área de serviço
Fonte: Acervo da autora.



Figura 6.25: Máquina de lavar posicionada na cozinha e próximo ao fogão
Fonte: Acervo da autora.

6.2.6. Área externa

Cada unidade habitacional foi implantada em um terreno que possui dimensão média de 9,62m frontal e 13m lateral, totalizando 125,06m² de área do lote. Terrenos localizados nas extremidades das quadras normalmente possuem dimensões superiores à citada. Como a casa original possui cerca de 41m² de área total, pode-se afirmar que a área externa não edificada possui mais de 80m² o que possibilitou que o morador se apropriasse deste espaço de forma a atender às suas necessidades e anseios particulares (Figura 6.26). Algumas alterações físicas identificadas como qualificadoras do espaço estão dispostas na Tabela 6.7.



Figura 6.26: Apropriação da área externa com a construção de depósitos, calçamento do piso e cultivo de horta e pomar
Fonte: Acervo da autora.

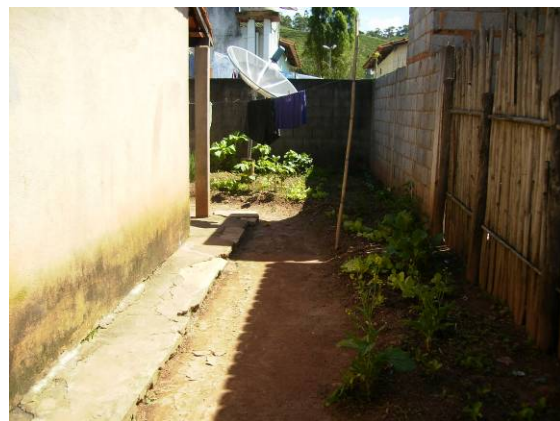


Figura 6.27: Edificação de muros e cercas de forma a delimitar terrenos vizinhos
Fonte: Acervo da autora.

O piso da área externa original é de terra batida, contudo devido à água da chuva e conseqüente formação de barro, vários moradores inseriram piso na área total ou

parcial deste espaço, cujos materiais identificados foram: ardósia, cerâmica, cimento grosso.

Tabela 6.7: Levantamento das alterações físicas na área externa da unidade habitacional

ÁREA EXTERNA			
CATEGORIA	SUBCATEGORIA	FREQ. ABSOLUTA (N=29)	FREQ. RELATIVA (%)
ALTERAÇÕES	PISO (ardósia/cerâmica)	4	13,79
	PISO (cimento grosso)	17	58,62
	MURO (bloco sem reboco)	18	62,07
	MURO (reboco/chapisco/pintado)	11	37,93
	PORTÃO (grade em madeira)	7	24,14
	PORTÃO (grade metálica)	11	37,93
	PORTÃO (metálico)	11	37,93
	COBERTURA (telha cerâmica)	10	34,48
	COBERTURA (telha de fibrocimento)	5	17,24
	PONTOS DE ENERGIA	5	17,24
	PONTOS DE LUZ	17	58,62
	PONTOS DE ÁGUA	14	48,28
	LOCALIZAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA	15	51,72

Durante entrevistas, moradores revelaram que o muro que divide os fundos dos lotes foi inserido durante a construção do conjunto habitacional a pedido dos moradores, uma vez que não constava no projeto original. Contudo foi acordado que cada proprietário deveria construir a metade dos muros laterais. Tal fato foi identificado devido à constatação de que vários muros laterais apresentam-se construtivamente diferentes, seja pelo assentamento dos blocos, pelo acabamento ou mesmo pelo material. Uma situação encontrada foi um muro metade em bloco e a outra metade em bambu. (Figura 6.27).

Somente em quatro casas não foram identificados muro em uma das laterais, por se tratarem de casas vizinhas pertencentes a parentes (mãe e filha). Tanto a exigência deste elemento pelos moradores, quanto a não existência do mesmo entre moradias da mesma família revelam que o comportamento humano em busca de marcar territórios para determinar limites espaciais é muito mais forte entre pessoas desconhecidas e sem vínculos afetivos.

Também em busca de segurança e territorialidade, todas as casas colocaram portão lateral. O material destes portões é variado, sendo que alguns utilizam grades que permitem contato visual com a parte do quintal e outros bloqueiam a visão para aumentarem a privacidade.

Também foi alta a frequência de ampliação de coberturas laterais na área externa o que possibilitou o acréscimo da área útil. Também para melhorar aspectos quanto ao uso deste espaço, moradores inseriram pontos de energia (17,24%), luz (58,62%) e pontos de água (48,28%) que facilitam a utilização e manutenção da área externa.

Contudo, um fato que chamou muita a atenção foi que 51,72% das casas alteraram a localização da caixa d'água para a área externa (Figura 6.28). Ao serem questionados quanto ao motivo, muitos declararam que como a mesma ficava disposta somente sobre duas ripas de madeira havia o sentimento de insegurança que as mesmas não suportassem o peso e viessem a romper (Figura 6.29). Também apontaram que temiam que a bóia do reservatório pudesse falhar ocasionando transbordamento dentro de casa. Outra justificativa foi quanto ao ruído interno de entrada de água, que causava desconforto além da questão de ambiência, pois por ausência de forro a caixa d'água ficava aparente. Além disso, a maioria dos moradores queixou-se quanto à dificuldade de manutenção e limpeza da caixa, pois somente seria possível se retirassem as telhas cerâmicas devido à falta de distância entre a tampa da caixa e o telhado. Uma moradora que não teve condições financeiras para fazer tal alteração desabafou dizendo que: “Isso é que me faz um horror... tem mais de dez anos que num limpa essa caixa!” (Jovita, 89 anos).



Figura 6.28: Alteração da localização da caixa d'água para área externa à residência
Fonte: Acervo da autora.



Figura 6.29: Posicionamento da caixa d'água sob o telhado
Fonte: Acervo da autora.

Pelas leituras espaciais foi identificada a existência de alguns fatores que revelam hábitos e questões culturais dos moradores e que são apresentados pela Tabela 6.8.

Tabela 6.8: Levantamento de aspectos que revelam o uso da área externa

FORAM IDENTIFICADOS NA ÁREA EXTERNA DAS CASAS		
CATEGORIA	FREQ. ABSOLUTA (N=29)	FREQ. RELATIVA (%)
VEÍCULOS	18	62,07
ANIMAIS	13	44,83
HORTA/POMAR	22	75,86
JARDIM	9	31,03
FOGÃO À LENHA	9	31,03
TERRAÇO	5	17,24

Em 62,07% das casas foi constatada a existência de veículos, sendo 6,89% automóvel, 6,89% motocicleta e 48,27% bicicletas, revelando que este último é o principal meio de transporte dos moradores. Como é baixa a frequência de automóveis, entende-se que a construção da varanda lateral não teve como principal objetivo funcionar como garagem. Em relação à criação animal, em 44,83% das casas foi observada a existência de animais domésticos como cães, gatos e pássaros, além de criação de galinhas e codornas para alimentação da família. Notou-se também a formação de hortas e pomares em 75,86% das casas, sendo comum o cultivo de várias espécies de verduras, legumes, plantas medicinais e frutas destinadas a alimentação familiar. Muitos declararam ser comum tal hábito, pois representa uma economia para família, além de uma necessidade devido à inexistência de mercado próximo que ofereça tais tipos de produtos.

Outro fator que revela questões simbólicas e culturais de famílias de cidades interioranas ou de origem rural foi à existência de fogão à lenha em 31,03% das casas. Muitos moradores declararam que têm o hábito de cozinhar alimentos como feijão, carne e doce no fogão à lenha, pois além de preferência quanto ao sabor podem fazer economia nas despesas com gás combustível. Em algumas situações o fogão à lenha foi encontrado em locais cobertos também utilizados como depósitos (Figura 6.30).

Uma última observação foi que em 17,24% das casas foi detectada a construção de uma escada externa para dar acesso à laje das partes ampliadas das unidades habitacionais (Figura 6.31). Os moradores a designam como terraço, seja coberto ou não, e informam que utilizam tal área para disposição da caixa d'água, para secagem de roupas e depósitos de utensílios gerais.



Figura 6.30: Construção de fogões à lenha, como também de um local coberto para sua disposição
Fonte: Acervo da autora.



Figura 6.31: Construção de escadas externas para dar acesso à cobertura de ambientes acrescidos
Fonte: Acervo da autora.

6.2.7. Fachada

Pelas leituras espaciais afirma-se que a fachada da unidade habitacional também foi um elemento amplamente apropriado pelo morador, que pôde inserir elementos arquitetônicos que revelam comportamentos humanos em busca de privacidade, territorialidade, ambiência e principalmente identidade. A ênfase para este último comportamento é devido ao fato de que as casas originais eram todas iguais, contudo atualmente encontra-se uma diversidade de fachadas que expressam condições financeiras, valores culturais e comportamentos de cada família, bem como o que estas querem transmitir através das alterações físicas e das marcas pessoais por elas inseridas.

A Figura 6.32, foi montada pela pesquisadora de forma a comparar uma casa que não sofreu alterações, devido à insuficiência financeira do proprietário, e outras que passaram por diversas alterações que descaracterizaram o padrão original.



Figura 6.32: Descaracterização da fachada original que subjetivamente expressam necessidade de diferenciação e identidade
Fonte: Acervo da autora.

Os dados referentes à leitura espacial das fachadas e a frequência das alterações físicas e de elementos inseridos na mesma estão dispostos pela Tabela 6.9.

Tabela 6.9: Levantamento de alterações e elementos inseridos na fachada

FACHADA			
CATEGORIA	SUBCATEGORIA	FREQ. ABSOLUTA (N=29)	FREQ. RELATIVA (%)
ALTERAÇÕES	MURO/GRADE (frontal)	5	17,24
	MURO/CERCA (lateral)	13	44,83
	GRADE/VARANDA (frontal)	6	20,69
	COBERTURA (varanda frontal)	2	6,90
	VARANDA/GARAGEM	11	37,93
	GRADE (janelas)	1	3,45
	ALTERAÇÃO DE COR (janelas)	25	86,21
	ALTERAÇÃO DE COR (paredes)	22	75,86
	CHAPISCO (1/2 parede)	4	13,79

O acréscimo de muro e grades frontais teve como finalidade garantir segurança, diferenciar e limitar o que é público do que é privado e, portanto, tais elementos arquitetônicos revelam o comportamento humano em busca de territorialidade. Como já ressaltado, várias casas permanecem por quase todo o tempo com as janelas fechadas, parcial ou totalmente. Alguns moradores justificaram a inserção de muros, grades e portões frontais como uma alternativa para terem liberdade de deixar as janelas e portas abertas de forma a evitar que transeuntes tenham contato direto, mesmo que seja visual, com o interior da casa. Com isso criaram varandas frontais e até inseriram cobertura nas mesmas para proteção das janelas contra as intempéries. Tal fato evidencia a importância de aspectos ligados à intimidade domiciliar e revela a necessidade do homem por busca de privacidade e ambiência.

A busca por ambiência também é compreendida a partir de alterações, manutenções e limpezas que aconteceram através de inserção de revestimento cerâmico, pinturas nas paredes, portas e janelas e adição de chapisco na base das paredes, evidenciando também a preocupação quanto ao desempenho construtivo e vida útil das fachadas. Outro comportamento está relacionado à diversidade de cores e materiais inseridos em relação à fachada original, que diretamente ou até subjetivamente revelam preferências, hábitos e aspectos ligados à identidade que os moradores possam expressar.

6.2.8. Levantamento de acréscimo e ampliação das casas

Este subitem tem por objetivo quantificar o número de ambientes e suas respectivas áreas úteis, identificadas como acrescidas às casas originais do conjunto

habitacional Boa Sorte. Pelo Gráfico 6.3 é possível visualizar que 58,2% das casas tiveram a área de serviço alterada ou ampliada fisicamente, sendo este o ambiente que mais sofreu modificações (Figura 6.33).

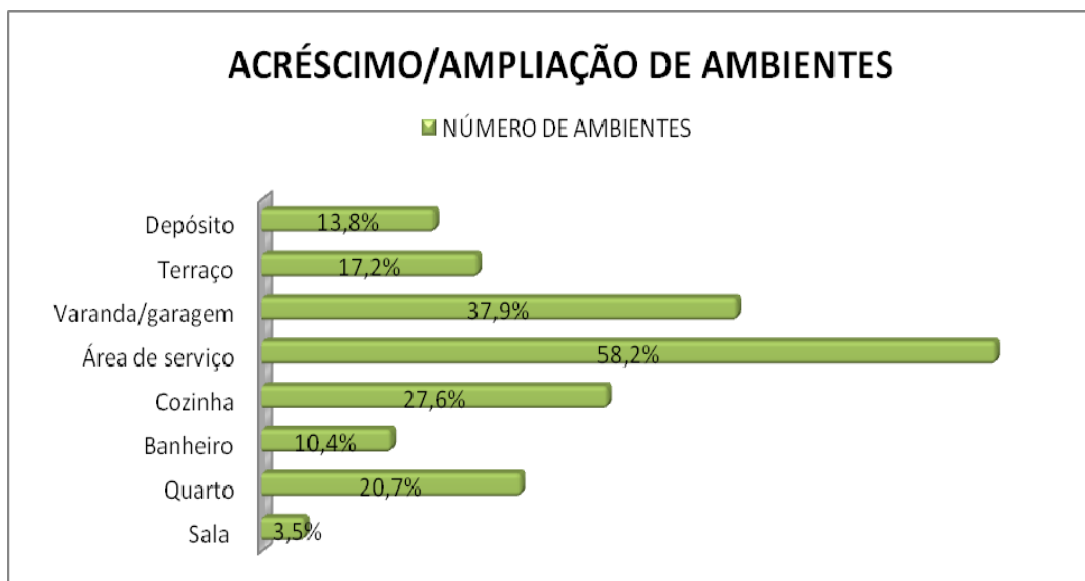


Gráfico 6.3: Resultado do levantamento de acréscimo/ampliação de ambientes das casas

Tal fato pode ser explicado pela facilidade de ampliação da mesma, obtida simplesmente pelo aumento da cobertura feita em telha cerâmica ou em fibrocimento. Outro fator que impulsionou alterações físicas deste ambiente foi que para ocorrer algumas ampliações físicas do corpo da casa, foi necessário o reposicionamento da área de serviço.

Outro ambiente acrescido em 37,9% das casas foi a varanda lateral coberta, que desempenha funções tanto de garagem quanto de depósito de objetos em geral (Figura 6.34). A alta ocorrência deste ambiente se deu pela simples ampliação de uma água da cobertura do telhado do corpo da casa.



Figura 6.33: Área de serviço ampliada/alterada
Fonte: Acervo da autora.



Figura 6.34: Cobertura da garagem/varanda lateral
Fonte: Acervo da autora.

Também foi identificado que em 27,6% das casas construiu-se uma nova cozinha (Figura 6.35), e em 20,7% edificou-se um novo quarto (Figura 6.36). Para tanto, foi necessária a alteração da posição da janela do quarto 2, que inicialmente era voltada para os fundos da casa e agora encontra-se na lateral (Figura 6.37).



Figura 6.35: Cozinha acrescentadas à casa 1 (esquerda) e à casa 31 (direita)
Fonte: Acervo da autora.



Figura 6.36: Quarto acrescentado à casa 32
Fonte: Acervo da autora.



Figura 6.37: Alteração da posição da janela do quarto 2 para acréscimo de cozinha (casa 30)
Fonte: Acervo da autora.

Em alguns casos, para cobertura destes ambientes os moradores optaram por laje, e em decorrência deste novo espaço criado, impulsionaram também a construção de escadas que dão acessos à cobertura para possibilitar a sua utilização como terraço, sendo que este ambiente foi encontrado em 17,2% das casas (Figura 6.38). Alguns moradores inseriram cobertura neste espaço, também devido a infiltrações recorrentes na laje.



Figura 6.38: Cobertura em laje e a sua utilização como terraço
 Fonte: Acervo da autora.

Também em 13,8% das casas foram acrescentados cômodos de forma improvisada, em bloco de cimento aparente e telha de fibrocimento, cuja utilização foi identificada como depósito de objetos em geral e em alguns casos como cobertura da área de fogões à lenha. Normalmente estes depósitos localizam-se nos fundos dos lotes e foram construídos de forma a aproveitar partes do muro como paredes laterais.

Em 10,4% das casas foi identificada a construção de um segundo banheiro, sendo que estes acompanharam a construção de um novo quarto, compondo suíte utilizada pelo casal. Somente em 3,5% das casas foi observada a construção de uma nova sala. Tal fato ocorreu devido à sala original ter sido transformada em sala/quarto de TV e a porta de entrada social ter sido reposicionada neste novo ambiente. Nesta mesma casa foram encontradas diversas outras ampliações (Figura 6.39).

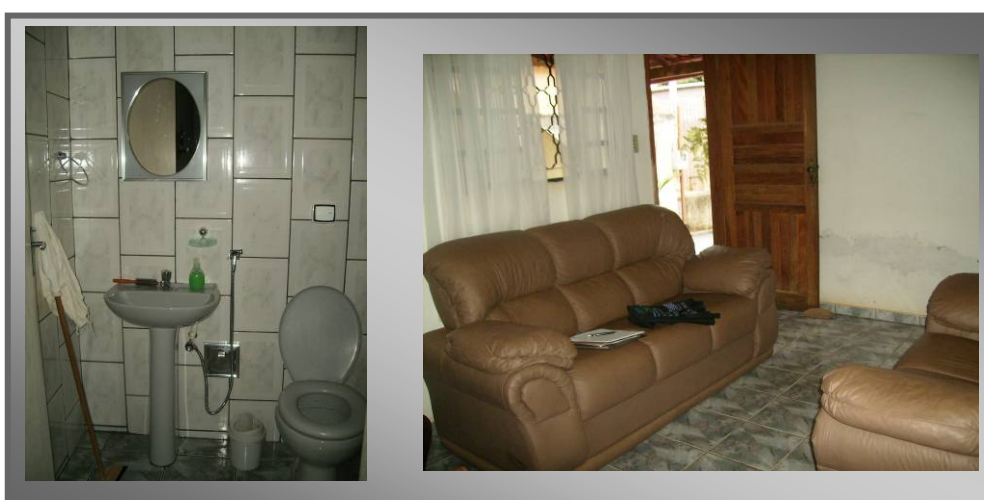


Figura 6.39: Banheiro e sala acrescentados a casa 32
 Fonte: Acervo da autora.

Das vinte e nove unidades habitacionais visitadas, vinte e duas sofreram algum tipo de intervenção física. A Tabela 6.10 lista as casas, codificadas pela autora, que passaram por acréscimos e ampliações de ambientes, bem como a área destes ambientes e a área total da ampliação. Tal tabela apresenta ainda as modificações físicas relacionadas à renda familiar e ao número de moradores.

A partir dos resultados pode-se afirmar que 75,86% das casas passaram por ampliações físicas, e destas, 50% tiveram mais de 20m² de área útil ampliada. Vale ressaltar que a unidade habitacional original tem 41,48m² de área total, o que revela que 17,24% das unidades habitacionais mais que duplicaram este valor a partir das ampliações. Ainda pelos resultados pode-se constatar que a maior parte das ampliações da casa original foram realizadas por famílias não numerosas e com renda mensal de 1 a 3 salários mínimos, revelando que o aumento da área útil da casa não está diretamente ligado ao número de moradores e nem à renda familiar, como eram pressupostos. Partes das ampliações estão ligadas ao aumento da área útil para dar melhor funcionalidade à casa e conforto à família quanto ao uso e disposição de móveis.

Outro fato não esperado e então levantado nesta pesquisa foi que em 13,8% das casas houve a construção de uma segunda moradia na área externa ou quintal da casa original, denominado como barracão pelos entrevistados (Figura 6.40). Em todos os casos a justificativa para ampliação do número de moradias foi que como filhos casados não tinham a casa própria aproveitaram o terreno para levantar a sua própria residência.



Figura 6.40: Casa construída nos fundos do quintal da casa original e no limite do terreno. Casa 35 (esquerda) e casa e 37 (direita)
Fonte: Acervo da autora

Tabela 6.10: Relação: ampliações físicas das casas x características socioeconômicas

CASAS MODIFICADAS/AMPLIADAS				CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS	
CÓDIGO DA CASA	ACRÉSCIMO/AMPLIAÇÃO DE AMBIENTES	ÁREA/ AMBIENTE (m ²)	ÁREA TOTAL ACRESCIDA/ CASA (m ²)	RENDA FAMILIAR (salários mínimos)	MORADORES/ RESIDÊNCIA
1	Quarto Banheiro Cozinha Área de serviço Varanda/garagem Terraço	8,5 3 16 6 8,5 8,5	50,5	2 a 3	4
2	Área de serviço	6	6	até 1	5
7	Varanda/garagem	15	15	1 a 2	3
9	Varanda/garagem Área de serviço	30 3	33	1 a 2	3
10	Área de serviço Varanda/garagem	6 15	21	até 1	4
12	Cozinha Área de serviço Terraço	17 11 descoberto	28	3 a 5	3
13	Quarto Cozinha Área de serviço Varanda/garagem Terraço	9 8 6 20 17	60	até 1	1
16	Depósito	5	5	1 a 2	3
19	Quarto Área de serviço Varanda/garagem	10 1,5 14	25,5	até 1	4
21	Varanda/garagem	15	15	1 a 2	3
24	Área de serviço	3	3	até 1	2
25	Área de serviço Depósito	6 5,6	11,6	1 a 2	3
26	Varanda/garagem	15	15	1 a 2	2
27	Quarto Banheiro Cozinha Área de serviço	11,25 3,75 12 6	33	3 a 5	5
28	Área de serviço	4	4	até 1	1
30	Cozinha Varanda/garagem	14 32	46	1 a 2	2
31	Cozinha Área de serviço Depósito	14,5 6 3	23,5	2 a 3	3
32	Quarto Sala Cozinha/copa Banheiro Área de serviço Varanda/garagem Terraço	14,75 9,15 18 2,9 7 8,4 descoberto	60,2	2 a 3	3
34	Área de serviço	6	6	até 1	2
36	Área de serviço Depósito	6 7,5	13,5	1 a 2	2
37	Área de serviço	14	14	até 1	2
39	Quarto Cozinha Área de serviço Varanda/garagem Terraço	10,5 9 6 32 descoberto	57,5	1 a 2	2

Foi observada ainda a péssima qualidade construtiva destas edículas, bem como as condições precárias de habitabilidade, também justificadas por serem os próprios moradores que realizaram tanto a concepção quanto a execução das construções (Figura 6.41).



Figura 6.41: Péssimas condições da moradia que foi acrescentada no quintal da casa 15 (esquerda) e 34 (direita)
Fonte: Acervo da autora

Tabela 6.11: Identificação de casas construídas na área externa das moradias originais

CASA CONSTRUÍDA NO QUINTAL (N=4)							
CASA	CÔMODO	PISO	PAREDE	TETO (telha/laje)	DIMENSÃO (m ²)	DIMENSÃO (m ²)	OBSERVAÇÕES
15	Quarto/cozinha	Cimento grosso	Bloco (sem reboco)	Telha de fibrocimento	9	10,5	Casa com morador (filho e a esposa)
	Banheiro	Cimento grosso	No reboco	Laje	1,5		Péssimas condições de habitabilidade
34	Sala	Cerâmica	Pintura	Telha de fibrocimento	8,75	28,25	Casa fechada e sem morador
	Quarto	Cerâmica	Pintura	Telha de fibrocimento	8,75		
	Cozinha	Cerâmica	Pintura	Telha de fibrocimento	8,5		Péssimas condições de habitabilidade
	Banheiro	Cerâmica	Pintura	Telha de fibrocimento	2,25		
35	Quarto	Cimento liso	Pintura	Telha cerâmica	7,35	22,45	Casa sem morador
	Cozinha	Cimento liso	Pintura	Telha cerâmica	5,5		Cômodos são utilizados pelos moradores da casa original
	Banheiro	Cimento liso	Cerâmica	Telha cerâmica	3,5		
	Área de serviço	Cimento liso	Pintura	Telha cerâmica	6,1		Razoáveis condições de habitabilidade
37	Quarto	Cimento liso	Pintura	Telha cerâmica	10,5	20,5	Casa com morador (filha e o esposo)
	Cozinha	Cimento liso	Pintura	Telha cerâmica	7,75		Reformada recentemente
	Banheiro	Cimento liso	Pintura	Telha cerâmica	2,25		Razoáveis condições de habitabilidade

Contudo, foi identificado que a metade destas edículas estão vagas e que atualmente estão sendo utilizados para outras finalidades, como de depósitos. Devido à baixa qualidade construtiva, como também dos materiais empregados nestas construções, seu uso foi prejudicado pela umidade proveniente do solo bem como pela

deficiência de conforto em épocas de frio e chuva. Tal fato obrigou tais famílias a se alojar em outros locais ou alugar uma nova moradia. Os dados e observações levantadas quanto às quatro moradias identificadas como acrescentadas no quintal da casa original foram agrupados e estão dispostos na Tabela 6.11.

6.3. Satisfação e expectativa do morador

6.3.1. Resultado da avaliação e grau de satisfação do morador em relação à unidade habitacional a partir dos questionários

Os moradores também foram questionados quanto a alguns aspectos relacionados ao conforto ambiental e ao desempenho construtivo da unidade habitacional. Para cada item apontado foi solicitado que eles o avaliassem como “bom”, “regular”, “ruim” ou “péssimo”. Os resultados foram agrupados e são apresentados no Gráfico 6.4.

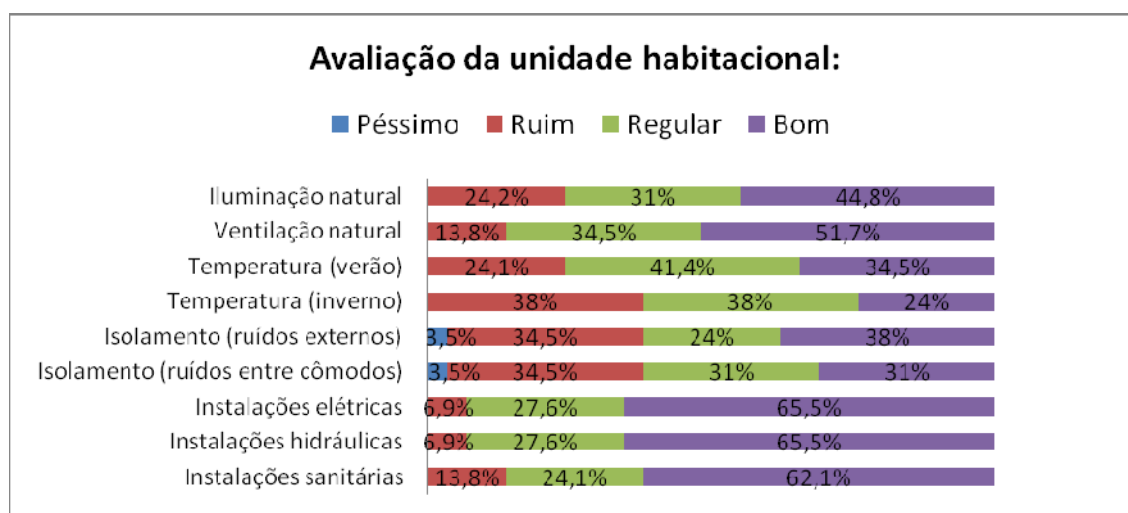


Gráfico 6.4: Resultado da avaliação do desempenho da unidade habitacional
Fonte: Acervo da autora.

O aspecto que mais interferiu nas avaliações de tendência negativa quanto aos itens iluminação e ventilação natural, foi o fato de que os moradores têm o hábito de permanecer o dia inteiro com as janelas praticamente fechadas para terem privacidade no interior de suas casas. Como as janelas são do tipo veneziana e não possuem bandeira móvel ou partes em vidro, o interior dos cômodos que têm janelas posicionadas diretamente para a rua fica com pouca iluminação e ventilação natural.

Em relação às avaliações negativas da unidade habitacional quanto à temperatura de verão e de inverno, o componente que mais influenciou nas respostas foi

o fato de que em algumas foram inseridos forro na cobertura, pois muitos entrevistados informaram que se sentia muito frio antes desta modificação física.

Quanto ao item isolamento de ruídos externos, muitos moradores desabafaram alegando que alguns vizinhos têm animais ou o hábito de escutar música em alto volume o que prejudica a todos os moradores. Outros disseram ainda que praticamente escutam tudo o que ocorre nas casas dos vizinhos imediatos, desde as brigas e choro até a descarga do banheiro. Ao avaliarem o isolamento dos ruídos internos, muitos alegaram que se escutam todas as conversas e movimentações que ocorrem nos demais cômodos da casa, mas que depois de terem inserido o forro houve certa melhora quanto a este aspecto.

De fato, a casa original entregue aos moradores apresenta condições precárias de conforto térmico e acústico, para tanto a inserção de forro na cobertura foi essencial para melhorar o aspecto da ambiência e privacidade, pois diminuiu as trocas térmicas e melhorou o isolamento de ruídos internos e externos.

Já quanto ao desempenho construtivo das instalações elétricas, hidráulicas e sanitária predominaram avaliações de tendência positiva, apesar de que entrevistados se queixaram por terem feito reparos nestas redes, como também de terem aumentado pontos como o de energia e de água para melhorar aspectos ligados à funcionalidade da casa.

Também foi solicitado que os moradores avaliassem o dimensionamento dos ambientes originais da casa, para tanto as opções de classificação foram “muito pequeno”, “pequeno” ou “bom”. Os resultados foram agrupados e estão apresentados no Gráfico 6.5.

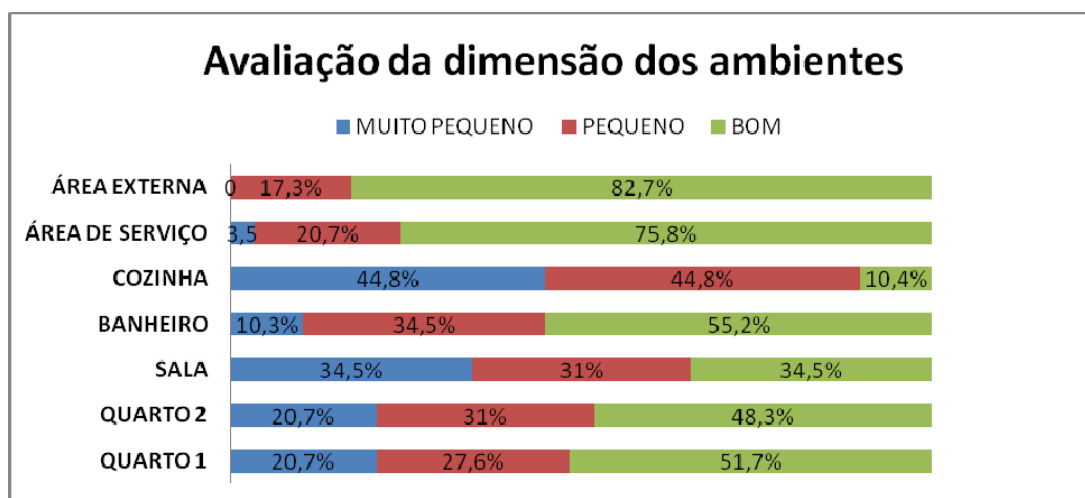


Gráfico 6.5: Resultado da avaliação dos moradores quanto à dimensão dos ambientes
Fonte: Acervo do autor.

Pelos resultados, fica evidente que cerca da metade dos moradores entrevistados classificaram como satisfatória a dimensão dos quartos e do banheiro, e cerca de outra metade julgaram que as dimensões destes ambientes são pequenas e que de alguma forma prejudicam a funcionalidade. Os ambientes da sala e da cozinha é que tiveram as piores classificações quanto à dimensão, pois muitos moradores alegaram que estes não têm espaço suficiente para disposição do mobiliário desejado e necessário, bem como não são capazes de comportar toda a família reunida durante as refeições ou nas atividades conjuntas, como ver televisão. Tal fato interfere na domesticidade familiar e conseqüentemente nos aspectos simbólicos que fazem da casa um lar.

A área de serviço e a área externa foram os ambientes que obtiveram melhor avaliação em termos dimensionais, porém o primeiro foi o cômodo que mais sofreu ampliação, sendo este o possível motivo de tal satisfação. Outro aspecto que influenciou quanto à classificação positiva do tamanho da área de serviço foi devido à facilidade de aumento de sua área útil, o que foi realizada por muitos apenas a partir da ampliação da cobertura. Já quanto à área externa ou quintal das casas, a dimensão deste ambiente possibilitou um considerável grau de apropriação através de adequações observadas como a edificação de outros cômodos e edículas que desempenham funções de garagem, depósitos, disposição de fogão à lenha, cultivo de horta e pomar, e criação de animais. Muitas destas atividades são reflexos de hábitos culturais de moradores de cidades do interior.

Os moradores também foram questionados quanto à satisfação em relação à unidade habitacional, e conforme o resultado apresentado pelo Gráfico 6.6, apenas 4% declararam que não estão satisfeitos, 48% disseram estar totalmente satisfeitos e 48% disseram estar satisfeitos apenas parcialmente, pois ainda desejam realizar algumas alterações físicas nas casas.

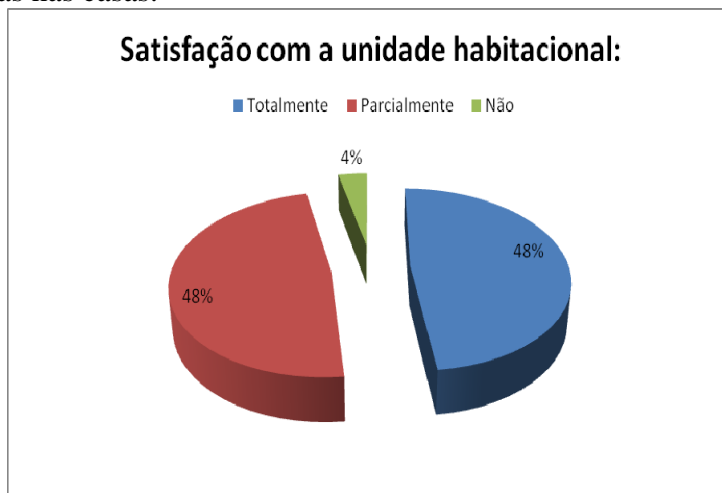


Gráfico 6.6: Gráfico do resultado quanto à satisfação dos moradores em relação à unidade habitacional

O fato de se declararem satisfeitos com a moradia está muito relacionado ao fato de que anteriormente não possuíam casa própria. Como já citado por Leite (2006), tal conquista retrata que os moradores alcançaram o atendimento de necessidades fisiológicas e de segurança que compõem a base da pirâmide da hierarquia das necessidades humanas. Já os moradores que declararam estar satisfeitos apenas parcialmente revelam o fato de que já alcançaram o estágio de conquista do abrigo e que agora buscam aspectos relacionados ao envolvimento, estima e autorrealização que fazem parte de segmentos superiores desta mesma pirâmide.

6.3.2 Resultado do Poema dos Desejos em relação tanto à casa quanto ao bairro do conjunto habitacional.

Outro instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa foi a aplicação do Poema dos Desejos, que teve como objetivo captar satisfações, insatisfações, desejos e expectativas por parte dos moradores, que puderam se expressar livremente através de sentenças escritas. Ao final das visitas foi deixado um formulário para ser preenchido por cada membro da família, cujas questões abordavam o que eles gostavam ou não em relação à casa e ao bairro, como também o que eles gostariam que tais lugares fossem ou tivessem.

Respostas com maior relevância foram copiadas na íntegra de forma a ilustrar a análise de cada sentença. As análises foram realizadas pela maior frequência de respostas semelhantes e também diagnosticadas de acordo somente pela faixa etária dos respondentes, pois não foram detectadas diferenças em relação ao gênero. Para melhor compreensão da análise do conteúdo, esta foi agrupada pelos itens “casa” e “bairro”.

a) Satisfação, desejo e expectativa quanto às “casas”

Foi identificado pelas respostas que as pessoas dizem que o que mais gostam na casa é o quarto, uma vez que este atende tanto a dimensão pragmática por proporcionar conforto e descanso, quanto à função simbólica de ser o local sagrado onde o indivíduo se isola das outras pessoas e volta para o seu mundo particular, como em uma declaração de uma moradora: *“Eu gosto do meu quarto onde medito, descanso, onde eu gosto de deitar para ler livros, jornais e dormir”* (moradora, 32 anos). Também foram levantadas questões simbólicas, em que a casa é entendida como um lar, como em declarações que explicitam a importância de conviver junto às pessoas que amam:

“gosto da minha esposa, dos meus filhos e de toda minha família” (morador, 41 anos). Outras moradoras declararam que gostam do mobiliário da casa, uma vez que nestes estão embutidos valores simbólicos que revelam hábitos domésticos: *“gosto da minha cozinha assim bem limpa e arrumada como eu gosto. E também do meu fogão e da geladeira, da mesa, do armário”* (moradora, 43 anos). Na maioria das vezes tais objetos e alterações físicas nas casas são conquistas resultantes de economias financeiras com o objetivo de proporcionar conforto à família: *“De tudo, pois fizemos tudo com muito esforço”* (moradora, 21 anos).

Alguns moradores jovens e adultos apontaram que desagradam de aspectos funcionais da unidade habitacional, como: *“Ela é muito pequena, não cabe nada dentro da casa, é apertada de mais”* (morador, 26 anos). Também citaram a localização e a disposição da caixa d’água como sendo algo negativo tanto em termos de manutenibilidade quanto por provocar sensação constante de insegurança: *“Eu não gosto da caixa d’água porque ela fica no corredor só com duas madeiras fina (sic) e corre risco de cair a qualquer momento causando transtornos pra gente.”* (moradora, 30 anos). Também pelas escritas pode-se constatar que alguns moradores queixam-se das infiltrações e da umidade dentro de casa, e do fato da cobertura ser em telha aparente, destituída de forro ou laje, pois tais características provocam desconforto e prejudicam a qualidade de ordem pragmática.

Quanto à questão que desvenda os desejos e expectativas em relação à casa, moradores declararam que gostariam que ela fosse: *“grande, com espaço para que eu pudesse pelo menos trocar os móveis de lugar. Como é muito pequena acaba fazendo mais bagunça.”* (moradora, 22 anos). Outros revelaram que gostariam que nela houvesse acabamentos e móveis novos para o conforto da família: *“piso de cerâmica nela toda e (garagem pronta) e grade e portão bem bonito na frente. O banheiro com boxe (sic) e cerâmica também. E gostaria de um jogo de quarto novo pra mim e meu esposo. Um jogo de sofá novo, um fogão novo.”* (moradora, 30 anos). Neste item, algumas expectativas variaram quanto aos jovens que relacionam a casa como um local de receber visitas e proporcionar lazer: *“uma área para churrasco, uma piscina (sic) pequena”* (morador, 26 anos). Também as crianças veem a casa como um espaço diversão, e para tanto gostariam que ela fosse: *“espaçosa, e tivesse brinquedo para mim (sic) brincar.”* (moradora, 9 anos), ou ainda: *“Eu gostaria de ganhar uma televisão boa para jogar meu play 1”*(morador, 12 anos).

b) Satisfação, desejo e expectativa quanto ao “bairro” onde está inserido o conjunto habitacional

Em relação ao bairro em que está inserido o conjunto habitacional, as crianças disseram gostar de brincar na praça e na quadra da antiga praça de esportes, que apesar de desativada é utilizada para jogar bola. Alguns jovens declararam não gostar do bairro porque o mesmo não oferece opções de lazer e entretenimento, para tanto costumam frequentar outros lugares: *“gosto de nada porque não tem nada de divertimento, se quiser se divertir em alguma área de lazer é um 5km da minha casa.”* (moradora, 18 anos). Já a maioria dos adultos e pessoas idosas disseram gostar do bairro, como: *“eu gosto do meu bairro porque é muito tranquilo.”* (morador, 26 anos). Outros revelaram também que zelam quanto ao bom relacionamento que têm com a vizinhança e relataram que gostam: *“da pracinha, dos meus vizinhos e amigos.”* (moradora, 30 anos). Destes últimos relatos, fica evidente o senso de apropriação, pertencimento e ligação ao lugar gerado a partir do tempo vivido.

Outro item abordado foi quanto aos aspectos que os moradores não gostam no bairro, sendo que destacaram problemas de sociabilidade e de deficiência da infraestrutura. Foi identificado conflito entre crianças e as pessoas que são responsáveis pela manutenção da praça que impedem que as mesmas brinquem em cima da grama ou dos canteiros. Diante disso um menino escreveu que não gosta: *“das pessoas que não me deixa (sic) brincar, e que as vezes me xingam sem motivos”* (morador, 12 anos). Também jovens e adultos apontaram problemas como: *“não gosto de ser incomodado certas horas da noite com som ligado alto, barulho demais na rua depois das dez horas da noite. Fora isso gosto de tudo”* (morador, 41 anos). Houve ainda queixas dos moradores quanto aos serviços públicos, que desabafaram dizendo do bairro: *“Esquecido pelo prefeito, pela companhia (sic) de abastecimento de água.”* (morador, 26 anos). Citaram ainda: *“da falta de higiene e companheirismo e assistência policial.”* (moradora, 43 anos). Muitos moradores chamaram a atenção ainda para a deficiente estrutura da prestação de serviços no bairro, pois: *“tudo depende do centro da cidade”* (moradora, 64 anos)

Em relação aos desejos dos moradores acerca do bairro, foi revelado que as crianças gostariam que tivesse: *“um parquinho”* (morador, 5 anos), pois o que existia foi destruído por mau uso ou uso indevido. Como também que: *“tivesse uma área de lazer, onde eu pudesse jogar futebol (sic) nos finais de semana”* (morador, 12 anos). Neste sentido, moradores adultos demonstram ainda desejos quanto aos aspectos de

lazer e cultura, dizendo que queriam: *“outra quadra para as crianças. Piscina, uma igreja para as pessoas ir.”* (moradora, 43 anos). Contudo, a maioria dos jovens, adultos e idosos revelam que suas expectativas estão sempre relacionados a melhorias relativas à prestação de serviços públicos e de comércio, como: *“Asfaltado, que não faltasse água todo fim de semana, mais mercearia, mais lazer.”* (moradora, 21 anos), e também: *“mais comércio, farmácia, padaria, mercado etc. porque é tudo distante.”* (moradora, 37 anos); *“uma padaria e um açougue perto. Mais um telefone público.”* (moradora, 30 anos).

6.4. A transformação do objeto “casa” em “moradia” a partir das adequações para habitabilidade

Segundo especialistas, o fenômeno da transformação do objeto “casa” em “moradia” ocorre a partir do tempo vivido e do experienciamento do lar por parte do usuário, que no ato de inserir adequações também está subentendido a agregação de valores. Tais adequações realizadas pelos moradores são resultado do processo de apropriação por qualificação da unidade habitacional original. Estas podem estar dirigidas a atender diferentes ordens da habitabilidade, que Malard (199?) interpreta como: pragmática, simbólica e funcional.

Os subitens seguintes objetivam apresentar o resumo das adequações identificadas a partir das leituras espaciais, e que para análise, foram agrupados segundo categorias de habitabilidade.

6.4.1. Adequações para atender à dimensão pragmática

A dimensão pragmática está relacionada à capacidade da casa atender como abrigo, e está relacionada às variáveis de desempenho construtivo da moradia e a sua inserção urbana. As adequações identificadas nesta ordem revelam comportamentos humanos em busca de ambiência e privacidade.

As adequações para habitabilidade de ordem pragmática foram:

- Inserção de forro na cobertura (em madeira, PVC, saco plástico): para melhorar condições de conforto térmico e acústico; para facilitar a manutenção, estanqueidade e limpeza, devido à sujeira, goteiras e entrada de animais pela cobertura;
- Substituição ou adição (em cômodos acrescidos) de portas e janelas em vidro, para melhor desempenho lumínico;

- Acréscimos/ampliação de varandas cobertas: para proteção do fechamento vertical contra a ação de intempéries; evitar insolação direta nos ambientes durante o uso;

- Alteração da localização do reservatório de água: devido à sensação constante de insegurança quanto à estrutura de apoio da caixa d'água; pelo desconforto acústico provocado pelo ruído de água durante o preenchimento do reservatório; para alteração da capacidade devido à falha no fornecimento do serviço de abastecimento de água;

- Acréscimo de revestimento cerâmico em pisos e paredes: para facilitar a manutenção, limpeza e evitar a proliferação de microorganismos em áreas molhadas; para melhorar aspectos ligados ao conforto e qualidade estética dos ambientes;

- Adição de proteção de borracha na parte inferior das portas externas, para evitar a entrada de água e de animais no interior da unidade habitacional;

- Pintura de elementos como paredes, portas e janelas: para limpeza e manutenção preventiva, como proteção contra umidade e corrosão por ação de intempéries;

- Acréscimo de chapisco nas partes inferiores das fachadas: para proteção do fechamento vertical devido à ação de respingos de água de chuva; para minimizar a ação da umidade proveniente do solo;

- Adição de piso nas áreas externas à edificação, para facilitar uso e manutenção.

Além dessas adequações pragmáticas inseridas na moradia, há outras referentes à utilização do espaço não edificado, como:

- Implantação de transporte coletivo escolar, para facilitar deslocamentos das crianças e adolescentes em idade escolar;

- Uso de veículos alternativos, como bicicletas, decorrente do hábito dos moradores para atender sua necessidade de deslocamentos diários e longos, como para o trabalho na zona rural;

- Asfaltamento das vias, para proporcionar melhor conforto para deslocamentos de pessoas e veículos.

6.4.2. Adequações para atender à dimensão simbólica

A dimensão simbólica está relacionada à capacidade da casa de ser dotada de significado o que está diretamente ligado a questões culturais. As adequações identificadas nesta ordem revelam comportamentos humanos em busca de ambiência, privacidade, identidade e territorialidade.

As adequações para habitabilidade de ordem simbólica foram:

- Aumento do número de cômodos: para atender a confortavelmente a um maior número de habitantes por residência; para separar quartos de filhos de diferentes sexos e idades; para atender a outras funções como quarto de visitas, sala de televisão, suíte, cozinha, copa, depósitos, área de serviço; para transmitir status social;
- Construção de uma nova moradia no quintal da unidade habitacional original, para abrigar filhos casados que não possuíam residência própria;
- Alteração da cor original de elementos como paredes: nos quartos, para diferenciar ambientes de filhos de diferentes sexos; nas fachadas, para diferenciar moradias fisicamente iguais, mas de diferentes famílias; para composição estética dos ambientes de forma a combinar com demais objetos e mobiliário; para camuflar problemas de infiltração de água do solo, e suprir a inexistência de revestimento cerâmico em áreas molhadas com a utilização de tinta a óleo;
- Alteração de características físicas na fachada original: para descaracterizar a tipologia padrão e imprimir marcas pessoais e familiares; adição de muros, grades e portões frontais para conferir segurança e promover a privacidade familiar;
- Adição de cercas e muros nos fundos e laterais dos quintais, para limitar terrenos vizinhos e demarcar territórios;
- Criação de animais, cultivo de jardim/horta/pomar e adição de fogão à lenha, para atender aos hábitos e necessidades decorrentes da origem familiar;
- Exposição de fotografias, de objetos decorativos e simbólicos e de culto a imagens, para expressar aspectos culturais e valores familiares;
- Uso de cortinas: para composição do ambiente e como mecanismo para bloquear a visão do interior da residência e proporcionar privacidade.

6.4.3. Adequações para atender à dimensão funcional

A dimensão funcional está relacionada à capacidade da casa de proporcionar boas condições ao uso dos espaços e o que está ligada às variáveis de dimensionamento da moradia, relação funcional entre os cômodos e manutenção. As adequações identificadas nesta ordem revelam comportamentos humanos em busca de ambiência, privacidade e identidade.

As adequações para habitabilidade de ordem funcional foram:

- Aumento do número de ambientes: para facilitar a realização de atividades inerentes à moradia, comportar os usuários e mobiliário;

- Ampliação da dimensão dos ambientes: para melhorar a circulação, facilitar o uso e a disposição do mobiliário;

- Alteração da localização de paredes: para diminuir a circulação central da unidade habitacional de forma a aumentar a área útil e melhorar a circulação no interior dos quartos;

- Remoção de paredes: para ampliar a área útil de cômodos existentes;

- Aumento do número de pontos hidráulicos: para comportar alterações como tanque de dois bojos, acréscimo de ponto de água para limpeza da área externa e para aumento do número de banheiros;

- Aumento do número de pontos de luz: para iluminação da área externa;

- Aumento do número de pontos de energia elétrica e uso de extensões de energia/benjamins: para atender a critérios de funcionalidade quanto ao uso e operação de vários eletrodomésticos utilizados simultaneamente no mesmo ambiente;

- Inserção de box nos banheiros: para melhorar aspectos quanto ao uso e funcionalidade;

- Alteração da localização do botijão de gás para o exterior da cozinha: para segurança durante o uso e operação; para liberar área útil no interior da cozinha e melhorar a circulação;

- Alterar a localização do reservatório de água: para possibilitar acesso e facilitar o uso, operação e manutenção;

- Utilização do corredor entre os quartos para disposição de móveis como cômodas, armários e geladeiras, por insuficiência de espaço para acomodação desse mobiliário;

- Disposição de mobiliário em ambientes diferentes dos quais foram previstos, dada a insuficiência de espaço em cômodo, como no caso das cozinhas;

- Inserção de forro na cobertura e revestimento cerâmico em áreas molhadas, para facilitar manutenção e limpeza.

Enfim, todas as adequações identificadas, tanto físicas quanto de uso, revelam que apesar dos moradores declararem estar satisfeitos com a casa, tal contentamento está relacionado diretamente com a propriedade do imóvel e não ao fato deste atender às suas necessidades habitacionais pragmáticas, simbólicas e funcionais. Para tanto, tal levantamento conduz a diretrizes que devem ser adotadas de forma a melhorar aspectos de habitabilidade para a idealização de novas habitações de interesse social.

CAPÍTULO 7 – CONCLUSÃO

Este trabalho abordou a problemática urbana e habitacional quanto à produção da habitação de interesse social e seu reflexo no processo de apropriação da moradia pelo morador, a partir da avaliação do conjunto habitacional Boa Sorte, localizado na cidade de Coimbra/MG.

Conforme revisão de literatura e uma pesquisa exploratória que antecedeu este trabalho, partiu-se do pressuposto que os moradores de conjuntos habitacionais promovem modificações físicas nas moradias de forma a adequá-las quanto à habitabilidade, impulsionados por necessidades e comportamentos humanos.

Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo, a partir do levantamento das adequações observadas, como também explicativo, devido ao objetivo de determinar a natureza das adequações inseridas nas moradias em busca da habitabilidade. As variáveis e indicadores foram definidos a partir da revisão de literatura e, para a coleta de dados em campo, foi utilizado o instrumento denominado “leituras espaciais”, para o qual foram elaborados croquis, registros fotográficos, entrevistas informais e relatórios de observações.

Para levantamento técnico, como também para obtenção do grau de satisfação dos usuários em relação à moradia, foram aplicadas ferramentas comumente utilizadas em pesquisa de avaliação pós-ocupação (APO), como questionário, *walkthrough*, observação direta e poema dos desejos.

Para análise dos resultados, os dados foram agrupados em tabelas e gráficos de forma a evidenciar a frequência das observações. Algumas ocorrências de conflitos arquitetônicos e as adequações físicas e de uso foram analisados através de marcações em registros fotográficos. Para a análise quanto à natureza das adequações em busca de habitabilidade, as observações foram agrupadas segundo as categorias: adequações de ordem pragmática, simbólica e funcional. A estas categorias foram relacionados os comportamentos humanos que as motivaram.

As adequações identificadas em busca da dimensão pragmática da habitabilidade, relacionadas às variáveis de desempenho construtivo da moradia, indicam alguns elementos que devem ser incluídos, como: adoção de sistema de cobertura em laje ou de forro em todos os ambientes, para assegurar conforto térmico e acústico e melhorar aspectos de ambiência e privacidade; utilização de revestimento cerâmico no piso e parede do banheiro e, no mínimo, barra de revestimento cerâmico

em cima da pia da cozinha e do tanque da área de serviço, por se tratar de áreas molhadas que propiciam a formação de lodo e bolor, o que é prejudicial à segurança e à saúde dos usuários; impermeabilização das vigas baldrame, adoção de revestimento na parte inferior das fachadas e previsão de beiral, de forma a promover a proteção do fechamento vertical da edificação e melhorar seu desempenho construtivo.

Já as adequações identificadas em busca da dimensão funcional, relacionada às variáveis de dimensionamento da moradia, relação funcional entre os cômodos e manutenção, apontam para alguns fatores que devem ser observados para assegurar o adequado desempenho funcional da habitação, como: rever o dimensionamento mínimo da moradia de forma a aumentar a área útil dos ambientes, principalmente a da cozinha, para que possibilite a adequada utilização de fogão, armário, geladeira e mesa de refeição; evitar a adoção de corredores de circulação, uma vez que este comprometeu a área útil da moradia e não cumpriu seu objetivo de conferir privacidade e funcionalidade à mesma; rever o posicionamento da caixa d'água, para facilitar o acesso em manutenções e conferir segurança no uso e operação; prever flexibilidade nos projetos arquitetônicos de forma que possibilitem ampliações diferenciadas em função dos formatos e das necessidades familiares; disponibilizar assistência técnica municipal aos moradores para orientações quanto a projeto e obra em possíveis intervenções físicas nas residências.

Ainda, as adequações identificadas com a dimensão simbólica da habitabilidade estão relacionadas às variáveis de composição familiar, personalização e apropriação, e para que a casa atenda também a esta categoria deve-se assegurar: que a dimensão dos lotes permita ampliação da casa sem comprometimento da área não edificada, permitindo que a família se aproprie dos espaços externos e neles exprima seus hábitos culturais e necessidades particulares; que as janelas e portas contenham bandeiras móveis, em vidro, para garantir iluminação e ventilação no interior dos ambientes e também para zelar pela ambiência, privacidade e intimidade domiciliar; que se adote afastamento frontal para que o interior dos cômodos não fique diretamente exposto à visão externa. Tal afastamento também possibilita que as famílias apropriem-se diferentemente deste espaço para nele inserir elementos como jardins, objetos de decoração, objetos simbólicos, grades, etc., de forma a promover a diferenciação por comportamentos de identidade e territorialidade.

Esta pesquisa indicou que o conjunto habitacional Boa Sorte foi edificado baseado em um modelo projetual e construtivo padronizado, normalmente utilizado por

outros programas habitacionais, desconsiderando-se falhas já apontadas pela literatura, como a deficiente funcionalidade em razão do dimensionamento mínimo, baixa qualidade construtiva e seu conseqüente comprometimento na vida útil da edificação. Tais ocorrências estão diretamente ligadas à visão quantitativa e à noção restrita do atendimento de necessidades básicas, que caracterizam a política habitacional brasileira e orientam as ações dos governos municipais na implantação de programas habitacionais para a população de menor renda. Além disso, os agentes técnicos envolvidos no projeto e na execução das obras, como arquitetos e engenheiros civis, têm pouca autonomia para interferir neste modelo, uma vez que são pressionados por questões relacionadas a custos e prazos em licitações.

Através dos levantamentos em campo constatou-se que as adequações inseridas ultrapassaram os resultados esperados, principalmente quanto ao acréscimo de área útil por residência, revelando que após onze anos de ocupação, as casas do conjunto habitacional Boa Sorte resultam de um acentuado processo de apropriação do espaço pelos moradores. Pôde-se identificar ainda, que tais adequações não foram somente físicas, como também de uso, confirmando que houve um processo de adequação ativa e passiva. Estas adequações foram realizadas pelo próprio usuário, sem nenhuma orientação técnica e sem mão-de-obra especializada, acarretando baixa qualidade e comprometimento do desempenho funcional e construtivo da habitação. Muitas destas adequações, especialmente de caráter técnico e pragmático, já poderiam ter sido incluídas no projeto original sem onerar significativamente o custo final da obra, assegurando melhores condições de habitabilidade.

A pesquisa junto aos usuários confirmou o sentido simbólico dado à aquisição da casa própria, no sentido de segurança familiar e de *status*. Indicou também que houve melhoria da qualidade de vida para as que anteriormente se abrigavam em casas ou barracos com baixa qualidade construtiva ou precárias condições de habitabilidade. Ao adquirir a casa própria, os moradores buscaram atender a necessidades humanas básicas ligadas aos aspectos fisiológicos e de segurança, mas, após alcançarem tal estágio, inseriram adequações na moradia de forma a atender às necessidades ligadas ao envolvimento, estima e autorrealização, fatores que estão relacionados a níveis superiores da “pirâmide de hierarquia” das necessidades humanas. Muitos moradores demonstraram insatisfação em relação à dimensão reduzida dos ambientes da unidade habitacional, o que prejudicou a funcionalidade e foi o principal motivador para as ampliações físicas. Conclui-se que pequenas alterações dimensionais seriam suficientes

para comportar os mobiliários que fazem parte do cotidiano familiar, inclusive com a eliminação de corredores.

A partir das visitas para levantamentos de dados e avaliações dos moradores, foi possível constatar que apesar do conjunto habitacional ter sido idealizado para um programa habitacional voltado a atender famílias com renda mensal de até três salários mínimos, foi visível uma grande disparidade econômica entre os próprios moradores. Este fato fica evidente ao comparar casas que não passaram por nenhum tipo de manutenção básica devido à insuficiência financeira da família, com outras que sofreram vários tipos de adequações e, atualmente, apresentam-se consideravelmente descaracterizadas em relação ao padrão original. Pelos dados levantados comprova-se que algumas casas passaram por ampliações significativas, chegando-se a duplicar o valor da área total da casa original, que é de 41m². Contudo foi constatado que em geral o número de moradores por residência é baixo, de modo que o principal motivo para as modificações e ampliações não foi o tamanho das famílias, mas a necessidade de atendimento de aspectos funcionais, de conforto e *status* social. Como estes tipos de adequações são imprevisíveis, reforça-se a necessidade de adoção de um projeto arquitetônico flexível e de tipologias habitacionais diferenciadas, além da orientação técnica para as futuras ampliações.

Contrariando a bibliografia corrente que indica que o adensamento é desejável para projetos de habitação de interesse social, no caso analisado verificou-se que foi positiva a adoção do padrão de casa do tipo isolada, bem como sua implantação no terreno. Tal opção possibilitou a expressão de aspectos simbólicos relacionados aos hábitos culturais de famílias típicas de cidades do interior, o que foi observado pelo alto grau de apropriação da área externa (quintal) através de diversos usos que expressam costumes e necessidades particulares, como construção de fogão à lenha, criação de animais e cultivo de jardim, horta e pomar.

Casas que não passaram por nenhuma manutenção básica, atualmente apresentam várias manifestações patológicas que comprometem o desempenho dos seus sistemas construtivos como também de sua vida útil. Nos levantamentos em campo, foi constatada ainda a construção de uma segunda moradia no quintal da casa original para abrigar membros da família, que não tinham condições financeiras para aquisição da casa própria ou que não tiveram acesso ao programa habitacional. Contudo, devido à baixa qualidade construtiva e às precárias condições de habitabilidade destas edículas, houve comprometimento de sua utilização, o que obrigou tais famílias a procurar novas

moradias. Dessa forma houve duplo prejuízo, tanto no desperdício de material construtivo na autoconstrução sem orientação técnica, quanto na situação de ter uma moradia fechada que ocupa grande parte do quintal e compromete o uso e condições de habitabilidade da área externa.

Em relação à sociabilidade, verificou-se que a praça é um adequado equipamento de lazer e de integração da comunidade, uma vez que funciona como ponto de encontro dos moradores, principalmente de famílias com crianças.

Por outro lado, do ponto de vista urbanístico, a aglomeração de unidades habitacionais padronizadas numa gleba extensa e descontínua em relação à malha urbanizada interfere negativamente na paisagem da cidade, pois transmite a sensação de espaços estigmatizados pela segregação socioespacial. Sugere-se que, em pequenos municípios, onde há oferta de solo urbano de baixo valor de troca, os programas habitacionais adotem como estratégia urbanística a localização pulverizada das unidades habitacionais na cidade, para consolidar a malha urbana e promover uma ocupação racional do solo, o que pode ser atingido também pela reabilitação de áreas já ocupadas de forma a aproveitar a infraestrutura e os serviços existentes.

Enfim, pode-se entender que o conjunto habitacional Boa Sorte hoje é amplamente apropriado pelos moradores, seja através de adequações físicas ou de uso, e que estas foram inseridas em busca de melhorias de aspectos de habitabilidade que a tipologia padrão mínima da unidade habitacional não foi capaz de proporcionar. Ficou demonstrado também que tais modificações físicas foram impulsionadas por comportamentos humanos, e que evidentemente estes estarão presentes no processo de apropriação de qualquer moradia pelo morador, pois fazem parte da transformação do *espaço em lugar*.

Em síntese, nos novos projetos habitacionais de interesse social a serem desenvolvidos para municípios de características similares ao de estudo, deve-se primar pela qualidade da obra e pela adequação do projeto arquitetônico, mediante a proposição de tipologias habitacionais com maior área total e mais adequadas à realidade familiar, uma vez que o custo da unidade habitacional pode ser maior do que o praticado correntemente, já que o valor do solo nas cidades pequenas não onera significativamente o custo final da habitação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIKO, A. K.; ORNSTEIN, S. W. (Eds). **Inserção urbana e avaliação pós-ocupação (APO) da habitação de interesse social**. São Paulo: Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (Coletânea Habitare/FINEP, Vol. 1). Financiadora de Estudos e Projetos. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.

ADAMS G. Colaboração interdisciplinar e participação do usuário como metodologia projetual. In: DEL RIO, V.; DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. A. (orgs) **Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ PROARQ, 2002.

ALMEIDA M. M. **Análise das interações entre o homem e o ambiente** – estudo de caso em agência bancária. 1995. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

ALMEIDA M. M. Experiência ambiental: elementos para projeto arquitetônico. In: DEL RIO, V.; DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. A. (orgs) **Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ PROARQ, 2002.

ANTONUCCI, D. et al. **UN – Habitat: das declarações aos compromissos**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15575: Edifícios habitacionais de até cinco pavimentos – Desempenho – Parte 1: Requisitos gerais**. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

ARANTES, P. T. L. **Coimbra Minas Gerais**. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFV. Department of Urban and rural Planning, Technical university of Nova Scotia: UFV, [19-?].

AZEVEDO, N. J. D. et al. **Uma ferramenta da qualidade como indicativo da sustentabilidade da habitação popular** – pesquisa de satisfação do usuário. In: XXIII SIMPEP - Bauru, SP, 2006. Disponível em:
<http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/152.pdf> Acesso em 12 mar. 2011.

AZEVEDO, S. **Habitação e poder: da FCP ao BNH**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BONDUKI, N. (org.). **Habitat: práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras.** 2ª edição. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

BONDUKI N. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais – uma metodologia para avaliar programas de habitações.** São Paulo: IEE/PUC-SP, 2002.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo.** Petrópolis: Vozes, 1998.

BRANDÃO, D. Q.; HEINECK L. F. M. **Significado multidimensional e dinâmico do morar: compreendendo as modificações na fase de uso e propondo flexibilidade nas habitações sociais.** Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 3, n. 4, p. 35-48, out/dez. 2003.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade.** Disponível em: <www.cidades.gov.br> Acesso: 09 set. 2010.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Notícias.** Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/noticias/deficit-habitacional-brasileiro-e-de-5-6-milhoes>> Acesso em: 07 set. 2010.

BUZZAR M. A. Avaliação, valor e habitação de interesse social. In: FABRÍCIO, M. M.; ORNSTEIN, S. W. (orgs) **Qualidade no projeto de edifícios.** São Carlos: ANTAC, 2010.

CÂMARA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO. **Guia de sustentabilidade na construção.** Belo Horizonte: FIEMG, 2008.

CAMARGO, E. N. **Casa, doce lar: o habitar doméstico percebido e vivenciado.** São Paulo: Anablume, 2010.

COELHO A. B. Cidade e habitação de interesse social. In: FABRÍCIO, M. M.; ORNSTEIN, S. W. (orgs) **Qualidade no projeto de edifícios.** São Carlos: ANTAC, 2010.

COELHO J. B. **Apropriação ou representação na habitação.** Revista Infohabitar, Ano V, n.º 243. Acesso em 17 fev 2011. Disponível em: <http://infohabitar.blogspot.com/2009_04_01_archive.html>

COHEN, S. C. et al. **Habitação saudável e ambientes favoráveis à saúde como estratégia de promoção da saúde.** Versão final, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n1/18.pdf>> Acesso em: 09 mar. 2010.

DEL RIO, V.; DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. A. (orgs) **Projeto do lugar:** colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ PROARQ, 2002.

DUARTE, C. R. Habitação urbana e identidade rural: um estudo de caso no Rio de Janeiro. In: GOMES, M. F. C. M.; PELEGRINO, A. I. C. (orgs) **Política de habitação popular e trabalho social.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

DUARTE C. R. Raízes em solo interdisciplinar. In: del RIO, V.; DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. A. (orgs) **Projeto do lugar:** colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ PROARQ, 2002.

EDWARDS, B. **O guia básico para a sustentabilidade.** Tradução: RIBA Enterprises Ltda. Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 2008.

ELALI G. A. Processo projetual e estresse ambiental: explorando aspectos que podem influenciar a relação usuário-ambiente; In: FABRÍCIO, M. M.; ORNSTEIN, S. W. (orgs) **Qualidade no projeto de edifícios.** São Carlos: ANTAC, 2010.

FABRÍCIO, M. M.; ORNSTEIN, S. W. (orgs) **Qualidade no projeto de edifícios.** São Carlos: ANTAC, 2010.

FERNANDES, C. C. P. **Avaliação de resultados da política nacional de habitação de interesse social.** 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, MG, 1999.

FOLZ, et al. **Análise do programa de financiamento habitacional que possibilitou a utilização de técnicas construtivas não convencionais no Assentamento Rural Sepé Tiaraju, Serra Azul – SP.** Congresso internacional – Sustentabilidade e habitação de interesse social. Disponível em:
<<http://www.joaobn.com/chis/Artigos%20CHIS%202010/085%20-%20A.pdf>> Acesso em 29 jul. 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 edição. São Paulo: Atlas, 2007.
GONÇALVES, D. D. **Percepção e interação do morador com a casa: o conjunto habitacional “Vicente Leoparce” em Franca-SP.** 2003. 173f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2003.

GONÇALVES, S. **Habitação de interesse social** – Reunir esforços, Reunir Disciplinas e Soluções- Revista Infohabitar, Ano V, n.º 256, 2009). Revista Infohabitar, Ano V, n.º 256. Disponível em:
<http://infohabitar.blogspot.com/2009_04_01_archive.html> Acesso em: 12 mar. 2011.

GUIMARÃES, E. C. Espaços urbanos da habitação: globalização e identidade. In: GOMES, M. F. C. M.; PELEGRINO, A. I. C. (orgs) **Política de habitação popular e trabalho social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HERTZBERGER, H. **Lições de arquitetura**. Tradução, Carlos Eduardo Lima Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_minas_gerais.pdf> Acesso em 25 mai. 2011.

IRALA, M. R. **Autoconstrução, uma prática social de acesso à casa própria**. 1999. 86 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1999.

JODELET, D. A cidade e a memória. In: del RIO, V.; DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. A. (orgs) **Projeto do lugar: colaboração** entre psicologia, arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ PROARQ, 2002.

LEITE, L. C. R. **Avaliação de projetos habitacionais: determinando a funcionalidade da moradia social**. São Paulo: Ensino Profissional, 2006.

LEMOS, C. A. C. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.

MALARD, M. L. **As aparências em arquitetura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MALARD, M. L. **Avaliação pós-ocupação e participação do usuário e melhoria de projetos habitacionais: uma abordagem fenomenológica com apoio do Estúdio Virtual de Arquitetura – EVA**. Belo Horizonte: UFMG/ FINEP, 2002.

MALARD, M. L. **O método em arquitetura: conciliando HEIDEGGER e POPPER**. Disponível em: <<http://www.arquitetura.ufmg.br/eva/art013.pdf>> Acesso em: 21 nov. 2010.

MALARD M. L. Os objetos do cotidiano e a ambiência. **Anais do 2º. Encontro de conforto no ambiente construído**. Florianópolis, 1993.

MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

MARTUCCI R.; BASSO A. Uma visão integrada da análise e avaliação de conjuntos habitacionais: aspectos metodológicos da pós-ocupação e do desempenho tecnológico. In: ABIKO, A. K. & ORNSTEIN, S. W. (Eds). **Inserção urbana e avaliação pós-**

ocupação (APO) da habitação de interesse social. São Paulo: Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (Coletânea Habitare/FINEP, Vol. 1) Financiadora de Estudos e Projetos. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.

MEDVEDOVSKI, N. S. Gestão de espaços coletivos em HIS – a negação das necessidades básicas dos usuários e a qualidade do cotidiano e do habitat. In: FABRÍCIO, M. M.; ORNSTEIN, S. W. (orgs) **Qualidade no projeto de edifícios.** São Carlos: ANTAC, 2010.

MIRON, L. I. G. Arquitetura centrada no usuário: gestão de requisitos no processo de projeto. In: FABRÍCIO, M. M.; ORNSTEIN, S. W. (orgs) **Qualidade no projeto de edifícios.** São Carlos: ANTAC, 2010.

MOURÃO, J; PEDRO, J. B. **Para uma habitação ambientalmente mais sustentável – Recursos, princípios, paradoxos e oportunidades.** Disponível em: <<http://www.ext.lnec.pt/LNEC/DED/NA/pessoal/jpedro/Research/Pdf/Comunicacao%20Exigencias%20de%20espa%C3%A7o%20PT-BR.pdf>> Acesso em: 09 jan. 2011.

MOURÃO A. R. T; CAVALCANTE S. **O processo de construção do lugar e da identidade dos moradores de uma cidade reinventada.** Estudos de Psicologia (Natal) [online]. 2006, vol.11, n.2, pp. 143-151. ISSN 1413-294X. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v11n2/a03v11n2.pdf>> Acesso em: 13 dez. 2009.

NOGUEIRA, T. B; GONSALES, C. H. C; DURANTE J. **Habitabilidade urbana: o cidadão e sua apropriação do espaço público.** Disponível em: <www.ufpel.tche.br/cic/2007/cd/pdf/SA/SA_01806.pdf> Acesso em: 15 mar. 2011.

PEDRO, J. B.; BOUERI, J. J. **Exigências de espaço aplicáveis à construção de habitação de interesse social:** Comparação entre Portugal e o Município de São Paulo. 1º CIHEL – Congresso Internacional de Habitação no Espaço Lusófono, [200-?]. Disponível em: <<http://wwwext.lnec.pt/LNEC/DED/NA/pessoal/jpedro/Research/Pdf/Artigo%20para%20uma%20habitacao%20ambientalmente%20mais%20sustentavel.pdf>> Acesso em: 09 set. 2010.

PEREIRA, F. O. R.; PEREIRA A. T. C.; SZUCS C. P.; PERES L. F. B.; SILVEIRA L. R. M. Características da habitação de interesse social na Região de Florianópolis: desenvolvimento de indicadores para a melhoria do setor. In: ABIKO, A. K.; ORNSTEIN, S. W. (Eds). **Inserção Urbana e avaliação pós-ocupação (APO) da habitação de interesse social.** São Paulo: Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (Coletânea Habitare/FINEP, Vol. 1). Financiadora de Estudos e Projetos. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.

PERUZZO M. R. **Avaliação pós-ocupação em habitação de interesse social:** Comportamento da satisfação do usuário após médio período de permanência. Dissertação de Mestrado– Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: < <http://www.tede.ufsc.br/teses/PECV0545-D.pdf>> Acesso em: 02 dez. 2009.

PROGRAMA PRÓ-MORADIA. **Manual de Fomento Pró-Moradia Sufug/Geavo.** Caixa Econômica Federal, Agente Operador do FGTS. Disponível em: <http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/assistencia_tecnica/doc_especif_19/Fomento_ProMoradia.pdf> Acesso em: 03 jun. 2011.

PROJETO MORADIA. **Instituto Cidadania**, 2002

QUEIROZ, M. J. S. **A casa popular e o ajuste habitacional.** 1996. 85f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1996.

QUIVY, R; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais.** Tradução João Minhoto Marques et al. 4ª edição. Lisboa: Gradiva, 2005.

RAMOS, M. H. R. (org) **Metamorfoses sociais e políticas urbanas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

REIS A. T. L. Edificações e espaços urbanos: percepção, cognição e métodos de avaliação. In: FABRÍCIO, M. M.; ORNSTEIN, S. W. (orgs) **Qualidade no projeto de edifícios.** São Carlos: ANTAC, 2010.

RHEINGANTZ P. A. Abordagem experiencial, qualidade do projeto, qualidade do lugar e cultura na atualidade. In: FABRÍCIO, M. M.; ORNSTEIN, S. W. (orgs) **Qualidade no projeto de edifícios.** São Carlos: ANTAC, 2010.

RHEINGANTZ, P. A. e. al. **Observando a qualidade do lugar:** procedimentos para avaliação pós-ocupação. Universidade Federal d Rio de Janeiro/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro: Coleção PROARQ, 2009. Disponível em: <http://www.fau.ufrj.br/prolugar/arq_pdf/diversos/Observando_a_Qualidade_do_Lugar.pdf> Acesso 21 set. 2010.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei:** legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

ROMÉRO, M.; ORSNTAIN, S. W. (coord.). **Avaliação Pós-Ocupação:** métodos e técnicas aplicadas a habitação social. (Coleção Habitare). Porto Alegre: Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, 2003.

RYBCZYNSKI, W. **Casa:** pequena história de uma idéia. Tradução, Betina Von Staa. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SALGADO M. S. Arquitetura centrada no usuário ou no cliente? Uma reflexão sobre a qualidade do projeto. In: FABRÍCIO, M. M.; ORNSTEIN, S. W. (orgs) **Qualidade no projeto de edifícios**. São Carlos: ANTAC, 2010.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SIMONINI, M. L. **Função da arquitetura na habitação**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1990.

SOMMER, R. O desenvolvimento e a aplicação dos conceitos de espaço pessoal. In: DEL RIO, V.; DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. A. (orgs) **Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ PROARQ, 2002.

SOUZA, V. C. RIPPER, T. **Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto**. São Paulo: PINI, 1998.

THOMAZ, E. **Tecnologia, gerenciamento e qualidade na construção**. São Paulo, Editora Pini, 2001.

WERNA, E. et al. **Pluralismo na habitação**. São Paulo: Annablume, 2001.

APÊNDICE

• ROTEIRO – QUESTIONÁRIO

data ___/___/___

-Casa: _____ -Nome: _____

Gênero: ()M ()F

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS MORADORES:

1- **Chefe da família:** () esposo () esposa () viúvo/separado(a) () irmãos () outro

2- **Profissão:** () dona de casa () trabalhador rural () servidor público () empregada doméstica () aposentado/pensionista () Outros _____

3- **Quantos trabalham?** _____

4- **Renda familiar:**

() até 1 S.M. () 1 a 2 S.M. () 2 a 3 S.M. () 3 a 5 S.M. () mais de 5 S.M.

5- **Local de origem familiar:** () rural () urbano () outra cidade _____

6- **Qual a maior escolaridade** dentre os membros da família?

() analfabeto () primário () ensino fundamental () ens. médio/técnico () superior

7- **Formato familiar:**

() família nuclear () casal () pai/mãe e filho(s) () avô (a) e neto (a) e filhos () sozinho () outro _____

8- **Número de moradores:** () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () mais de 5 _____

9- _____ de 0 a 12 anos _____ 12 a 25 _____ 25 a 60 _____ >60

10- **Existe algum morador portador de deficiência ou de necessidade especiais?** () sim () não () cadeirante () deficiente auditivo () deficiente visual () acamado

11- **Vocês exercem algum tipo de atividade remunerada em casa?** () costureiro () lavagem de roupa () salgadeira/doceira () sapateiro () digitador () manicure () outros _____

12- **Quais cômodos** são utilizados para tal atividade? _____

13- **Vocês tiveram que fazer algum tipo de adaptação/reforma** neste ambiente? () sim () não Qual? _____

14- **A moradia é:** () própria () alugada () emprestada/cedida

15- **Há quanto tempo a família reside nesta casa?** () até 2 anos () até 5 anos () 10 anos

16- **O que levou a família a se mudar para o conjunto?**

() casa própria _____

() casa alugada _____

17- **Em relação a moradia anterior, você considera a atual como ...**

() melhor () pior () igual ()

18- **Como vocês conseguiram ter acesso ao Programa Habitacional implantado no município?** _____

CARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL:

1 - Como você avalia os **serviços públicos** que atendem ao conjunto habitacional?

Serviços	Inexistente	Ruim	Regular	Bom
1.1-Energia elétrica				
2-Iluminação das vias				
3-Limpeza das vias				
4-Pavimentação das vias				
5-Coleta de Lixo				
6-Coleta de esgoto				
7-Coleta da água da chuva				
8-Abastecimento de água				
9-Transporte público				
10-Telefonia pública (orelhão)				
11-Telefonia privada				

2 – Como você **avalia a localização do conjunto habitacional** em relação aos seguintes locais.

LOCAL	Perto (5 a 15 min a pé)	Médio (15 a 30 min a pé)	Longe (>30 min a pé)
-Escola			
-Creche			
-Trabalho			
-Hospital			
-Instituição Religiosa			
-Comércio			
-Prefeitura			
-Banco			
-Correio			

3-Se há mais algum **local de uso frequente**, como avalia a localização? _____

4-Algum membro da família exerce alguma **atividade diária na zona rural ou em outra cidade?**

() sim () não

5-Qual atividade? _____ E em qual cidade? _____

6-Quais tipos de atividades (**lazer**) são realizadas no tempo livre... (citar os locais)

a) das crianças: (atividade/local) _____

b) dos jovens: (atividade/local) _____

c) dos adultos: (atividade/local) _____

7- No bairro acontece/comemora algum tipo de festa ou evento? (festa junina, dia das crianças, novena/reza, futebol, dentre outros...) _____

8- E na cidade? _____

• **ROTEIRO – LEITURAS ESPACIAIS/WALKTHROUGH**

1-SALA

1-Quais **atividades** são realizadas na sala?

() estar/reunir/receber () ver televisão ()lazer () estudar ()trabalhar () fazer as refeições () dormir/descansar ()outro _____

2-O que você acha da **dimensão** da sala? () muito pequena ()pequena ()boa

3-O tamanho da sala atende toda a família? () sim () não, por que? _____

4 - Conseguem posicionar bem o mobiliário neste espaço? () sim () não

Por quê? _____

5-Mobiliário ()sofá (2 lugares) ()sofás (2 + 1 lugares) ()sofá (3 lugares) () sofá (2 + 2 lugares) ()sofá (2 + 3 lugares) ()mesa ()estante/rack ()televisão ()som ()DVD ()vídeo game ()outro _____

6-Circulação: () ruim/menos de 40cm ()regular/50 a 60cm ()boa/60 a 90cm ()ótima/>90
Obs: _____

7-Descrição: Se há algum **conflito/patologia** e se houve alguma **adequação/manutenção** com alteração de material, cor, etc.

() mais tomadas _____ ()benjamins _____

() pisos _____

() paredes _____

() teto (se colocou forro) _____

() janelas (se houve ampliação do vão) _____

() portas _____

() ampliação em m² _____

8-Por que foram feitas alterações?

9-O que vocês alterariam neste ambiente, ou como vocês gostariam que ele fosse? _____

Demais observações _____

2-QUARTO-

2.1-Houve acréscimo do número de quartos? () sim () não _____

2.2-Outro cômodo foi transformado ou é utilizado como quarto? () não ()sim Qual? _____

2.3-O número de quartos hoje atende a família atende a família? () sim () não

2.4-Quantos quartos a mais vocês precisam? _____ por quê? _____

Quarto 1 - voltado para rua

1-Quem são as pessoas que utilizam este quarto? () casal () filhos de mesmo sexo () filhos de sexo diferentes ()outra família ()vistas ()outro _____

2-Quais atividades são realizadas neste espaço? () dormir/descansar () ver televisão

() estar/reunir/receber visitas () estudar ()lazer () trabalhar () fazer as refeições

()outro _____

3-O que você acha da dimensão deste quarto? () muito pequeno () pequeno () bom

4-O tamanho da sala atende todos os seus usuários? () sim () não

Por que? _____

5- Conseguem posicionar bem todo o mobiliário neste espaço? () sim () não

Por quê? _____

6-Mobiliário () cama de casal () cama de solteiro () beliche () sofá cama () berço

() criado mudo () guarda-roupa () cômoda () mesa () televisão () som () DVD

() outro _____

7-Circulação: () ruim/menos de 40cm () regular/50 a 60cm () boa/60 a 90cm () ótima/>90

Obs: _____

8-Descrição: Se há algum **conflito/patologia** e se houve alguma **adequação/manutenção** com alteração de material, cor, etc.)

() mais tomadas _____ () benjamins _____

() pisos _____

() paredes _____

() teto (se colocou forro) _____

() janelas (se houve ampliação do vão) _____

() portas _____

() ampliação em m² _____

9-Por que foram feitas alterações?

10-O que vocês alterariam neste ambiente, ou como vocês gostariam que ele fosse? _____

Demais observações _____

Quarto 2 – (voltado para o quintal)

1-Quem são as pessoas que utilizam este quarto? () casal () filhos de mesmo sexo () filhos de sexo diferentes () outra família () vistas () outro _____

2-Quais atividades são realizadas neste espaço? () dormir/descansar () ver televisão

() estar/reunir/receber visitas () estudar () lazer () trabalhar () fazer as refeições

() outro _____

3-O que você acha da dimensão deste quarto? () muito pequeno () pequeno () bom

4-O tamanho da sala atende todos os seus usuários? () sim () não

Por que? _____

5- Conseguem posicionar bem todo o mobiliário neste espaço? () sim () não

Por quê? _____

6-Mobiliário () cama de casal () cama de solteiro () beliche () sofá cama () berço

() criado mudo () guarda-roupa () cômoda () mesa () televisão () som () DVD

() outro _____

7-Circulação: () ruim/menos de 40cm () regular/50 a 60cm () boa/60 a 90cm () ótima/>90
Obs: _____

8-Descrição: Se há algum **conflito/patologia** e se houve alguma **adequação/manutenção** com alteração de material, cor, etc.)

- () mais tomadas _____ () benjamins _____
() pisos _____
() paredes _____
() teto (se colocou forro) _____
() janelas (se houve ampliação do vão) _____
() portas _____
() ampliação em m² _____

9-Por que foram feitas alterações?

10-O que vocês alterariam neste ambiente, ou como vocês gostariam que ele fosse?

Demais observações _____

Quarto (adaptado/novo quarto)

1-Quem são as pessoas que utilizam este quarto? () casal () filhos de mesmo sexo () filhos de sexo diferentes () outra família () vistas () outro _____

2-Quais atividades são realizadas neste espaço? () dormir/descansar () ver televisão () estar/reunir/receber visitas () estudar () lazer () trabalhar () fazer as refeições () outro _____

3-O que você acha da dimensão deste quarto? () muito pequeno () pequeno () bom

4-O tamanho da sala atende todos os seus usuários? () sim () não

Por que? _____

5- Conseguem posicionar bem todo o mobiliário neste espaço? () sim () não

Por quê? _____

6-Mobiliário () cama de casal () cama de solteiro () beliche () sofá cama () berço () criado mudo () guarda-roupa () cômoda () mesa () televisão () som () DVD () outro _____

7-Circulação: () ruim/menos de 40cm () regular/50 a 60cm () boa/60 a 90cm () ótima/>90
Obs: _____

8-Descrição: Se há algum **conflito/patologia** e se houve alguma **adequação/manutenção** com alteração de material, cor, etc.)

- () mais tomadas _____ () benjamins _____
() pisos _____
() paredes _____
() teto (se colocou forro) _____

- () janelas (se houve ampliação do vão) _____
() portas _____
() ampliação em m² _____

9-Por que foram feitas alterações?

10-O que vocês alterariam neste ambiente, ou como vocês gostariam que ele fosse? _____

Demais observações _____

3-Banheiro

3.1- Houve acréscimo do número de banheiro? ()sim ()não

3.2- Se sim, quais pessoas utilizam o novo banheiro? ()toda a família () casal () outro _____
por que _____

3.3- Se não, o banheiro original atende satisfatoriamente a toda a família? ()sim ()não,

Banheiro (original)

1-O que você acha da dimensão do banheiro? () muito pequeno ()pequeno ()bom

2-O tamanho do banheiro atende bem todos os seus usuários? () sim () não

Por quê? (observar se há morador deficiente ou com necessidades especiais) _____

3-Circulação: ()ruim/menos de 40cm ()regular/50 a 60cm ()boa/60 a 80cm ()ótima/>80
Obs: _____

4- No banheiro original houve algum tipo de reforma/ajuste? ()sim () não

5-Quais?

()troca de metais ()troca do chuveiro ()troca da pia ()troca do vaso ()caixa de
descarga ()acrécimo ducha higiênica ()realocação de pontos d'água ()acrécimo de
tomadas ()troca do armário ()acrécimo de box ()pintura ()revestimento cerâmico
() instalações hidráulicas ()instalações elétricas ()outro _____

6-Descrição: Se há algum **conflito/patologia** e se houve alguma **adequação/manutenção** com
alteração de material, cor, etc.)

() mais tomadas _____ ()benjamins _____

() pisos _____

() paredes _____

() teto (se colocou forro) _____

() janelas (se houve ampliação do vão) _____

() portas _____

() ampliação em m² _____

7-Por que foram feitas alterações?

8-O que vocês alterariam neste ambiente, ou como vocês gostariam que ele fosse?

Demais observações _____

4-Cozinha

1- Quais atividades são realizadas na cozinha?

() preparo das refeições () fazer as refeições () receber visitas () estudar () trabalhar
() dormir/descansar () passar roupa () outro _____

2-O que você acha da dimensão da cozinha? () muito pequeno () pequeno () bom

3-O tamanho da cozinha atende bem todos os seus usuários? () sim () não

Por quê? (observar se há morador deficiente ou com necessidades especiais) _____

4-Mobiliário: () pia () fogão () geladeira () freezer () armário () armário aéreo ()
mesa () televisão () rádio () botijão () outro _____

5-Onde armazena o botijão () interno () externo _____

6- Conseguem posicionar bem todo o mobiliário neste espaço? () sim () não

Por que? _____

7-Circulação: () ruim/menos de 40cm () regular/40 a 60cm () boa/60 a 80cm () ótima/>80cm

Obs: _____

8-Foi construída uma nova cozinha? () sim () não

9-Foi feita ampliação/reforma na cozinha original? () sim _____ m² () não

10-Descrição: Se há algum **conflito/patologia** e se houve alguma **adequação/manutenção** com alteração de material, cor, etc.)

() mais tomadas _____ () benjamins _____

() pisos _____

() paredes _____

() teto (se colocou forro) _____

() janelas (se houve ampliação do vão) _____

() portas _____

() ampliação em m² _____

11-Por que foram feitas alterações?

12-O que vocês alterariam neste ambiente, ou como vocês gostariam que ele fosse? _____

Demais observações _____

5-Área de serviço

1-Quais atividades são realizadas neste espaço?

() lavar roupas () passar roupas () lavar vasilhas () armazenar utensílios () secar roupas
() trabalhar () estudar () outro _____

2-O que você acha da dimensão da área de serviço? () muito pequeno () pequeno () bom

3-Instalações/mobiliário

() tanque 1 ou 2 bojo () armário () tanquinho () máquina de lavar () mesa para passar
() outro _____

4-Foi feita uma nova área de serviço? () sim () não

5-Foi feita reforma/adaptação na área de serviço? () sim _____ m² () não
() troca do tanque- 1 ou 2 bojo () realocação de pontos d'água () acréscimo de tomadas
() pintura () cobertura () revestimento cerâmico () outro _____

6-Descrição: Se há algum **conflito/patologia** e se houve alguma **adequação/manutenção** com alteração de material, cor, etc.)

() mais tomadas _____ () benjamins _____
() pisos _____
() paredes _____
() teto (se colocou forro) _____
() janelas (se houve ampliação do vão) _____
() portas _____
() ampliação em m² _____

7-Por que foram feitas tais alterações? _____

8- Os que vocês alterariam neste ambiente ou como vocês gostariam que ele fosse? _____

Demais observações _____

6-Área externa

1-O que você acha da dimensão da área externa? () muito pequeno () pequeno () bom

2-A família possui algum tipo de veículo? () sim () não

Quais: () bicicleta () moto () carro () outro _____

3-Descrição: Se há algum **conflito/patologia** e se houve alguma **adequação/manutenção** com alteração de tamanho, material, cor, etc.

Piso _____

Parede _____

Cobertura _____

Tomadas _____

Pontos de luz _____

Pontos d'água _____

4-Foram feitas que tipo de alterações:

() muro () portões () calçada () jardim () varanda () garagem () terraço () piscina
() banheiro de serviço () depósito/despensa

5-Se há terraço, qual é a sua função? _____

6-Quais tipos de materiais de acabamento foram utilizados

Calçadas _____

Muros _____

Portões _____

Cobertura _____

7-Foi alterada alguma característica na fachada?

() alteração do revestimento () cor da pintura () material das portas/janelas

8-Vocês possuem animais? () sim () não -Quais? _____

Por quê? _____

9-Vocês cultivam horta/pomar? () sim () não - Quais alimentos? _____

Por quê? _____

10-Vocês possuem jardim? () sim () não - Quais plantas? _____

Por quê? _____

11-Vocês possuem fogão à lenha? _____ Quando o usam? _____

7-Geral – satisfação com a casa e com o conjunto habitacional

1-Como você classifica estes critérios da unidade habitacional

1- O que você acha?	Péssimo	Ruim	Regular	Bom
- da iluminação natural?				
- da ventilação natural?				
- da temperatura durante o verão?				
- da temperatura durante o inverno?				
- do isolamento dos ruídos externos?				
- do isolamento dos ruídos entre cômodos?				
- do funcionamento das instalações elétricas?				
- do funcionamento das instalações hidráulicas?				
- do funcionamento das instalações sanitárias?				

2-Reservatório de água (houve alteração da localização e capacidade?) () sim () não

Por quê? _____

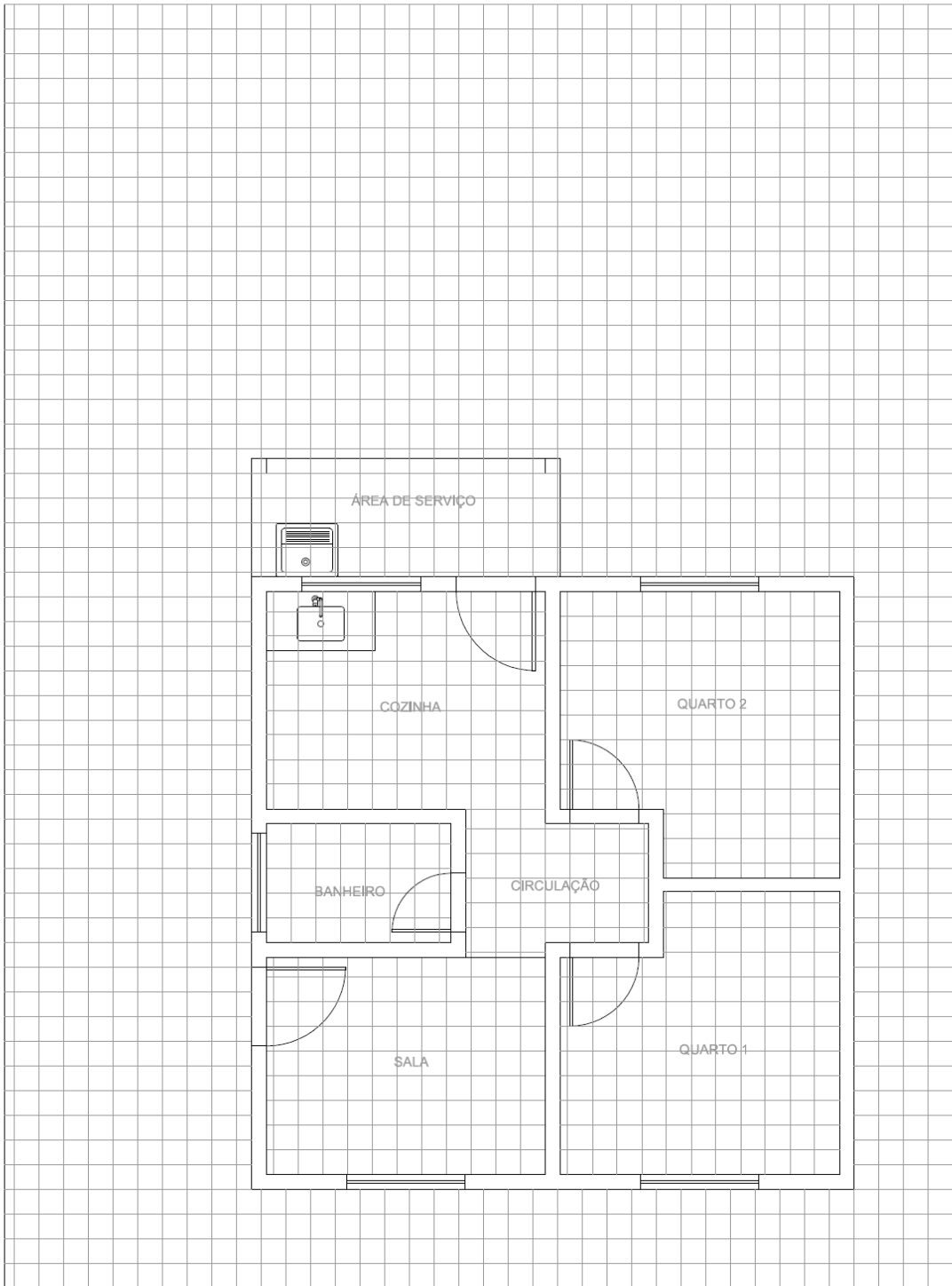
3-Você está satisfeito com sua casa? () sim, totalmente () parcialmente () não

Por que? _____

4-Como é a relação da família com a vizinhança?

5-Vocês utilizam a pracinha? () sim () não, por que? _____

CASA: _____



OBS:

**FIQUEM À VONTADE PARA RELATAR SEUS DESEJOS, SENTIMENTOS,
NECESSIDADES RELATIVAS À SUA CASA E AO SEU BAIRRO**

(favor completar as frases)



O que eu gosto na minha casa... _____



O que eu não gosto na minha casa... _____



Eu gostaria que a minha casa fosse ou tivesse... _____



O que eu gosto no meu bairro... _____



O que eu não gosto no meu bairro... _____



Eu gostaria que bairro fosse ou tivesse... _____

Número da casa _____ Idade do respondente _____ Sexo: () F () M